



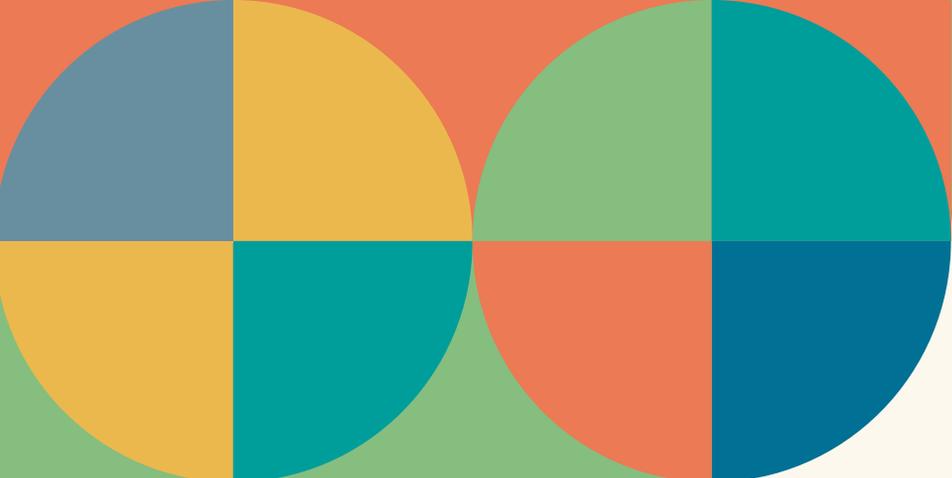
PATRIMÔNIO EM PRÁTICA

MESTRADO PROFISSIONAL DO IPHAN

VOLUME 2

**DIÁLOGOS E
PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

IPHAN



PATRIMÔNIO EM PRÁTICA

MESTRADO PROFISSIONAL DO IPHAN

VOLUME 2

DIÁLOGOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura

Margareth Menezes da Purificação Costa

**Presidente do Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional**

Leandro Grass

Diretoria do Iphan

Andrey Rosenthal Schlee

Daniel Sombra

Deyvesson Israel Alves Gusmão

Marcia Lucena

Maria Sílvia Rossi

**Departamento de Articulação, Fomento e
Educação**

Marcia Lucena

Centro Lucio Costa: Escola do Patrimônio

Claudia Feierabend Baeta Leal

**Mestrado Profissional em Preservação do
Patrimônio Cultural do Iphan**

Juliana Ferreira Sorgine

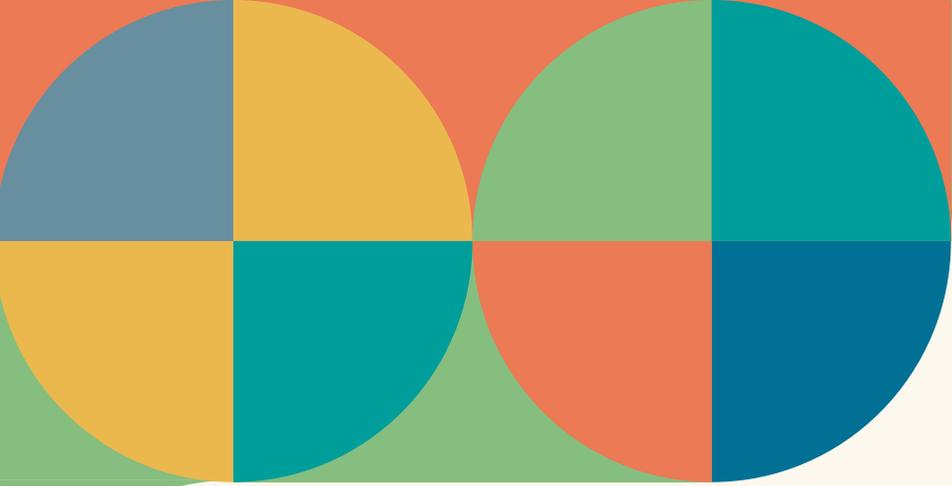
**Coordenação-Geral de Fomento e
Economia do Patrimônio**

Clara Marques Campos

**Divisão de Editoração e Publicações do
Patrimônio**

Ronaldo Nogueira





PATRIMÔNIO EM PRÁTICA

MESTRADO PROFISSIONAL DO IPHAN

VOLUME 2

DIÁLOGOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Organização

Ana Cristina Csepccsenyi

Filipe Rafael Gracioli

Hilário Pereira Filho

Joseane Paiva Macedo Brandão

Lia Motta

Luciana Christina Cruz e Souza

Rio de Janeiro, Iphan, 2024



Organização

Ana Cristina Csepccsenyi
Filipe Rafael Gracioli
Hilário Pereira Filho
Joseane Paiva Macedo Brandão
Lia Motta
Luciana Christina Cruz e Souza

Direção de arte

Ronaldo Nogueira

Projeto gráfico e diagramação

Érica Cristina Ferreira dos Santos

Créditos das imagens

Oscar Liberal, Arquivo Central do Iphan -
Seção RJ

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

www.iphan.gov.br
publicacoes@iphan.gov.br
mestrado.clc@iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, IPHAN

D536

Diálogos e participação social. / Organização : Ana Cristina
Csepccsenyi [et al]. - Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). - Rio de
Janeiro : Iphan, 2024.

237 p. - (Patrimônio em prática : mestrado profissional do
Iphan ; v. 2)

Modo de acesso: www.iphan.gov.br
ISBN: 978-65-86514-86-5 - série
ISBN: 978-85-7334-435-6 - v. 2

1. Patrimônio cultural. 2. Participação social. 3. Mestrado
profissional. I. Csepccsenyi, Ana Cristina. II. Patrimônio em prática:
mestrado profissional do Iphan.

CDD 370

Elaborado por Odilé Viana de Souza - CRB-1/2120

Como usar este documento

Este documento foi projetado para ser visualizado digitalmente. Funcionará melhor no Adobe Reader ou Adobe Acrobat Pro versões, DC ou posteriores em um PC ou laptop.

Navegação

O documento pode ser navegado de várias maneiras:

- Por meio do painel de favoritos no lado esquerdo da tela (revelado ao clicar).
Clicar em hiperlinks na página de conteúdo ou embutido no texto (identificado pelo texto em azul).
Usando a função de pesquisa (pressione Ctrl + F no teclado para abrir a caixa de pesquisa).
Usando os botões na parte inferior de cada página:

Visualização Botões

Sumário | Sumário

| Próxima Página Para frente

Página Anterior | Para trás

Comentários

O documento pode ser anotado com comentários e emendas usando o ferramentas de comentários padrão da Adobe. As ferramentas de comentários serão diferentes dependendo no seu leitor - aqui estão as instruções para Acrobat X e Adobe DC Reader:

[Acrobat X](#)

[Adobe DC Reader](#)



Sumário

Apresentação <i>Claudia Feierabend Baeta Leal</i>	09
A série <i>Organização</i>	11
O patrimônio em diálogo: participação social nas políticas de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro <i>Corina Maria Rodrigues Moreira</i>	14
Produtos das práticas supervisionadas	42
Apontamentos para identificação de saberes tradicionais ligados às plantas medicinais da Rede Fitovida: processo de construção de um guia/manual de identificação <i>Juliana Izete Muniz Bezerra</i>	45
Diagnóstico para ações de educação patrimonial em Serra do Navio/AP <i>Mario Junior Alves Polo</i>	100
Dinâmica de Arqueologia: contando histórias com fragmentos <i>José Felipe Ludolf Hansen Lassance</i>	126

Entre contas, aguidás, atabaques, pejis, xequerês, agés: a experiência da identificação de bens culturais móveis e elementos integrados à arquitetura de terreiros de candomblé

161

Virgínia Rodrigues Ferreira Barbosa

Relatoria da audiência pública do Cais do Valongo de 12/05/2021

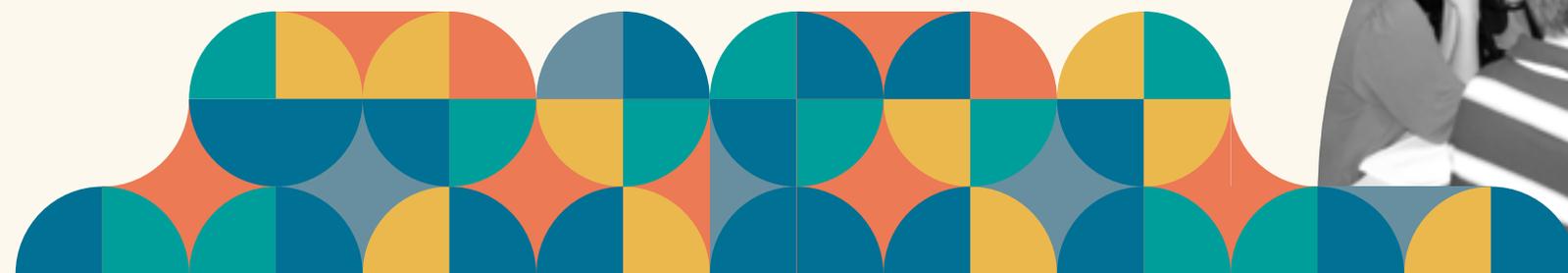
189

Aline Karina de Araújo Dias

Modos de pensar a participação social no patrimônio cultural

223

Simone Scifoni





Apresentação

Com muita satisfação e alegria, trazemos ao público o segundo número da *Patrimônio em Prática*. Fruto do empenho coletivo de agentes do campo do patrimônio cultural, a publicação materializa parte da trajetória consolidada pelo mestrado profissional do Iphan há mais de uma década, quando o então Programa de Especialização em Patrimônio (PEP) foi criado em 2004. O processo de aprimoramento do programa de pós-graduação, que passou a ser reconhecido como mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Ministério da Educação (MEC) a partir de 2012, contempla diversificadas ações propositivas, dentre as quais se destaca o compromisso público com a difusão do conhecimento produzido pelos alunos, professores e colaboradores.

A série *Patrimônio em Prática* surge com a proposta de agregar a produção técnica desenvolvida em diferentes unidades do Iphan, de estados e de municípios, com o olhar reflexivo promovido pelo trabalho de pesquisa técnica e científica, no âmbito do Mestrado. Artigos e textos têm a perspectiva de articular práticas protagonizadas pelo corpo discente, a partir de uma proposta dialógica de ensino-aprendizagem que inclui docentes convidados de outras instituições e técnicos especializados do próprio Instituto. O destaque conferido aos produtos decorrentes de atividades de natureza prática supervisionadas pretende sublinhar as possibilidades de atuação efetiva dos mestrandos, numa rede de esforços em prol da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Esta publicação se apresenta como uma das ferramentas que fortalecem a construção permanente do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), cuja dinâmica de funcionamento é uma das ações do Iphan no contexto das políticas públicas compartilhadas com outras instituições nos níveis municipal, estadual e federal. Além de difundir a produção técnica discente confeccionada no âmbito do curso do Mestrado, sua publicação seriada visa também incentivar novos e outros olhares reflexivos sobre o campo do patrimônio cultural, viabilizando, inclusive, a produção de conhecimento em outros meios de divulgação. Com relação especificamente à série *Patrimônio em Prática*, cumpre sublinhar que se tem como estratégia de publicização de seu conteúdo a divulgação dos volumes junto ao público frequentador do Portal do Iphan, onde se dispõem também outras publicações institucionais, além de buscar outros leitores em potencial.

Inserida na tradição de publicações das áreas de pesquisa e formação do Iphan, a *Patrimônio em Prática* é uma proposta do mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural e reforça as atribuições do Centro Lucio Costa (CLC), unidade especial em que se insere e que busca desenvolver, de forma articulada, atividades e programas de pesquisa, formação e difusão no campo do patrimônio, tendo na produção e no acesso ao conhecimento uma de suas bases de sustentação. Valorizando a produção discente, destacando o papel do corpo técnico na supervisão dos alunos e reforçando os diálogos para além do próprio Iphan e voltados para a constituição do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, a publicação que ora apresentamos mostra-se como um instrumento democrático de compartilhamento de um amplo repertório de trabalhos e reflexões. Estes são responsáveis por construir, permanentemente, visões polifônicas sobre o patrimônio cultural.

Claudia Feierabend Baeta Leal
Diretora do CLC: Escola do Patrimônio



A Série

A *Patrimônio em Prática* tem o propósito de compartilhar a produção técnica desenvolvida com a participação ou por alunos do curso de mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan. Os produtos técnico-científicos nela apresentados resultam das atividades cotidianas da preservação do patrimônio cultural, supervisionadas por técnicos no decorrer da formação dos discentes e voltam-se para um público mais amplo, articulando os aspectos conceituais e práticos a partir da experiência daqueles que enfrentam problemas e desafios da preservação, bem como os impactos gerados por essas ações.

Diante do vasto universo de temas, experiências e indagações oriundas das atividades de natureza prática, técnicos e alunos vêm propondo reflexões, soluções com potencial de inovação e impacto nas esferas social, artística e técnico-científica que, difundidas para além do âmbito das unidades do Iphan, poderão contribuir para ampliar e consolidar o debate e todo um repertório de práticas de preservação.

Com efeito, publicizar esse repertório, ainda desconhecido por muitos profissionais e estudiosos do patrimônio cultural brasileiro ou mesmo do próprio Iphan, favorece a livre circulação da variada e interdisciplinar produção conformada por intermédio do mestrado profissional. Ao compartilhar esse material,

almeja-se contribuir com experiências e práticas do exercício no campo do patrimônio, assim como com estudos produzidos fora da atuação do Instituto, incentivando, dessa maneira, a troca e o diálogo entre aqueles envolvidos na preservação do patrimônio cultural.

Estruturalmente, a publicação está composta por seções específicas: uma apresenta produtos técnicos correlatos a práticas profissionais supervisionadas de alunos do Mestrado e outras duas, textos de escrita livre, de introdução e encerramento dessas produções, que são problematizadores desses exercícios do corpo discente. Os referidos textos são elaborados por convidados: pesquisadores, profissionais e por supervisores dos alunos nas diversas unidades do Iphan. Assim como os produtos selecionados, os textos se relacionam com o tema da edição, de interesse do campo da preservação e da atuação institucional.

Essas seções objetivam apresentar produções que resgatem as práticas e reflexões diversas que envolvem a preservação do patrimônio cultural no Brasil. A intenção é promover o debate a respeito de ideias, conceitos e teorias que abranjam os diferentes aspectos do patrimônio, sobretudo acerca dos critérios, processos de atribuição de valor, metodologias de trabalho e investigação, agentes sociais, ações, políticas públicas, pesquisas, entre tantos outros elementos que compõem a extensão e a complexidade do tema, para além da mera aplicação de instrumentos, tal como habitualmente é visto pelo senso comum.

Entre os documentos produzidos pelos discentes durante as atividades de natureza prática supervisionada, que constituem parte da proposta político-pedagógica do Mestrado, permitem-se várias possibilidades de seleção e diferentes recortes, podendo estes serem temáticos, por área de formação dos alunos ou mesmo por região, entre outros. Para esta edição, foram selecionados trabalhos cujos objetos de estudo enfocam os diálogos e a participação social como elementos que apontam problemáticas

para as políticas públicas de patrimônio e para as ações de preservação, na relação entre poder público e sociedade em um regime democrático.

Dessa maneira, esperamos contribuir para a compreensão sobre a riqueza de exercícios, discussões e possibilidades investigativas do campo do patrimônio, seus desafios e suas implicações sociais e políticas, e igualmente ensinamos auxiliar no fortalecimento das práticas e reflexões sobre a preservação do patrimônio cultural no Brasil.

A Organização



O patrimônio em diálogo: participação social nas políticas de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro¹

Corina Maria Rodrigues Moreira

Doutora e mestre em Ciências Sociais, graduada em História. Professora da Educação Básica (1992 a 2005) e do Ensino Superior e da Pós-Graduação (intermitente, desde 1992). Cientista Social do Iphan (2006-atual), atuando nas políticas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Principais temas de pesquisa: políticas públicas de cultura e patrimônio cultural, democracia e participação social.

¹ Este artigo traz um recorte de tese defendida por mim em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), com apoio de bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e de licença remunerada de minhas atividades no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

A temática deste segundo volume da Série *Patrimônio em Prática* – Diálogos e participação social – chega em momento mais que oportuno, levando-se em consideração o processo de desmonte das instâncias de participação social dos últimos anos (Avritzer; Kerche; Marona, 2021; Tatagiba; Almeida; Lavalle; Silva, 2022) e as perspectivas – ou expectativas – para sua retomada a partir do novo governo que assumiu o Executivo Federal a partir de janeiro de 2023. Isto nos leva a optar por uma direção clara, de início, de pensarmos as políticas públicas de proteção patrimonial no país de forma contextual, sobretudo no que diz respeito à questão da participação social, trazendo alguns recortes que nos auxiliem a compreender como, na recente história brasileira, os debates – e embates – em torno da democracia/democratização e da participação social perpassaram – e perpassam – as políticas de patrimônio cultural. Nesse sentido proponho, neste artigo, algumas reflexões a respeito dos sentidos da participação social no âmbito dessas políticas, em diálogo com a experiência histórica de pluralização democrática brasileira e com algumas produções teórico-conceituais sobre o assunto, tomando por referência, também, a experiência profissional adquirida como cientista social que atua com a salvaguarda do patrimônio imaterial desde 2006 na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Minas Gerais.



Para tanto, o artigo está organizado em quatro partes: na primeira, reflito sobre como a questão da participação social e as ressignificações do campo do patrimônio se inserem no contexto das lutas pelo fim da ditadura civil-militar instaurada no Brasil a partir de 1964; na segunda parte, abordo o processo de institucionalização da participação social de reconfiguração das políticas de patrimônio cultural no país a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988; na parte três, trago o conceito de interfaces socioestatais como instrumental analítico que auxilia na compreensão das dinâmicas da participação social na política de patrimônio imaterial e, para finalizar, apresento algumas breves considerações em torno da retomada dos debates sobre participação social no contexto atual.

Redemocratização, participação social e ressignificações do campo do patrimônio no Brasil

A partir de meados dos anos 1970 disseminaram-se, no Brasil, mobilizações pela abertura de canais de diálogo com a sociedade que remontam à conjuntura de aprofundamento e complexificação das demandas democráticas frente à realidade autoritária vivenciada no país desde a instauração da ditadura civil-militar de 1964, período em que “[...] a participação dos cidadãos na esfera pública era limitada e desencorajada” (Ciconello, 2007, p. 1). Nesse período ampliaram-se, também, as críticas às políticas nacionais de proteção ao então chamado “patrimônio histórico e artístico nacional” estabelecidas desde finais dos anos 1930, que passaram a ser questionadas como políticas de caráter fortemente elitista e centralizador, pouco representativas da diversidade social e cultural característica da sociedade brasileira. Ao lado da incorporação da perspectiva antropológica da cultura no âmbito das políticas patrimoniais (Abreu; Chagas, 2003; Cavalcanti, 2001; Fonseca, 1996, 2005; Gonçalves, 1996; Leal, 2013),

contestava-se, portanto, o valor de nacionalidade de um patrimônio que produzia um “mapa do Brasil passado” que “[...] revela o desejo por um país [...] extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes” (Rubino, 1996, p. 98) e que, ainda de acordo com Silvana Rubino, se reduz à representatividade de uns poucos estados da federação – Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia abrigavam 64,1% dos 689 bens tombados no país durante as três primeiras décadas da política inaugurada pelo Decreto-Lei n. 25, de 1937.

Ainda que a participação da população tenha sido fortemente restringida no decorrer do período em que o regime autoritário esteve vigente, movimentos sociais de base comunitária expandiram-se pelo país em torno de demandas sociais como saúde, educação, habitação, saneamento básico, entre outras. Muitas vezes, esses movimentos eram capitaneados por associações civis comunitárias, associações de moradores e grupos organizados em torno das Comunidades Eclesiais de Base, presentes nos bairros populares. Nesse contexto, esses movimentos pautavam-se em uma concepção ampliada de democracia, numa perspectiva que extrapola a dimensão eleitoral e partidária da participação política e postula a inclusão da sociedade nos processos de tomada de decisão por meio da transformação das estruturas de poder e da democratização das relações entre sociedade e Estado. Essas ações e debates reverberaram nas políticas de proteção patrimonial, promovendo visibilização da dimensão política da questão patrimonial – digo visibilização porque, até então, as práticas de classificação de referentes culturais como representativos de memória e nacionalidade eram qualificadas como estritamente técnicas, como se o estabelecimento e valorização de expressões culturais como bens patrimoniais não fossem perpassados por relações de poder.

Esse questionamento da pretensa imparcialidade das práticas preservacionistas possibilitou não só a desnaturalização do conceito de patrimônio, mas também a percepção de que as ações de

nominação e proteção patrimonial se assentam sobre julgamentos, opções e escolhas. Constituem-se como operações sociais de nomeação, consideradas, aqui, como um rito de instituição – um dos instrumentos de poder que contribui para a reprodução de determinado regime de dominação. Esse rito possibilita “[...] desconhecer como arbitrário e reconhecer como legítimo e natural *um limite arbitrário* [...]” (Bourdieu, 1996, p. 91-98) e conforma a base para a compreensão dos patrimônios sob a perspectiva dos *processos de patrimonialização*.

Nesse contexto, as políticas patrimoniais começaram a ser objeto de transformações que se consolidaram mediante a criação, em 1973, do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) e, em 1975, do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Ambos já trazendo para o debate patrimonial perspectivas de ampliação do diálogo social na política preservacionista, ainda que de forma tangencial e diferenciada. No caso do PCH – programa que se propunha à criação de infraestrutura para a atividade turística e para a valorização de bens culturais como fontes de renda para as populações locais –, a perspectiva democratizante deu-se especialmente ao estimular a descentralização das políticas de proteção ao patrimônio para estados e municípios, por meio do incentivo a ações locais de preservação.

Já no CNRC, podem ser percebidas duas perspectivas de democratização que, intimamente relacionadas, diziam respeito inclusive ao próprio caráter do Centro, que tinha por objetivo o “[...] referenciamento da cultura ‘viva’, sobretudo daquela enraizada no fazer popular, como forma de tornar mais ‘nacional’ e mais ‘plural’ a representação da cultura brasileira” (Fonseca, 1996, p. 156). Numa primeira direção, viu-se a incorporação de expressões culturais não consagradas pelas políticas de proteção patrimonial, com vistas à constituição de um repositório de informações sobre a cultura brasileira e à geração de informações que propiciassem o planejamento de políticas governamentais de incentivo social e econômico às práticas culturais objeto de referenciamento – como a tecelagem do Triângulo Mineiro, a cerâmica de

Tracunhaém/PE, as produções desenvolvidas em torno do caju, o artesanato de brinquedos populares nordestinos, entre outras.

Previa-se, assim, a valorização não só dos produtos advindos dessas práticas, mas também de seus processos e condições sociais de produção, abrindo-se a possibilidade – numa segunda direção do processo de democratização das políticas patrimoniais – de inclusão de novos atores e objetos no campo da preservação patrimonial, contribuindo para a ampliação do próprio conceito de patrimônio. Além disso, à perspectiva de retorno socioeconômico para as comunidades, foco das práticas de referenciamento, une-se a incorporação de uma nova prática institucional de devolução de resultados das pesquisas a essas comunidades, ampliando-se a interface do debate preservacionista com setores sociais até então colocados à sua margem.

Essas primeiras iniciativas foram importantes para levar, ainda que indiretamente, a discussão da participação para o âmbito das políticas de proteção patrimonial, perspectiva que passa a se consolidar em finais dos anos 1970 com a fusão do PCH, do CNRC e do Iphan e com a criação de uma nova estrutura burocrático-administrativa com vistas à preservação do patrimônio cultural. Esta estrutura era composta por um órgão de caráter normativo – a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – e outro, a ela vinculado e de caráter executivo, a Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM). Sob direção de Aloísio Magalhães – designer e artista plástico que havia sido um dos idealizadores e coordenador do CNRC durante os quatro anos de sua existência, e que assumiu a direção da SPHAN, em 1979, nesse processo de reestruturação institucional – foram executadas algumas ações sistemáticas com vistas a possibilitar a participação de setores sociais mais diversificados nos rumos das políticas de proteção ao patrimônio, especialmente no que diz respeito aos conjuntos urbanos tombados, com a realização de uma série de seminários em alguns destes municípios (como Ouro Preto, São Luís e Diamantina, por

exemplo), que levaram “[...] para a esfera pública dessas cidades a questão da preservação de seu patrimônio cultural” (Fonseca, 1996, p. 156).

Com a forte presença de novos atores sociais no cenário político, o processo de reconquista da democracia deixou marcas significativas nos rumos políticos brasileiros a partir de então. Essas marcas se consubstanciaram de forma imediata em um processo Constituinte que contou com significativa mobilização social:

A reivindicação por maior participação popular foi encaminhada a (sic) Assembleia Constituinte por meio da proposta de garantia de iniciativa popular no Regimento Interno Constituinte. Este manifesto foi apresentado e aceito pela Assembleia Constituinte contendo mais de 400 mil assinaturas. O processo de emendas populares foi experiência pioneira no campo da institucionalização da participação da sociedade no âmbito da política nacional. Por meio das emendas populares, a sociedade pôde participar ativamente do processo de elaboração da atual Carta Magna, apresentando propostas ao texto constitucional (Rocha, 2008, p. 801).

A nova Constituição, promulgada em 1988 gestada nesse processo, foi batizada como *Constituição Cidadã*, e “[...] consagrou a participação social na formulação, na gestão e no controle de políticas públicas como princípio constitucional” (Pires; Amaral; Santos, 2014, p. 119), estabelecendo parâmetros relativos à participação da população na vida política do país para além do direito ao voto. Entre esses princípios, destacam-se aqueles referentes às políticas de saúde e de seguridade e assistência social que previram, entre seus objetivos ou diretrizes, a participação da comunidade, motivando o desenvolvimento de dois dos principais formatos institucionalizados de deliberação pública disseminados desde então: os conselhos de políticas e as conferências.

No que diz respeito ao patrimônio, os debates e experiências dos anos 1970 e princípios dos anos 1980 propiciaram a inclusão de uma perspectiva ampliada na Constituição Federal de 1988. Nessa revisão, a adjetivação “patrimônio histórico e artístico” transformou-se em “patrimônio cultural”, e a temática da diversidade cultural se consolida como um dos eixos dos discursos e das ações das políticas culturais, de maneira geral, e das políticas de patrimônio, em particular, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Assim, outras dimensões da cultura passam a ser consideradas aptas ao reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro, as quais vão além do chamado “patrimônio de pedra e cal” e são afeitas “[...] aos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (Brasil, 1988).

A institucionalização da participação social e as políticas de patrimônio

O Brasil tem sido palco, nas últimas quatro décadas, de uma série de transformações no campo da política. Transformações que se expressam em uma complexa dinâmica de interações entre sociedade e Estado. Esse processo envolve contínua criação e institucionalização de espaços/momentos de participação da sociedade na formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas. O princípio da participação social presente na Constituição de 1988, fruto das disputas em torno do restabelecimento da democracia no país, concretizou-se na disseminação e diversificação constantes de espaços, processos e dinâmicas de participação social. Isso caracteriza um contexto de pluralização da democracia marcado, num primeiro momento, pela disseminação e afirmação de espaços como conselhos, conferências e orçamentos participativos. A partir disso, estruturou-se um referencial empírico que motivou o surgimento do conceito de instituições participativas (Lavalle; Vera, 2022; Perez; Santos, 2019), uma importante ferramenta teórica que permite a compreensão desses espaços de interlocução entre

sociedade e Estado e de suas dinâmicas de institucionalização – ou seja, de formalização normativa e estabelecimento de procedimentos que orientam seu funcionamento.

Caracterizadas pelo estabelecimento de uma nova relação entre sociedade e Estado, fundamentada na possibilidade do diálogo e da parceria – e não apenas na mobilização e na pressão direta que marcaram parte significativa dos movimentos sociais até então (Gohn, 2011; Teixeira, 2002; Lavallo, 2011) –, as instituições participativas pressupõem a presença de atores societais e estatais que garantem certa frequência e estabilidade, além da existência de “[...] normas para que essa participação ocorra de maneira ordenada” (Barbosa; Kerbauy, 2015, p. 14). Operando simultaneamente por meio dos princípios da participação e da representação, o que, inclusive, põe em questão a tradicional oposição entre esses dois termos (Lavallo; Vera, 2015; Lavallo; Houtzager; Castello, 2006). Assim, as instituições participativas são estabelecidas como o local da democracia deliberativa, contribuindo, portanto, para a conformação de uma esfera pública na qual interesses distintos possam se expressar e argumentar sobre as suas posições, por meio da “[...] cessão de um espaço decisório por parte do Estado em favor de uma forma ampliada e pública de participação”, assaz flexível para acomodar a pluralidade, mas também suficientemente formalizada para que os participantes reconheçam “[...] que eles influenciaram e contribuíram para que certos desfechos ocorressem” (Avritzer, 2000, p. 42-43).

Há que se destacar, no entanto, que as chamadas instituições participativas não se configuram como a única possibilidade de “[...] formas institucionalizadas de participação social na gestão de políticas públicas no país [...]” (Pires, 2014a, p. 182). Ainda que possam ser percebidas como “[...] um traço característico da nossa institucionalidade democrática [...]” contemporânea, gerando transformações na “[...] ‘porosidade’ da ação governamental às influências dos cidadãos e organizações da sociedade civil”, no decorrer do tempo verifica-se o surgimento de outros mecanismos de participação da sociedade no

âmbito das políticas públicas, mais ou menos institucionalizados, disseminados em âmbito local, estadual e federal, como ouvidorias, consultas e audiências públicas, além de “[...] outros formatos menos institucionalizados como grupos de trabalho, comitês, mesas de diálogo e negociação, envolvendo atores governamentais e sociais” (Pires, 2013, p. 35-36).

No que diz respeito às políticas patrimoniais, a inclusão de uma perspectiva alargada de patrimônio na Constituição Federal de 1988 reverberou na ampliação das temáticas e atores sociais por elas contemplados, consolidada na percepção da necessidade de aprofundamento do diálogo com a sociedade e na conformação de instrumentos para a inclusão das diversas dimensões que constituem o patrimônio cultural do país nas políticas públicas para seu reconhecimento e proteção. Ainda nesse processo, é importante considerar uma maior institucionalização das políticas de patrimônio cultural em âmbito estadual e local, com o estabelecimento de normativas, estruturas e procedimentos que contribuíram para a disseminação, afirmação e maior apropriação dessas políticas pela sociedade (Fonseca, 2005).

Nesse contexto, com a criação de um novo instrumento legal de proteção, voltado às expressões culturais de caráter processual e dinâmico consolidadas em torno do conceito de patrimônio imaterial – o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, instituído pelo Decreto n. 3551/2000 (Brasil, 2000) –, a participação social passa a figurar entre as diretrizes da política de proteção patrimonial no país.² Incluída no Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, que prevê a ampliação da “[...] participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio.” (Brasil, 2000), a temática da participação social é

² Outras áreas das políticas patrimoniais, para além do patrimônio imaterial, também têm adotado mecanismos de participação social, como consultas públicas, por exemplo, além da publicação do Termo de Referência de Diretrizes e Princípios para identificação, reconhecimento e preservação de bens culturais relacionados a Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, que enfatiza “[...] o papel da participação e mobilização social em todos os processos que preveem” (Iphan, 2016a).

reforçada pela publicação, em 2003, da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*³, marcando os primeiros anos do século XXI como um período de “profusão normativa” sobre participação no campo do patrimônio cultural (Morón; Carretero, 2017).

No entanto, não há, na Convenção, uma definição das noções de participação ou de comunidade, deixando-as sujeitas à interpretação e experiência dos Estados signatários, sendo que “a tradução concreta desse paradigma no sistema institucional implica uma profunda revisão dos métodos e práticas ancoradas na formação teórica e experiência dos profissionais do patrimônio” (Bortolotto, 2011, p. 14). Em relação especificamente à diretriz da participação social, há que se destacar o peso das perspectivas neoliberais da participação (Dagnino, 2004a, 2004b) no âmbito das ações de agências internacionais, pautadas em uma visão gerencial e despolitizada da participação, limitando-a a projetos pontuais que não contribuem para a alteração das relações de poder e subalternidade que mantêm o status quo. Essa perspectiva de participação serviria sobretudo para a legitimação de intervenções geralmente levadas a cabo por agentes externos, a partir de pautas econômicas alheias aos interesses das comunidades que recebem esses projetos (Dagnino, 2004a, 2004b; Salama, 2016). Nesse contexto, as intervenções são muitas vezes tratadas como “[...] unidades homogêneas, estáticas e harmônicas” (Salama, 2016, p. 93), desconsiderando-se a dimensão de conflito que as constitui (Bortolotto, 2011) e reforçando-se, assim, muitas vezes, as desigualdades já existentes em seu interior.

No caso brasileiro, verificou-se, no âmbito da política pública de patrimônio imaterial, a ampliação e aprofundamento de práticas e reflexões que, ao lado da produção de normativas e do estabelecimento de procedimentos, trouxeram a questão da participação social como um dos seus eixos estruturantes –

³ Ratificada pelo Brasil em 2006 (Brasil, 2006).

destacando-se aqui a disseminação das relações entre os chamados detentores dos bens culturais e os atores e instâncias burocráticas de elaboração e implementação dessas políticas. Esse processo, apesar de não linear e marcado por conflitos e dificuldades, consolidou a incorporação do diálogo e da participação social como parâmetros de ação institucional no âmbito da política nacional de patrimônio imaterial.

Entre a publicação do Decreto n. 3.551, em 2000 e 2006, são levados a cabo os primeiros registros do patrimônio imaterial no país⁴, e começam a ser desenvolvidos também os primeiros Planos de Salvaguarda – instrumentos elaborados com objetivo de sistematização e orientação para ações de apoio, fomento e divulgação da prática cultural registrada, em geral executadas no pós-registro – com vistas a possibilitar a continuidade da existência dessa prática em seu contexto social e ambiental. Além disso, as experiências de pesquisa, de delimitação dos objetos de patrimonialização e de documentação das práticas culturais (objeto de registro transcorridas nesse período), assim como a adoção da Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) pelo Estado brasileiro e a elaboração e execução dos Planos de Salvaguarda, podem ser consideradas as matrizes que atestam a consolidação da política de patrimônio imaterial no país a partir de 2006, e a afirmação da participação social como um dos seus eixos basilares.

Ainda que com nuances de compreensão, e com formas de apropriação e implementação diversas pelos atores estatais e sociais envolvidos – nos últimos anos, foi uma política que sofreu diretamente os reflexos do desmonte das instâncias de participação social instaladas pelo projeto político que ascendeu

⁴ Neste período, foram titulados como Patrimônio Cultural do Brasil: em 2002, o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras e a Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi; em 2004, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano e o Círio de Nossa Senhora de Nazaré; em 2005, o Modo de fazer Viola-de-Cocho, o Ofício das Baianas de Acarajé e o Jongo no Sudeste; e, em 2006, a Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri e a Feira de Caruaru.

ao Executivo Federal a partir de 2016 e, sobretudo, entre 2018 e 2022 (Bezerra; Rodrigues; Romão, 2022)⁵ –, os papéis e significados atribuídos à participação dos detentores na política de patrimônio imaterial caminham no sentido de reafirmação da centralidade dessa participação. Esta é fundada em certa obrigação ética do Estado frente às populações que passam a acessar essa política pública, levando em conta sua interferência em práticas culturais que dizem respeito ao cotidiano e aos modos de vida dessas populações, sua memória e suas construções identitárias.

Essa participação, entretanto, não se dá nos moldes anteriormente citados e que caracterizam as instituições participativas, aproximando-se mais das experiências de pluralização de espaços, momentos e dinâmicas de interação entre sociedade e Estado, diretamente imbricados aos processos de implementação das políticas públicas – como comitês, grupos de trabalho, consultas públicas, seminários, dentre outros –, grande parte das vezes com menor grau de institucionalidade do que aquele encontrado nas IP e imiscuída nas atividades cotidianas que estruturam a implementação da política de patrimônio imaterial. Portanto, em que pesem as grandes contribuições do conceito de instituições participativas para a compreensão do processo de institucionalização da participação social e para os debates sobre democracia participativa no país, fez-se necessário recorrer a novos instrumentos conceituais capazes de ampliar e complementar as reflexões sobre o assunto – assim como as próprias relações entre sociedade e Estado igualmente se ampliaram –, chamando a atenção “[...] para os encontros e as interações entre atores estatais e atores sociais e para o conhecimento ou conteúdo produzido nesses processos [...]” (Pires, 2014b, p. 66). Nesse contexto, um conceito surge como ferramenta analítica que pode

⁵ Este período da política de patrimônio imaterial ainda precisa ser foco de estudos que busquem a compreensão dos impactos das alterações nela ocorridas não apenas como resultado desse contexto mais amplo de desmonte das instâncias de participação social, mas também das restrições orçamentárias e do esvaziamento do debate interno que caracterizou esses últimos anos. O tema será apenas tangenciado neste artigo, a partir de uma perspectiva de experiência profissional vivida, mas ainda não sistematizada.

contribuir para a compreensão de formatos diversos de participação social, como os que caracterizam as políticas de patrimônio imaterial, chamado: interfaces socioestatais.

Interfaces socioestatais: as dinâmicas da participação social na política de patrimônio imaterial

O conceito de interface socioestatal foi elaborado por Hevia e Vera (2010), tomando por referência as reflexões trazidas por Norman Long (2007) em torno da sociologia do desenvolvimento, em uma perspectiva orientada ao ator, sobretudo no que diz respeito a “[...] como os atores sociais (‘locais’ e ‘externos’ em arenas particulares) se enfrentavam em uma série de batalhas entrelaçadas, por recursos, significados, e controle e legitimidade institucional” (Long, 2007, p. 21). Para tanto, Long introduz a noção de interface social, que “[...] explora as maneiras em que as discrepâncias de interesse social, interpretação cultural, conhecimento e poder são mediadas e perpetuadas ou transformadas em pontos críticos de ligação ou confronto” (Long, 2007, p. 109). Assim:

É aqui que a noção de interface social resulta relevante como uma maneira de examinar e entender problemas de heterogeneidade social, diversidade cultural e os conflitos inerentes a processos que envolvem intervenções externas. As interfaces tipicamente ocorrem nos pontos onde se cruzam diferentes, e muitas vezes conflitivos, mundos de vida ou campos sociais, ou mais concretamente, em situações sociais ou arenas nas quais as interações giram em torno dos problemas de pontuar, acomodar, segregar ou disputar pontos de vista sociais, avaliativos e cognitivos. A análise de interface social pretende elucidar os tipos e fontes de descontinuidade e vinculação social presentes em tais situações e identificar os meios organizacionais e culturais para reproduzi-los ou transformá-los (Long, 2007, p. 136).

Hevia e Vera, partindo desta perspectiva, definem “um tipo especial de interface [...]”, que é “[...] o espaço onde atores sociais e estatais se encontram [...]”, ou seja, as interfaces socioestatais. Ao associar o qualificativo “socioestatal” ao conceito de interface, esses autores definem quais atores, especificamente, estariam sendo colocados em relação nesses espaços “[...] de intercâmbio e conflito [...]”, indicando, ainda, que estes seriam espaços “[...] determinados estruturalmente tanto pela política pública como pelos projetos sociopolíticos dos atores (estatais e sociais) envolvidos” (Hevia; Vera, 2010, p. 61, tradução nossa). Abre-se, assim, um profícuo caminho para a compreensão das “[...] múltiplas e variadas arquiteturas institucionais [existentes] para o encontro entre atores estatais e atores sociais na produção de políticas públicas” (Pires, 2014b, p. 66).

Nesse contexto, torna-se fundamental, além da descrição e análise das “arquiteturas de interação” existentes, também a reflexão sobre as perspectivas que os sujeitos sociais e os sujeitos estatais elaboram a respeito dos sentidos, funções e papéis que atribuem às relações que estabelecem nesses espaços, bem como sobre os repertórios de interação e os conhecimentos que são produzidos e intercambiados em suas experiências concretas de organização e interlocução (Abers; Serafim; Tatagiba, 2011; Pires, 2014b). Dessa forma, adquire centralidade, a preocupação com a “[...] diversidade de atores e ações que operam nestas relações, e sua potencialidade em termos de intercâmbio de poder e/ou de informação” (Hevia; Vera, 2010, p. 110, tradução nossa). Chama-se a atenção também para “[...] o conhecimento ou conteúdo produzido nesses processos [...]” (Pires, 2014b, p. 66), que passa a importar tanto quanto a definição de seus formatos, procedimentos ou resultados.

Para compreender esses conteúdos, Hevia e Vera (2010, p. 64, tradução nossa) indicam ser possível “[...] reduzir a lógica das interações a duas formas básicas de intercâmbio [...]”: as interfaces cognitivas e as interfaces políticas. Cada um desses tipos de interfaces se subdivide em três possibilidades de

arranjos, assim definidos: nas interfaces cognitivas, temos a interface de contribuição, na qual a informação advém da participação social; a interface de transparência, que diz respeito à informação provida pelo Estado à população; e a interface comunicativa, em que a comunicação se dá de forma mútua entre Estado e sociedade. Já nas interfaces políticas temos a interface mandatária, referente à democracia direta e ao controle social; a interface de transferência, na qual o Estado tem domínio sobre a sociedade civil; e a interface de cogestão, na qual há partilha de gestão das políticas entre Estado e sociedade (Hevia; Vera, 2010, p. 64-65).

Pensados como “tipos ideais”, como “[...] ‘bússola’ analítica para descrever e compreender as formas concretas recompiladas em um mapa dos mecanismos de intercâmbio, bem como em formas menos institucionalizadas de relação socioestatal”, os tipos de interação entendidos em termos de interfaces cognitivas e interfaces políticas não são nem excludentes nem estanques (Hevia; Vera, 2010, p. 64, tradução nossa). Podem combinar-se de variadas formas, uma vez que há que se “[...] compreender a imbricação empírica dos tipos ideais” (Hevia; Vera, 2010, p. 65, tradução nossa). Além disso, possibilitam uma leitura que leva em conta os conteúdos expressos nos espaços de encontro entre sociedade e Estado – espaços políticos, de negociação e conflito, que têm suas dinâmicas delineadas “[...] por temáticas específicas e pelas preferências, narrativas e interesses de cada agente” –, uma vez que colocam no centro da análise os diálogos que aí se estabelecem (Pires; Vaz, 2012, p. 15-16).

No caso da política nacional de patrimônio imaterial, este encontro entre sociedade e Estado e os diálogos estabelecidos estão marcados, como dito anteriormente, pela diversidade de formas de compreensão e de apropriação da diretriz da participação social pelos atores sociais e estatais envolvidos na política. Ademais, há diversidade de formatos e dinâmicas que caracterizam cada um dos seus chamados macroprocessos: Identificação, Reconhecimento e Apoio e Fomento. Cada um desses

macroprocessos constitui-se por uma série de processos e instrumentos que, conjuntamente, conformam a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, definida como tradução dos objetivos, princípios e diretrizes do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) “[...] na forma de política pública” (Iphan, 2016b, Art. 1º, parágrafo 2º). Os seguintes processos e instrumentos estão presentes nesses macroprocessos: I – Identificação: identificar bens culturais de natureza imaterial, aplicar Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e aplicar o guia de pesquisa e documentação para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL); II – Reconhecimento: registrar bens culturais de natureza imaterial, revalidar bens culturais registrados, incluir línguas no INDL e apoiar candidaturas às listas da convenção Unesco de 2003; III – Apoio e Fomento: realizar ações e planos de salvaguarda de bens culturais registrados; promover ações de apoio e fomento a bens culturais imateriais; monitorar e avaliar ações e planos de salvaguarda e promover a difusão das ações de apoio e fomento.

Os macroprocessos, caracterizados por seus processos e instrumentos, apresentam-se como a ossatura da política de patrimônio imaterial. Assim, ordena-se seu funcionamento cotidiano, trazendo para o âmbito da implementação da política termos que indicam a centralidade que o diálogo e a participação social aí adquirem, tais como: “gestão compartilhada”, “mobilização social”, “articulação de atores”, “ações devolutivas”, “informação e esclarecimento das comunidades detentoras”, “construção participativa das recomendações de ações de apoio e fomento”, “gestão participativa”. No entanto, há que se considerar que diálogo e participação social – especificamente no que diz respeito aos detentores dos bens culturais – não ocorrem da mesma forma nos três macroprocessos indicados, havendo uma tendência – tanto normativa quanto prática – de, digamos, maior intensidade de participação dos detentores no macroprocesso Apoio e Fomento do que nos de Identificação e Reconhecimento. Nestes dois últimos, destaca-se o seu caráter técnico, com protagonismo do Estado e das equipes de pesquisa, com pouca presença de detentores nos procedimentos de pesquisa e produção de conhecimento patrimonial sobre

suas práticas culturais ou nos momentos de estabelecimento dos recortes patrimoniais que orientam a delimitação do bem cultural objeto de reconhecimento.

No que diz respeito especificamente ao macroprocesso Reconhecimento – foco das pesquisas que originaram a tese que fundamenta este artigo –, o acento em seu caráter técnico não significa que a participação de detentores não se faça presente; mas sim que há uma diversidade de entendimentos e de possibilidades para sua concretização. Diversidade esta que pode ser sistematizada tomando por referência três dos seis tipos de interfaces trazidas por Hevia e Vera (2010): no âmbito das interfaces de conhecimento, a interface comunicativa – “Em que sociedade civil e Estado se informam mutuamente, se comunicam” – e, no âmbito das interfaces de poder, a interface de transferência – que diz respeito ao controle ou direção do Estado sobre a sociedade civil – e a interface cogestiva, referente às relações de gestão compartilhada que se estabelecem entre sociedade e Estado (Hevia; Vera, 2010, p. 64).

Esses tipos de interface não são encontrados isoladamente, fazendo-se necessário combiná-las com vistas à compreensão da complexidade das dinâmicas de participação dos detentores nos processos de reconhecimento de suas práticas culturais como patrimônio. Em uma primeira direção, é possível verificar uma combinação entre interface comunicativa e interface de transferência; e numa segunda direção, entre interface comunicativa e interface de cogestão. Assim, é possível afirmar que uma das marcas constitutivas da política de patrimônio imaterial é a existência de dinâmicas de informação mútua, nas quais os detentores tanto acessam conhecimentos sobre a política quanto fornecem dados sobre sua realidade e vivência cotidianas. No entanto, verifica-se que esse intercâmbio de informações não é condição suficiente para compreender as possibilidades de participação dos detentores nos processos de patrimonialização de suas práticas culturais.

Isso ocorre porque as dinâmicas de informação e esclarecimento, muitas vezes, aparecem como espaços de legitimação de decisões e encaminhamentos tomados em instâncias que não contam com a presença dos detentores. Nesses casos, eles ficam excluídos dos debates e deliberações que definem a implementação da política, e a interface comunicativa se conjuga com a interface de transferência, na qual o Estado mantém o monopólio das decisões que regem a implementação da política, ainda que se estabeleça o processo canais de diálogo e comunicação com as comunidades detentoras, elas são apenas “mobilizadas” e “esclarecidas” sobre a política e tomadas como fontes de “informantes” ou “entrevistados” durante a realização das pesquisas que fundamentam a patrimonialização de suas práticas culturais. Tal conjugação pode indicar certa aproximação com as perspectivas gerenciais e despolitizadoras da participação, postuladas pelas propostas neoliberais, conforme debatido por Dagnino (2004a; 2004b).

Esta exclusão, entretanto, não é percebida em situações nas quais transparece a existência de interfaces cogestivas, ou seja, de espaços e/ou momentos de compartilhamento de poder em que a participação dos detentores aparece na construção conjunta das diretrizes para a política. Essas situações dizem respeito, sobretudo, à deliberação dos critérios e dos valores patrimoniais a serem atribuídos no reconhecimento de práticas culturais, como Patrimônio Cultural do Brasil e das ações que deverão ser implementadas para sua salvaguarda. Nessa conjugação entre interfaces comunicativas e interfaces cogestivas, a implementação da política não é definida a priori, em instâncias que não contam com a presença dos detentores ao invés disso, ela é construída conjuntamente com eles. Constitui-se, assim, um processo que torna visível o olhar dos detentores sobre suas práticas culturais e criam-se condições para que suas histórias sejam contadas e registradas considerando o seu próprio ponto de vista. Esse binômio indica o estabelecimento de uma relação mais porosa entre Estado e sociedade. Nele, a voz dos detentores não é apenas aquela que informa sobre suas práticas culturais, mas também aquela que define, junto aos atores estatais, tanto os rumos quanto os sentidos da patrimonialização dessas práticas.

Tal movimento pode indicar maior aproximação entre o aparelho administrativo-burocrático estatal e as demandas sociais, na direção de uma possível transformação da “tecnoburocracia” em “tecnodemocracia”, conforme postulado por Boaventura de Souza Santos (2002).

Considerações finais

Iniciei este artigo enfatizando a pertinência do tema proposto para este volume da Série *Patrimônio em Prática*, especialmente diante do contexto vivenciado nos últimos anos. Durante esse período, o país passou por um processo de desdemocratização em que a ideia, as dinâmicas e as instâncias de participação social foram objeto de constantes ataques e desmonte (Avritzer; Silva; Carvalho; Zanandrez, 2022; Tatagiba, 2021). Embora iniciados alguns anos antes (Avritzer; Silva; Carvalho; Zanandrez, 2022; Lavallo; Vera, 2022), foi em 2019 que esses ataques se consolidaram com a publicação do Decreto 9.759/2019, que previa a extinção e o estabelecimento de “[...] diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal” (Brasil, 2019). Ainda que não tenha logrado sucesso em seu intento de extinguir as instâncias participativas existentes no âmbito do Executivo federal – tendo em vista as reações à publicação do Decreto advindas tanto da sociedade civil quanto dos poderes Legislativo e Judiciário – as alterações no funcionamento e composição dos conselhos foram significativas ao ponto de descaracterizá-los em suas funções, impossibilitando “[...] uma real incidência da sociedade civil sobre a política pública [...]” (Bezerra; Rodrigues; Romão, 2022, p. 42).

No âmbito das políticas patrimoniais, a publicação do Decreto 9.759/2019 incidiu sobretudo no Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, em seu macroprocesso Apoio e Fomento, tendo em vista que, ainda que de forma gradual, caminhava-se na direção da institucionalização da participação social

por meio da criação de Conselhos Gestores da Salvaguarda de alguns bens culturais reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil. No entanto, esses conselhos foram extintos a partir da referida publicação. Mesmo que isso não tenha significado o encerramento do diálogo com as comunidades detentoras de bens registrados, o retorno ao estado de informalidade pode ter acarretado prejuízos para o andamento da política de patrimônio imaterial. Contudo, essa questão ainda carece de estudos mais aprofundados.

O processo de desinstitucionalização da participação social ocorrido nos últimos anos indica a importância do debate sobre o tema na conformação da democracia no Brasil, ocupando o centro das disputas que marcaram a política brasileira nas últimas quatro décadas, sendo um “[...] elemento definidor de um dos projetos políticos que disputavam os rumos do país” (Avritzer; Silva; Carvalho; Zanandrez, 2022, p. 109). Este projeto, que o Executivo Federal reassume em 2023, traz novamente a questão da participação social para a pauta político nacional, com a revogação do Decreto de 2019 e a publicação, no mesmo dia 31/01/2023, de dois novos decretos: um que institui o Conselho de Participação Social da Presidência da República (Brasil, 2023a), e outro que institui o Sistema de Participação Social (Brasil, 2023b). A expectativa é que a retomada dos debates sobre a participação social gere impactos nas políticas patrimoniais, indo além da política de patrimônio imaterial. Dessa forma, espera-se ampliar e aprofundar o diálogo entre sociedade e Estado na produção de parâmetros e ações mais inclusivos para a proteção da diversidade de memórias e histórias que conformam a identidade brasileira.

Referências

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Novas relações Estado-sociedade no governo federal brasileiro. Repertórios de participação em um Estado heterogêneo. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS/ANPOCS, 35, 2011, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2011.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, São Paulo, n. 50, p. 25-46, 2000.
- AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (org.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- AVRITZER, Leonardo; SILVA, Eduardo Moreira da; CARVALHO, Priscila Delgado de; ZANANDREZ, Priscila. Participação em tempos de desdemocratização: notas para um modelo de análise. In: TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Débora Rezende de; LAVALLE, Adrian Gurza; SILVA, Marcelo Kunrath (org.). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. Porto Alegre: Zouk, 2022. p. 109-128.
- BARBOSA, G. H.; KERBAUY, M.T.M. Instituição participativa e institucionalização da participação: uma discussão conceitual. In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2015, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: UNICAMP, 2015. v. 2. p. 251-275.
- BEZERRA, Carla de Paiva; RODRIGUES, Maira; ROMÃO, Wagner de Melo. In: TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Débora Rezende de; LAVALLE, Adrian Gurza; SILVA, Marcelo Kunrath (org.). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. Porto Alegre: Zouk, 2022. p. 37-64.

BORTOLOTTI, Chiara. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da Unesco de 2003. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 6-17, dez. 2010/mar. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9532/6353>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 5.753, de 12 de abril de 2006**. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. In: LEGISLAÇÃO sobre patrimônio cultural. Brasília: Câmara dos Deputados/ Edições Câmara, 2010b. p. 261-262.

BRASIL. **Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm. Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 11.406, de 31 de janeiro de 2023**. Institui o Conselho de Participação Social da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República, 2023a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11406.htm. Acesso em: 3 set. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 11.407, de 31 de janeiro de 2023**. Institui o Sistema de Participação Social. Brasília, DF: Presidência da República, 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11407.htm. Acesso em: 3 set. 2023.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 147, p. 69-78, 2001. (Patrimônio Imaterial).

CICONELLO, Alexandre. **A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://formacaoredefale.pbworks.com/f/Participacao+Social+como+Processo+de+Consolida%C3%A7%C3%A3o+da+Democracia+no+Brasil.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de cidadania y sociedade civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES: Universidad Central de Venezuela, 2004a. p. 95-110.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 139-164, 2004b.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, p. 153-163, 1996. Disponível em: <http://portal.lphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2023.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MinC-Iphan, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Iphan, 1996.

HEVIA, Felipe; VERA, Ernesto Isunza. La perspectiva de interfaz aplicada a las relaciones sociedad civil-Estado en México. *In: OLVERA, A. (org.). **La democratización frustrada:** limitaciones institucionales y colonización política de las instituciones garantes de derechos y de participación ciudadana en México.* Ciudad de México: Ciesas: Universidad Veracruzana, 2010. p. 59-127. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/hevia_felipe_isunza_ernesto_perspectiva_interfaz_aplicada_relaciones_sociedad_civil_estado_mexico.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Portaria n. 194, de 18 de maio de 2016.** Dispõe sobre diretrizes e princípios para a preservação do patrimônio cultural dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, considerando os processos de identificação, reconhecimento, conservação, apoio e fomento. Brasília: Iphan, 2016a. Disponível em: http://portal.iphان.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_194_de_18_05_2016.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Portaria n. 200, de 18 de maio de 2016.** Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI. *In: BOLETIM Administrativo Eletrônico do Iphan*, n. 1172, 20 maio 2016b, p. 22-33. Disponível em: http://portal.iphان.gov.br/uploads/legislacao/portaria_n_200_de_15_de_maio_de_2016.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

LAVALLE, Adrián Gurza. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. *In: PIRES, Roberto Rocha C. **Efetividade das instituições participativas no Brasil:** estratégias de avaliação.* Brasília: Ipea, 2011. p. 33-42. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/livro_efetividade.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, São Paulo, v. 67, p. 49-103, 2006.

LAVALLE, Adrián Gurza; VERA, Ernesto Isunza. Representación y participación en la crítica democrática. **Desacatos**, México, DF, n. 49, p. 10-27, sept./dic. 2015.

LAVALLE, Adrian Gurza; VERA, Ernesto Isunza. O que quer dizer participação aqui e hoje?... E outrora e alhures. In: TATAGI-BA, Luciana; ALMEIDA, Débora Rezende de; LAVALLE, Adrian Gurza; SILVA, Marcelo Kunrath (org.). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. Porto Alegre: Zouk, 2022. p. 261-284.

LEAL, João. Agitar antes de usar: a antropologia e o patrimônio cultural imaterial. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 5, n. 9, p. 22-37, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9452>. Acesso em: 23 ago. 2023.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social: El Colegio San Luis, 2007.

MORÓN, Victoria Quintero; CARRETERO, Cristina Sánchez. Los verbos de la participación social y sus conjugaciones: contradicciones de un patrimonio “democratizador”. **Revista Andaluza de Antropología**, Sevilla, n. 12, p. 48-69, marzo 2017. Disponível em: <https://digital.csic.es/handle/10261/148449>. Acesso em: 12 ago. 2023.

PEREZ, Olívia Cristina; SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. A produção acadêmica sobre participação social no Brasil: trajetória e agendas de pesquisa. **BIB**, São Paulo, n. 90, p. 1-22, set. 2019. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/488/466>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. A participação social no nível nacional: desafios a um projeto inacabado. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiência democrática, sistema político e participação popular**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 35-46.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. Da sociedade para o Estado: desafios da participação do Brasil. In: MARX, Vanessa (org.). **Democracia participativa, sociedade civil e território**. Porto Alegre: UFRGS: CEGOV, 2014a. p. 181-200.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. **Lua Nova**, São Paulo, n. 93, p. 61-91, 2014b.

PIRES, Roberto; VAZ, Alexander. **Participação social como método de governo?** Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. (Texto para discussão 1707).

PIRES, Roberto Rocha C.; AMARAL, Lucas Alves; SANTOS, José Carlos dos. Planejamento governamental e participação social: encontros e desencontros na experiência brasileira recente. In: CARDOSO JÚNIOR, José Celso; COUTINHO, Ronaldo. **Planejamento estratégico governamental em contexto democrático: lições da América Latina** – 2013. Brasília: Enap, 2014. p. 115-135.

ROCHA, Enid. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: VAZ, Flavio Tonelli; MUSSE, Juliano Sander; SANTOS, Rodolfo Fonseca dos (coord.). **20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social**. Brasília: ANFIP, 2008. p. 131-148.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, p. 97-105, 1996. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

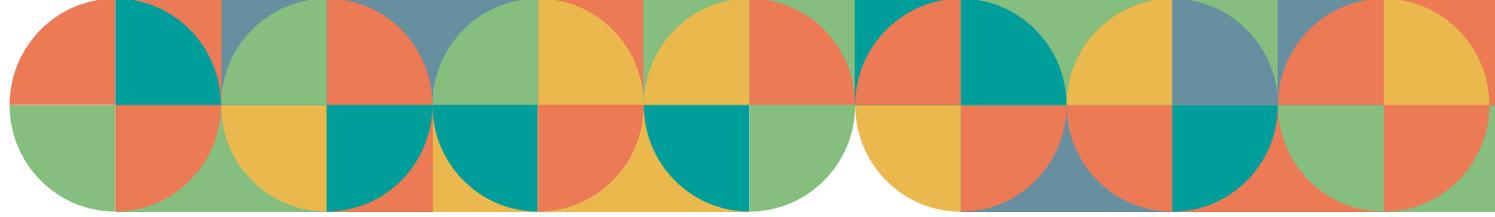
SALAMA, Morena Roberto Levy. **Comprometidos com o seu próprio passado: discursos e práticas participativas de salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em Gestão da Cultura e do Patrimônio) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 455-559.

TATAGIBA, Luciana. Desdemocratização, ascensão da extrema direita e repertórios de ação coletiva. In: AVRITZER, Leonardo; Kerche, Fábio; MARONA, Marjorie (org.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 441-452.

TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Débora Rezende de; LAVALLE, Adrian Gurza; SILVA, Marcelo Kunrath (org.). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. Porto Alegre: Zouk, 2022.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global**. Limites e desafios da participação cidadã. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: EUIP; Salvador: UFBA, 2002.



Produtos das práticas supervisionadas

O Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan integra, em sua proposta político-pedagógica, o desenvolvimento de práticas profissionais nas unidades das Instituições em que o discente está lotado, relacionadas às suas atividades cotidianas. Essas experiências são supervisionadas por técnicos e constituem uma oportunidade de articulação entre os conhecimentos práticos e os conhecimentos acadêmicos, no âmbito das disciplinas de Práticas Supervisionadas do curso.

Atualmente, o aluno desenvolve dois produtos intelectuais que são produções artísticas, bibliográficas ou técnicas/tecnológicas. Essa variedade de tipologias reflete suas vivências profissionais, contribuindo simultaneamente para os projetos do Iphan e de suas Instituições de origem. Alguns desses tipos e, por sua vez, subtipos, já são classificados pelos grupos de trabalho de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Outros produtos são inerentes ao campo da preservação do patrimônio e são formalizados junto à CAPES. Os destaques dessas produções são divulgados aqui, visando também consolidar novas tipologias e suas respectivas naturezas no âmbito da área Interdisciplinar, na qual o Mestrado está vinculado.

Esta seção da *Patrimônio em Prática* apresentará seis produtos elaborados por discentes das turmas de 2011, 2017, 2019 e 2020, selecionados por representarem de maneira significativa a temática abordada neste volume – diálogos e a participação social. Os trabalhos foram readequados ao formato desta publicação, podendo ter sido adaptado e/ou reduzidos. Ressaltamos que a produção intelectual dos discentes está disponibilizada integralmente para pesquisa/consulta no Arquivo Central do Iphan, seção Rio de Janeiro.

Importa ainda salientar que as imagens e referências bibliográficas contidas nos produtos técnicos das atividades de natureza prática são de responsabilidade dos autores. Optamos por manter a organização e os diferentes padrões de citações adotados em cada trabalho. Outrossim, as informações neles contidos se referem àquelas que vigoravam à época da escrita, de modo que as mudanças administrativas pelas quais o Iphan passou no decorrer do tempo podem não estar registradas.

Para efeitos desta publicação, respeitamos os tempos verbais empregados pelos alunos ao se referirem às suas inserções no cotidiano profissional das diferentes unidades do Iphan.



APONTAMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE SABERES TRADICIONAIS LIGADOS ÀS PLANTAS MEDICINAIS DA REDE FITOVIDA: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM GUIA/MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO

Aluno:

Juliana Izete Muniz Bezerra

Supervisor (a):

Pedro Gustavo Morgado Clerot

Unidade de prática profissional supervisionada:

Coordenação de Identificação/Coordenação-Geral de Identificação e Registro/ Departamento de Patrimônio Imaterial (Coide/CGOR/DPI) de Brasília

2021

Sou técnica em educação no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 2010. Concluí a graduação em Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB) em 2003 e a pós-graduação em Gestão de Projetos (*lato sensu*) na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2010. Minha experiência profissional se deu na Coordenação de Educação Patrimonial (2010 a 2015) e no Departamento de Patrimônio Imaterial (2015 a 2023). Atuei no apoio, elaboração e implementação de ações ligadas à educação patrimonial, à identificação de bens culturais imateriais e ao desenvolvimento de cooperações nacionais e internacionais para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Ingressei como aluna servidora no Mestrado (turma de 2019), em que propomos questões afeitas ao nosso cotidiano profissional e desenvolvemos pesquisas ligadas a ele, por meio de um edital que não estipula vagas e temas específicos. Assim, o produto desenvolvido teve como objetivo relatar a experiência ligada ao Inventário dos saberes tradicionais em saúde da Rede Fitovida, uma ação de identificação em curso no Departamento em que sou lotada. Como minha pesquisa se debruça sobre as noções de biodiversidade e os diálogos desta noção

com a implementação da política de salvaguarda dos saberes e conhecimentos tradicionais, o produto resultante busca oferecer um relato sobre as questões e desafios práticos que incidiram sobre essa interação específica entre o Iphan e as detentoras abrangendo, inclusive, o período desafiador da pandemia de covid-19.

Apresentação

O presente texto originou-se do produto de práticas profissionais supervisionadas que elaborei enquanto aluna do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, onde ingressei em 2019. O objetivo do produto foi apresentar o documento “Manual de identificação dos conhecimentos tradicionais da Rede Fitovida – apontamentos para um guia metodológico referente aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade segundo a experiência da Rede Fitovida”, desenvolvido ao longo do ano de 2020 como fruto de algumas de minhas práticas profissionais na Coordenação de Identificação (Coide) do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), pertencente ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Este trabalho foi realizado, especialmente, no período de março a dezembro de 2020 e resultou de uma parceria formal entre o Iphan e a Associação de Amigos da Rede⁶, que acompanhei como gestora técnica desde as negociações informais iniciadas ainda em 2017.

O documento divide-se em cinco partes: esta breve apresentação do contexto com descrição dos antecedentes da parceria; exposição de alguns desafios para formalização e execução da ação; descrição de alguns dos produtos resultantes; a conclusão e o manual anexo. Para adequar o texto à presente

⁶ A parceria foi estabelecida sob o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC, sobre a qual trataremos brevemente mais à frente. A legislação trata do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. O processo da parceria pode ser acessado por meio do processo SEI Iphan 01450.003155/2018-08, e refere-se ao Termo de Colaboração 880200/2019.

publicação, em conjunto com a Comissão editorial, optei por editar/excluir alguns trechos do “Manual de identificação dos conhecimentos tradicionais da Rede Fitovida – apontamentos para um guia metodológico referente aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade segundo a experiência da Rede Fitovida”. Essas edições foram feitas ou porque os temas já foram abordados no presente texto ou por questões de limite de espaço. No entanto, o manual está em sua íntegra disponível no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Iphan, por meio do processo 01450.003155/2018-08, documento 2676324, de 31/12/2020.

A Rede Fitovida é um grupo de detentoras de saberes tradicionais ligados às plantas medicinais, atuante no estado do Rio de Janeiro. A Rede existe desde o ano 2000 em diversos territórios do estado e aglutina grupos e coletivos também diversos em 6 (seis) regiões: (1) Metropolitana; (2) Baixada; (3) São Gonçalo; (4) Região Sul; (5) Região Norte; e (6) Serrana. Estes grupos identificam-se como agentes e referências culturais, detentoras e detentores – em sua ampla maioria mulheres – de saberes tradicionais ligados às plantas medicinais. Ao nos aproximarmos do grupo, notamos uma amplitude de atuações para a saúde comunitária, ligadas não só ao “mexer panela” – como chamam seu conhecimento de fazer remédios à base de plantas –, mas também à segurança alimentar e nutricional, à realização de tratamentos de baixo ou nenhum custo para melhoria da qualidade de vida comunitária e individual, além de uma gama de saberes, celebrações e formas de comunicação e partilha.

Em junho de 2017, quando trabalhávamos no Grupo de Trabalho de Avaliação do Inventário Nacional de Referências Culturais (GT-INRC), as representantes da Rede Fitovida apresentaram sua experiência ao Grupo, reiterando os desafios e contribuições de seu processo de identificação, formação e atuação

de pesquisadoras populares de inventário⁷. Como uma das experiências pioneiras de autoinventário, as pesquisadoras da Rede acabaram por testar – de maneira mais ou menos traumática – o quão participativa podia ser a identificação por meio do instrumento de identificação de bens culturais com base nas referências culturais proposto pelo Iphan, o INRC. Após esta apresentação no âmbito do GT, incentivadas pela fala com os técnicos e pelo projeto de extensão⁸ junto ao Mestrado Profissional do Iphan/Centro Lucio Costa (CLC)/Departamento de Cooperação e Fomento (Decof), as representantes da Rede manifestaram interesse em retomar e/ou finalizar o processo de identificação iniciado em 2004, ainda sob a coordenação e orientação de colegas do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), no Rio de Janeiro. Chegamos então, conjuntamente, à proposição de um Termo de Colaboração celebrado entre o Iphan e a Associação de Amigos da Rede Fitovida, nos moldes do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) (Lei federal 13.019/2014⁹), para o desenvolvimento de um guia metodológico de identificação destes saberes, como forma de projeto piloto, e com o intuito de atualizar as diretrizes de identificação do INRC quando de sua realização com grupos detentores de saberes tradicionais ligados à biodiversidade.

⁷ A mesa com a apresentação de Elisabeth Marins e Rosa Santos ao GT-INRC está disponível na íntegra no canal do Iphan no Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=qxs_djiiNAM.

⁸ Projeto de extensão “Patrimônio Cultural e Direitos Coletivos: Valorizando Saberes e Práticas Mediciniais Tradicionais - Segunda Fase”, coordenado pela Professora Joseane Brandão.

⁹ A lei estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define também diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e substituiu a normativa de convênios vigente até então. A normativa está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm. A lei estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define também diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e substituiu a normativa de convênios vigente até então. A normativa está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm.

A ideia era que a Rede propusesse quais informações foram e seguem sendo imprescindíveis na identificação do saber delas próprias, qual a melhor forma de fazer essa identificação e como superar as dificuldades impostas pelo INRC em sua forma original – um dos consensos sobre o instrumento é a dificuldade de lidar com as fichas em Word, seja pela necessidade da pesquisa de campo, seja pela estrutura repetitiva destas. Enfim, como identificar seus saberes de modo a fazer sentido para sua salvaguarda, ampla difusão e transmissão intergeracional.

Para nossa equipe da Coide/CGIR/DPI, a oportunidade do diálogo com a associação trazia a potencialidade de um primeiro projeto piloto para o que estávamos designando um “novo INRC”: um instrumento mais permeável às atuações diretas dos detentores de patrimônio imaterial e mais acessível a diversos públicos. Poderíamos iniciar o processo já sob as diretrizes técnicas que o GT elaborou¹⁰, contando com a participação de detentoras experientes em lidar com as famigeradas fichas do INRC. Além disso, a parceria poderia iluminar questões específicas e pertinentes aos inventários culturais que constam na Lei da Biodiversidade (Lei 13.123/2015), que estipula que os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético são patrimônio cultural brasileiro. Tais inventários constam como formas de reconhecimento desse patrimônio, conforme o artigo 8o, parágrafo 3, inciso III da citada Lei.

¹⁰ O relatório final do GT-INRC está disponível no processo SEI Iphan 01450.000282/2018-47.

1 Antecedentes da parceria e desafios para formalização e execução

Após uma primeira conversa em Brasília, em 2017, foram realizadas outras reuniões no Centro Lucio Costa, no Rio de Janeiro, e na Casa de Memória da Rede Fitovida, em Belford Roxo, em 2018. O objetivo desses encontros era apresentar os detalhes da Lei da MROSC, ao mesmo tempo que era elaborado conjuntamente o objeto da parceria – plano de trabalho, objetivos/metapas e atividades. Nós, da Coide/CGIR/DPI, apresentamos internamente um planejamento orçamentário para o ano de 2018, já vislumbrando o projeto piloto. Enquanto isso, a Rede, representada por Elisabeth Marins e Rosa Batista naquele momento, iniciou diálogos internos para propor um plano de trabalho visando a elaboração de um guia metodológico com base sólida em ação prática de salvaguarda de seus saberes – o que as detentoras conhecem como oficina de remédios caseiros. À época, notamos que o termo “guia metodológico” soava como jargão muito distante das práticas da Rede, mas insistimos nele como ponte entre o que pretendíamos institucionalmente e o que vislumbrávamos ser possível realizar naquela altura¹¹.

Desde a elaboração da primeira etapa do INRC da Rede (de 2004 a 2011), um dos principais desafios relatados para a salvaguarda de seus saberes é a transmissão intergeracional. O grupo composto em sua maioria por mulheres aposentadas e moradoras atuantes nas regiões periféricas do estado, enfrentava dificuldades financeiras e logísticas em executar os encontros e as oficinas. Além disso, e se ressentia

¹¹ O GT INRC, ao debater questões de participação social nos processos de identificação, trouxe à tona o debate sobre o uso de linguagem simples e acessível e a necessidade de estabelecer participativamente todas as etapas de identificação. Além disso, o respeito aos tempos e formas de decisão dos grupos detentores de referências culturais é um dos grandes desafios da implementação da política pública de PCI, especialmente quando lidamos com dinheiro público, como foi o caso desta parceria. Por fim, o termo de colaboração pressupunha o “interesse mútuo”, o que nos levou a insistir no termo guia metodológico em um primeiro momento.

da ausência da participação dos jovens, que estavam “muito ligados em rede social, do que na prática comercial voltada aos produtos naturais”, o que estaria “na moda”, segundo algumas interlocutoras da Rede com quem conversei no processo de construção da parceria.

Assim, para este Termo de Colaboração, a Rede formulou uma proposta de realização de 25 oficinas em escolas públicas e/ou instituições que lidavam com crianças e adolescentes. Também planejaram três encontros de formação para as equipes da Rede, compostas por duas referências culturais (mestras), dois agentes de conhecimento mais jovens e uma coordenadora. Após esses eventos, a intenção era desenvolver o guia metodológico de identificação de seus saberes, que elas decidiram chamar de Manual de Identificação. Era de extrema importância que o guia ou manual respondesse às necessidades delas na condição de coletivo, fornecendo informações importantes sobre como identificar e preservar seus saberes, bem como encarar as ameaças à salvaguarda. Inicialmente, esses riscos foram identificados como a ausência ou desinteresse da juventude, o uso indevido desses saberes por parte de alguns pesquisadores e acadêmicos, a falta de recursos para exercer o ofício de maneira voluntária, a perseguição à prática devido a questões de vigilância sanitária, a intolerância religiosa e o racismo.

Uma vez garantido o recurso por parte do Iphan, no valor de R\$ 100.000,00, iniciamos uma série de esclarecimentos e aprendizados mútuos sobre os passos burocráticos necessários para o estabelecimento da parceria. Posso destacar alguns, como: verificar se a associação estava ativa e se detinha certidões válidas; selecionar coordenadores técnicos e financeiros para a parceria entre os membros da associação¹²; apresentar a proposta de parceria ao coletivo maior, a Rede Fitovida, o que ocorreu durante

¹² Esses membros deveriam se capacitar em lidar com a Plataforma Mais Brasil, sistema online que operacionalizava as transferências de recursos oriundos da administração pública à época da parceria. Hoje as operações da Plataforma Mais Brasil constam do portal Transfere.gov (<https://www.gov.br/transferegov/pt-br>). Para grupos em que os saberes e ofícios prescindem em parcial ou total medida da educação formal e são baseados na oralidade, este é um empecilho real e bastante pragmático à execução de parcerias.

o Encontro Estadual da Rede de Conservatória/RJ em novembro de 2018; elaborar documentos para a votação por região das atividades pretendidas; e escolher as equipes em cada região.

Após a aprovação da parceria por cinco das seis regiões presentes no Encontro, a região metropolitana tinha alto grau de desmobilização em 2018 e optou por não fazer parte do projeto, começamos, então, o processo para a formalização do Termo de Colaboração.

Outrossim, minha prática profissional no Iphan também enfrentou desafios. Apesar de toda a mobilização da Rede, com o envio correto de documentação e o planejamento do trabalho em contato com as escolas que receberiam as oficinas nas cinco regiões (um esforço importante, dadas às circunstâncias de vulnerabilidades socioeconômicas da associação e das suas representantes), o processo de formalização (análise formal, técnica, jurídica e assinatura do Iphan) só foi concluído em junho de 2019. Isso prejudicou o cronograma do projeto, que estava programado para iniciar as oficinas presenciais em abril do mesmo ano.

Quando finalmente assinamos o projeto e garantimos o financiamento da ação, já nos deparamos com as equipes locais descrentes de que o projeto se concretizaria, conflitos internos na associação e problemas de comunicação com as equipes administrativas do Iphan. Nosso pessoal administrativo costuma não conhecer de perto a realidade das associações de detentores de patrimônio imaterial, pois lidam diariamente com inúmeros processos licitatórios e de convênios institucionais com os mais diversos perfis. Isso, os leva a se referir às associações como se fossem empresas acostumadas com processos licitatórios ou estruturadas do ponto de vista contábil e administrativo.

Na realidade das associações de detentores, nem sempre há pessoal especializado em gestão financeira, administração e/ou contabilidade. Muitas das ações acontecem por laços de solidariedade,

parentesco e compadrio, baseadas em parcerias pessoais prévias. Há poucos que se dispõem a enfrentar a burocracia, e muitos laços de informalidade proporcionam a execução dos projetos *in loco*. Assim, iniciamos o projeto com alguns problemas de partida: seria preciso reiterar os compromissos, restabelecer laços de confiança e solicitar à Rede a retomada do cronograma com todas as escolas. Também reconhecemos que calendários e ambientes escolares têm pouca flexibilidade para adequação a projetos externos, sobretudo que não estejam adequadamente planejados e confirmados. Por fim, instauramos a execução do montante por meio da Plataforma Mais Brasil (antigo sistema de gestão de convênios, Siconv).

No ambiente micro da execução, que faz parte da realidade com a qual lidamos diariamente ao executarmos uma política pública que se pretende inclusiva, nos deparamos com:

- (1) Membros das equipes que já não poderiam participar, exigindo ajustes nas equipes com o novo cronograma;
- (2) Membros das equipes que não possuíam contas bancárias – condição imprescindível para as transferências de diárias para os participantes do projeto via Plataforma Mais Brasil. Isso provocou a pertinente preocupação de que ao abrir essas contas pessoais, muitas pessoas poderiam correr o risco de pagar mais taxas e/ou se endividar após o término da parceria por cobranças de taxas bancárias residuais. Tendo em conta o perfil socioeconômico especialmente de algumas mestras e mestres, a preocupação nos foi legitimamente apresentada no 1º Encontro De Formação sobre a parceria, em julho de 2019, em Cachoeira de Macacu;
- (3) A necessidade de ajustar o plano de trabalho desde o início para alterar a forma de pagamento dos deslocamentos das detentoras, que moram em áreas rurais ou periferias urbanas de difícil

acesso, muitas vezes sem linhas de transporte oficial e onde podem ocorrer barricadas feitas pelo tráfico. Por não ser possível comprar as passagens por sites ou sistemas das empresas, optamos por pagar diárias adicionais para transportes das equipes, o que nos fez “perder” algum tempo ao realizarmos o ajuste na Plataforma Mais Brasil;

- (4) Lidar com a logística para a entrega dos materiais para as oficinas, como insumos para a confecção dos remédios, provou ser também um grande desafio não planejado por nós, envolvendo despesas adicionais de transporte e dificuldades de acesso às regiões;
- (5) Enfrentar conflitos inerentes às ações em associações, como a falta de pessoal para a execução físico-financeira (e a concentração dos serviços na pessoa da coordenadora técnica do projeto) e as dificuldades de comunicação entre as equipes técnicas e administrativas do Iphan;
- (6) Lidar com as mudanças de objetivos também comuns às ações coletivas. Haja vista que, inicialmente a parceria visava criar um guia metodológico enquanto fosse um projeto piloto do novo INRC, apoiando as detentoras em sua autoidentificação e na proteção contra usos indevidos de seus saberes. No entanto, este último desafio ao ser colocado para as equipes nos Encontros De Formação se esvaiu, parecendo ser algo a ser lidado futuramente ou de forma pontual pelo coletivo;
- (7) Lidar com o contexto inédito a todos nós da pandemia de coronavírus, com o falecimento de detentoras e detentores, inclusive de membros nomeados da associação que precisaram ser substituídos formalmente, a consequente desestabilização emocional e as dificuldades de manter o trabalho *on-line* com as equipes.

Esses foram alguns dos desafios encontrados na execução do projeto.

2 Produtos resultantes e conclusão

Como produtos resultantes do projeto, além das oficinas que atingiram diversas crianças e jovens das regiões, tivemos: (1) o site da Rede Fitovida, que ficou disponível em: <https://redefitovida.wixsite.com/meusite>; (2) uma cartilha / publicação resultante das oficinas nas escolas e nas instituições parceiras, também disponível no mesmo site no link https://7785188f-e350-41c5-9513-439b7913a1ba.filesusr.com/ugd/cf24ac_66c8a589beaa4bd685d858cbb70d731e.pdf; e o (3) Manual de Identificação que aqui apresento em uma versão reduzida, por conta dos limites editoriais da presente publicação, mas que pode ser acessado via Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do Iphan.

Para a elaboração do manual, realizamos inúmeras reuniões *on-line* a partir do dia 15/03/2020 – momento de recrudescimento da pandemia e de medidas restritivas em vários estados brasileiros e, coincidentemente, data do fim do terceiro e último Encontro De Formação do projeto. A partir deste momento, os encontros *on-line* se davam mensalmente, ou caso necessário a cada 15 dias, com a participação, principalmente, de Elisabeth Marins (coordenadora do projeto) e Regina Maria (presidente da associação). Chegamos a considerar a realização de uma reunião *on-line* para apresentar este produto final das práticas supervisionadas às coordenadoras das regiões do projeto, fazendo jus às decisões coletivas que costumam tomar. No entanto, isso se mostrou inviável devido ao contexto da pandemia, ao desgaste da equipe de gestão e à desestruturação emocional causada pela perda de algumas referências culturais nas regiões; que me colocava em situação totalmente atípica e sem possibilidades, nem desejo de cobrar prazos, reuniões etc., diante das tragédias pessoais e familiares de membros das equipes.

Vale ressaltar a conexão profunda das detentoras da Rede com as reuniões presenciais, algo que parece comum a todos os bens culturais imateriais. Os Encontros e Encontrões fazem parte da identidade das

detentoras e são, inclusive, identificados como celebrações em seu INRC - referências fundamentais para a salvaguarda dos seus saberes. Antes da parceria, ao presenciar alguns dessas reuniões pude notar que as atividades “burocráticas” e “formais”/metodológicas, eram realizadas, mas, rapidamente direcionadas para a troca de mudas, sementes e a constante troca de saberes, receitas e produtos naturais.

Observei também uma preparação meticulosa para os trabalhos e decisões em grupos, o que carinhosamente chamei de “democracia Fitovida” ao discuti-la com meus colegas mais próximos da Coordenação. As detentoras preparavam documentos simples, com poucos parágrafos e perguntas assertivas, que deveriam ser respondidas pelas regiões durante as plenárias após debate em grupos menores. Com efeito, a ausência dos encontros presenciais teve profundo impacto nesse modo coletivo de decidir. Embora haja uma ampla adesão aos aplicativos de mensagens instantâneas, como o Whatsapp¹³, para manutenção de vínculos (e conflitos), trocas de saberes, agendamentos de atendimentos e eventos, nem todas as detentoras fazem uso dessas ferramentas.

No manual ou guia, é possível ter mais detalhes sobre a construção dessa proposta. É importante destacar o meu privilégio “problemático”, como discutido em algumas reuniões de equipe, de poder acompanhar uma ação de execução direta à distância, mesmo quando isso não era uma imposição da pandemia. A execução de projetos dessa forma não costuma acontecer com a participação de técnicos do Iphan Sede, mas sim das superintendências nos estados. A atuação dos técnicos do DPI em Brasília costuma ser concentrada em formular (preferencialmente em conjunto com as Superintendências) e oferecer orientações e diretrizes mais gerais sobre a política de salvaguarda, no estabelecimento de

¹³ Os áudios viabilizados por estes aplicativos parecem fundamentais na inserção de algumas das detentoras nas dinâmicas atuais de trocas de saberes, auto-organização e sociabilidade.

prioridades, temas e promovendo laços intersetoriais para a melhoria das execuções locais.

De fato, o projeto tinha a intenção de ser um piloto para a geração dessas diretrizes de implementação mais amplas, mas, ainda levando em consideração todas as especificidades e dificuldades locais, que são comuns ao trabalho dos “burocratas de nível de rua” ou de “linha de frente” do patrimônio cultural, como são os colegas das superintendências.

Por fim, cabe aqui menção à contribuição fundamental de vários técnicos do DPI, do Departamento de Planejamento e Administração (DPA), da Superintendência do Iphan no RJ e do CLC/DECOF¹⁴ a construção e debate do documento e de todo o projeto em suas diferentes etapas. Agradeço a todos pela oportunidade de prática profissional tão intensa e marcante em um ano em que debatemos o tema da saúde de maneira tão diária quanto assustadora. É impossível transpor em palavras a competência e perseverança de Elisabeth, Regina e equipes das regiões que tocaram o projeto. Seus conhecimentos, resiliência e trajetórias de vida me emocionam e causam orgulho por termos conseguido chegar a esses resultados em meio a tanto.

¹⁴ Agradeço a Ivana Cavalcante, Pedro Clerot, Desirée Tozi, Deyvesson Gusmão, Kátia Michelan, Janila Betânia e Juliana Silva (do DPI), a Laís Stival, Luisa Maestralli e Fellipe Vasconcelos (do DPA), à Leticia Ribeiro (Iphan-RJ), à Joseane Brandão (Iphan/CLC) e à Luciana Carvalho (UFOPA).



Foto 1 – 3º Encontro De Formação do projeto, 15/03/2020, em Itaipuaçu - RJ. Plenária final



Foto 2 – 3º Encontro De Formação, 14/03/2020, em Itaipuaçu - RJ. O Encontro contou com a apresentação da Prof. convidada Luciana Carvalho, da UFOPA, sobre sua experiência com Protocolos Coletivos de consentimento junto a comunidades de povos e comunidades tradicionais. (crédito: Joseane Brandão)

Anexo 1¹⁵



¹⁵ Para viabilizar a edição da presente publicação, inserimos “[trecho editado]” em partes deste anexo. O material original conta com 33 páginas e pode ser acessado via Sistema Eletrônico de Informações do Iphan, com referência ao processo 01450.003155/2018-08. O acesso se dá pelo portal do Iphan na internet (<https://www.gov.br/iphan/pt-br>), na área de “Serviços”, clicar em “Sistema Eletrônico de Informações” e “Consulte seu processo”. O manual consta do documento 2676324, de 31/12/2020.

FICHA TÉCNICA

Elaboração final do texto e revisão:

Elisabeth da Cruz Marins

Regina Maria do Nascimento

Juliana Bezerra

Ivana Cavalcante

Letícia Ribeiro

Joseane Brandão

Desirée Tozi

Este material contou com a participação e colaboração das equipes das regiões envolvidas no TC 880200/2018:

Região Baixada: Elisabeth da Cruz Marins (Coordenadora Técnica), Maria das Graças Correia Gomes (Referência Cultural), Marcia Andréa Nonato (Coordenadora Regional) e Maria Matilde de Jesus Santos (Referência Cultural).

Região Norte: Catarina das Graças Chagas (Referência Cultural), Viviane Ramiro Silva Martins (Coordenadora Regional). Alcimaro Honório Martins (Agente do Conhecimento Tradicional em Plantas Mediciniais Jovem) e Yan Vieira Ramiro da Silva (Agente do Conhecimento Tradicional em Plantas Mediciniais Jovem).

Região São Gonçalo: Alaíde Francisca dos Santos (Referência Cultural), Carolina Paula dos Reis Resende (Referência Cultural), Elaine Aguiar Caetano (Agente do Conhecimento Tradicional em Plantas Mediciniais Jovem), Everaldo Nunes de Oliveira (Referência Cultural) e Rosa dos Santos Batista (Coordenadora Regional).

Região Serrana: Eurídice Emília Mota Carreiros (Referência Cultural), Ianielle Moreno dos Santos Delfino (Agente do Conhecimento Tradicional em Plantas Mediciniais Jovem), Maria Luiza da Silva Campos (Referência Cultural), Miriam Marino da Silva Schuenck (Coordenadora Regional) e Vanici Schuenck Macário (Agente do Conhecimento Tradicional em Plantas Mediciniais Jovem).

Região Sul: Devanir Ribeiro Alves (Referência Cultural), Hilda da Silva Oliveira (Coordenadora Regional), Larah Silva Loures (Agente do Conhecimento Tradicional em Plantas Mediciniais Jovem).

Coordenação de Identificação – Coide

Pedro Clerot

Coordenação-geral de Identificação e Registro – CGIR

Deyvesson Gusmão

Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI

Hermano Queiroz

Coordenação de Convênios – CCONV

Andressa Durães

Equipe técnica CCONV

Luisa Maestralli

Fellipe Vasconcelos

[trecho editado]

[trecho editado]

Agradecimentos:

Jorge Luiz Saldanha da Silva (*in memoriam*), Dona Juliana (*in memoriam*), Frei José (*in memoriam*) e Luciana Carvalho.

Apresentação

Este documento é resultado das atividades e metas realizadas no âmbito do Termo de Colaboração 880200/2018 entre o Iphan e a Associação de Amigos da Rede Fitovida e tem o intuito de compor diretrizes para um guia metodológico ou manual de identificação de conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, ou, em sentido mais amplo, de conhecimentos/saberes tradicionais associados à biodiversidade, tendo como base a experiência das agentes de conhecimento tradicional ligado às plantas medicinais da Rede Fitovida, no estado do Rio de Janeiro.

O objetivo é apontar caminhos para a identificação destes conhecimentos, levantar questões relevantes aos detentores de tais saberes e, ao mesmo tempo, construir melhorias nos processos de identificação de bens culturais imateriais. Como fim último, também vislumbramos em conjunto valorizar, divulgar e difundir o conhecimento tradicional no uso das plantas medicinais tanto para Rede Fitovida, como para os mais jovens e, ainda, outras comunidades tradicionais detentoras deste conhecimento, conforme os princípios de cuidado e respeito com a natureza e com a biodiversidade, para que se mantenha vivo nas novas gerações.

A proposta de formulação desse guia/manual metodológico decorre de alguns fatores, que listamos em seguida e que antecederam a celebração do Termo de Colaboração.

Primeiro, a existência do marco legal de acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados (CTA) constante na Lei n. 13.123, de 20 de maio de 2015, que coloca o CTA como integrante do patrimônio cultural brasileiro e traz, em seu artigo 8º, que:

Art. 8º Ficam protegidos por esta Lei os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético de populações indígenas, de comunidade tradicional ou de agricultor tradicional contra a utilização e exploração ilícita.

§ 1º O Estado reconhece o direito de populações indígenas, de comunidades tradicionais e de agricultores tradicionais de participar da tomada de decisões, no âmbito nacional, sobre assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável de seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético do País, nos termos desta Lei e do seu regulamento.

§ 2º **O conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético de que trata esta Lei integra o patrimônio cultural brasileiro e poderá ser depositado em banco de dados**, conforme dispuser o CGen ou legislação específica.

§ 3º São formas de reconhecimento dos conhecimentos tradicionais associados, entre outras:

I - publicações científicas;

II - registros em cadastros ou bancos de dados; ou

III - **inventários culturais** (Brasil, 2015, grifo nosso).

Como decorrência desse marco, há o questionamento por parte da Câmara Setorial dos Detentores do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN/MMA), na qual o Iphan possui assento como representante da área da Cultura, sobre o lugar institucional dos inventários culturais ou bancos de dados de que trata o item III do parágrafo 3º, do Art. 8º da Lei. O DPI iniciou a discussão dessa pauta junto à CS Detentores do CGEN para entender melhor as demandas do grupo em relação aos inventários, bem como refletir sobre as implicações e formas de agregação do CTA à política federal de salvaguarda do patrimônio imaterial. Também a Rede Fitovida já esteve em reuniões do CGEN e em contatos com agentes da política pública de preservação do meio ambiente, em meados de 2011, para relatar sua

experiência na gestão e proteção dos seus conhecimentos tradicionais¹⁶. A interface da Rede com tais agentes resultou na inserção do trecho abaixo em seu Protocolo Comunitário, datado de 2017, outro documento de referência para as agentes:

Somos uma comunidade tradicional porque nos organizamos social, cultural e espiritualmente para a reprodução dos conhecimentos tradicionais em plantas medicinais herdados dos nossos ancestrais. Por isso temos direito, como comunidade tradicional que detêm conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, de sermos incluídos na repartição de benefícios gerados por empresas que usem o conhecimento tradicional e de participar das decisões em relação ao destino destes benefícios de acordo com a Lei 13.123/2015 (Rede Fitovida, 2017, p. 34).

Segundo o processo de revisão e atualização do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), iniciado oficialmente com as atividades do Grupo de Trabalho de avaliação do INRC (GT INRC), instituído pela Portaria n. 283, de 15 de julho de 2016: o GT dedicou-se a avaliar as experiências realizadas com o instrumento em diferentes contextos de aplicação e fazer recomendações para sua atualização e revisão. O grupo analisou o INRC sob diversos aspectos conceituais e práticos, discutindo melhorias necessárias ao desempenho de sua função como um instrumento da política pública de patrimônio imaterial, acerca dos quais levantamos três pontos de destaque: (a) as reflexões obtidas vieram respaldar a visão da Coordenação de Identificação de que a maturidade constituída em 18 anos de aplicação do INRC, que totaliza mais de 160 projetos, permitem concluir que o INRC muitas vezes não se adequa de forma satisfatória à diversidade de objetos que compõem o escopo da política, considerando a necessidade de aperfeiçoamento e diversificação dos instrumentos de identificação; (b) a necessidade de atualização das informações sobre os bens culturais inventariados, no sentido de que os inventários possam

¹⁶ Conforme consta no Relatório final da segunda fase do INRC da Rede Fitovida, 2019, p. 4. O relatório pode ser acessado pelo Processo SEI Iphan n. 01458.000401/2018-91.

desempenhar de forma mais efetiva a função de instrumento de gestão da política de salvaguarda do patrimônio imaterial, permitindo o acompanhamento da vitalidade dos bens e gerando subsídios para a implementação de ações de apoio e fomento ao desenvolvimento das práticas culturais; (c) a qualificação permanente da participação dos detentores das práticas culturais na realização dos inventários do Iphan, de forma a garantir a autonomia dos grupos em sua execução.

Por fim, está vigente o Acordo de Cooperação Técnica entre o Iphan e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)/Mapa (ACT n. 001 de 2016) –, que visa o fortalecimento da conservação dinâmica de sistemas agrícolas tradicionais e da salvaguarda de bens culturais imateriais associados à agrobiodiversidade. A Meta 4 deste acordo diz respeito ao desenvolvimento de metodologias para a realização de inventários culturais de saberes tradicionais associados à biodiversidade, prevendo como um dos resultados a proposição de guias metodológicos.

O documento aqui proposto coaduna estes esforços, uma vez que as decisões tomadas em todos esses fóruns de trabalho convergem para a realização de ações piloto que possam propiciar contextos de aplicação para as discussões realizadas, visando a consolidação de diretrizes e a criação e aperfeiçoamento de instrumentos para o desempenho da política pública.

Por sua vez, a experiência de identificação de bens culturais da Rede Fitovida se mostrou pioneira na formação e no protagonismo de pesquisadores detentores (ou pesquisadores populares) – formulando diversas bases para os autoinventários de referências culturais. Iniciado em 2004, o processo de Inventário da Rede se estabeleceu a partir de diversas estratégias de mobilização para a identificação e a documentação dos seus saberes relativos às plantas medicinais e remédios caseiros. Alguns dos produtos e processos de destaque são a elaboração coletiva da Cartilha de Princípios da Rede (cuja primeira versão data de 2001), da Cartilha do INRC de 2008 (elaborada durante o IV Encontro da Rede em

2007, contendo os princípios da primeira cartilha e relações com políticas públicas vigentes à época), do Protocolo Biocultural Comunitário da Rede Fitovida (2017), as estratégias de comunicação internas e externas, como o Boletim Fitoteia e os Encontros Regionais e Estaduais De Partilha, bem como o Encontro (que ocorre a cada 3 anos), e o constante processo de salvaguarda dos bens culturais identificados no Inventário em suas diferentes fases.

Apresentamos aqui, portanto, alguns pontos fundamentais para o aperfeiçoamento do instrumento de Inventário de identificação de referências culturais, no intuito de colaborar para sua atualização e melhor adequação à realidade de detentores e agentes de conhecimentos e saberes tradicionais relacionados à biodiversidade, mesmo que precisemos atentar para o contexto bastante específico – e internamente diverso – da Rede Fitovida em seu território de atuação: as cinco regiões no estado do Rio de Janeiro¹⁷.

Esperamos ainda que o documento sistematize algumas das necessidades e especificidades deste público detentor, de modo a fortalecer as políticas públicas voltadas a ele, especialmente as correlatas a seus aspectos culturais. Este manual – como os grupos das regiões participantes optaram por chamá-lo durante o 2º Encontro De Formação do Presente Termo de Colaboração, realizado em Nova Friburgo, em novembro de 2019 – foi debatido ao longo de toda a parceria, que se configurou da seguinte forma: realização de três Encontros das equipes das regiões da Rede¹⁸; cada grupo regional foi formado por uma coordenadora (necessariamente uma agente de conhecimento tradicional), duas referências culturais

¹⁷ A rede atua em seis regiões no RJ - Metropolitana, Norte, Serrana, Baixada Fluminense, São Gonçalo e Sul. No entanto, a região Metropolitana optou em assembleia prévia à formalização da parceria por não participar do projeto por não estar devidamente mobilizada para as ações planejadas.

¹⁸ 1º Encontro De Formação em Cachoeira de Macacu - RJ, julho de 2019; 2º Encontro De Formação em Nova Friburgo - RJ, novembro de 2019; e 3º Encontro De Formação em Itaipuaçu - RJ, março de 2020.

(como são conhecidas as mestras e mestres do conhecimento ligado às plantas e à medicina popular) e dois jovens agentes do conhecimento tradicional; os Encontros De Formação foram entremeados pelas oficinas nas escolas e/ou instituições que atendem crianças e jovens das regiões participantes, de modo a realizar ações de salvaguarda do conhecimento, transmissão intergeracional e levantar questões relevantes para compor o guia/manual de identificação que aqui apresentamos. Além disso, a produção de material de comunicação compôs a parceria, como a produção de pôsteres, cartilhas e formulação do site da Rede Fitovida, disponível em: <https://redefitovida.wixsite.com/meusite>. O guia/manual foi foco dos debates ainda entre a coordenação técnica do projeto com a equipe de gestão e acompanhamento da parceria, do Iphan, em diversas reuniões e videoconferências realizadas nos anos de 2019 e 2020.

Assim, este documento foi produzido colaborativamente entre as equipes do Iphan envolvidas na ação, com representantes do Departamento de Patrimônio Imaterial, da Superintendência no Rio de Janeiro e do Centro Lúcio Costa, e a Coordenação do Projeto na Rede Fitovida. Seguem sistematizadas as discussões de relevância para a temática abordada, constituídas no GT de avaliação do INRC e no Seminários Roças e Plantas, realizado no âmbito da cooperação Iphan/Embrapa. Ressalta-se que representantes da Rede Fitovida foram envolvidos nesses processos, a fim de contribuírem com suas experiências e ficarem a par do estado atual da temática no âmbito das políticas públicas. Também se recuperam as discussões e análises realizadas nas duas etapas do INRC da Rede, além dos relatórios dos Encontros e Encontrões nos quais são relatadas as discussões e deliberações do grupo sobre o processo de inventariança. Se optou por fazer essa síntese no âmbito desse documento, como forma de reunir informações e facilitar o acesso dos membros da Rede e interessados aos assuntos e discussões que estiveram orbitando a realização do projeto.

1 Avaliação da experiência do INRC da Rede Fitovida: potencialidades e problemas

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) dos grupos comunitários articulados à Rede Fitovida no estado do Rio de Janeiro teve início em 2004, com apoio do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), unidade do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan. É considerada uma experiência pioneira, tanto em razão da data precoce de sua realização, visto que, embora o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) tenha sido lançado em 2000, com a publicação do Decreto n. 3.551, o impulsionamento das ações de forma mais estruturada se dá a partir de 2004 com a criação do Departamento de Patrimônio Imaterial na estrutura do Iphan. Pode ser considerada também o primeiro caso de apropriação do INRC pela sociedade, visto que as experiências de inventariação anteriores foram propostas e conduzidas pelo Iphan. No caso do inventário da Rede a proposta era desde o seu início a realização de uma auto inventariação.

A autonomia nos processos e a discussão sobre identidade coletiva é a tônica dos trabalhos da Rede desde sua formação em 2000, quando no I Encontro de Articulação dos Grupos Comunitários de Saúde, realizado em Petrópolis, se cria uma frente de atuação associativa, com foco na promoção da articulação dos grupos e partilha dos saberes e experiências com os remédios e as terapias desenvolvidas de forma isolada por grupos e agentes.

No segundo Encontro, no ano seguinte, já com uma equipe coordenadora constituída, foi diagnosticada a necessidade de criação de uma Carta de Princípios que definisse melhor a identidade coletiva do grupo e instituídos alguns critérios para delimitar a participação nas atividades de reunião promovidos pela Rede. Além de algumas regras gerais de conduta, como trabalho voluntário e a crença no poder

curativo das plantas, era uma preocupação a defesa de seus integrantes em relação às legislações, perante as quais as práticas medicinais tradicionais não tinham enquadramento e não atendiam aos preceitos e normas técnicas de saúde.

Derivada dessa preocupação, no ano de 2003, havia sido amplamente discutida a possibilidade de legalização da Rede de modo a atuar em consonância com as legislações sanitárias vigentes da época. No entanto, por ocasião do III Encontro Regional ocorrido neste mesmo ano, a Rede havia decidido coletivamente por não se legalizar, entendendo que isso traria prejuízos à diversidade de atuações dos grupos comunitários divididos em regiões em todo o estado do Rio de Janeiro.

Foi essa perspectiva que levou as representantes da Rede a se atentarem pelas proposições e mecanismos da política de patrimônio imaterial, que instituíram o reconhecimento cultural, dispensando de adequações legais e formais como as exigidas pelo Ministério da Saúde (ou agências locais sanitárias) para a regulamentação das práticas de saúde.

A Rede optou por fazer o caminho da articulação como forma de empoderamento e fortalecimento do grupo em suas convicções e práticas. A autorreflexão sobre a identidade coletiva fundada nos conhecimentos, valores e tradições em fazer e ministrar remédios caseiros acabou por determinar um caminho de atuação. A realização INRC vem nesse sentido, de pensar as razões e características fundamentais de realização do trabalho com a medicina tradicional, o repertório de produtos e os modos de fazer, que constituem o amplo e diversificado universo dos conhecimentos fitoterápicos reunidos nesse grupo.

Tal caminho envolveu a reflexão aprofundada dos membros sobre todas as questões que permeiam seus saberes e suas práticas, em aproximação com os termos e entendimentos propostos pelo campo do patrimônio, especificamente os colocados pelo INRC. Termos que foram apropriados pela Rede e

agregados à construção de sua afirmação identitária. A condução de um olhar para si e da autodocumentação e registro de suas práticas foi o percurso trilhado pela Rede no caminho de formação de sentidos de coletividade e identidade, centrando nos encontros entre os membros e nas oportunidades de partilha de saberes a principal estratégia de fortalecimento e difusão de seus conhecimentos. Assim, a cartilha, o protocolo, o livro de receitas, os boletins e outras peças documentais fazem sentido se interpretadas como peças do esforço de se pensar e autodefinir, buscando instrumentos de difusão e comunicação dentro dos contextos de atuação.

Cabe mencionar que a trajetória da Rede é profundamente marcada por interações e mediações com instituições, sejam executores de políticas públicas, sejam de pesquisa, incluindo organizações não governamentais e movimentos sociais, que de forma dialógica contribuíram com debates e aportes conceituais ao modo como a Rede foi se constituindo como organização e demarcando seu campo de entendimentos e atuação.

No que tange à aproximação com o Iphan para a realização do INRC, a experiência da Rede permitiu levantar várias questões, que também retroalimentaram a instituição, possibilitando uma reflexão crítica sobre os entendimentos e instrumentos que pautam a política lançada. Nesse documento, são trazidos os pontos de maior importância, que muito elucidaram a avaliação do INRC e os caminhos trilhados para seu aprimoramento, por ora em curso na Coordenação de Identificação (Coide) do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI).

O INRC da Rede, em sua etapa de levantamento preliminar iniciada em 2004, envolveu 108 grupos e 35 monitores, que participaram da capacitação sobre o INRC junto ao CNFCP e que levavam as informações aos pesquisadores populares em todas as regiões.

A conclusão da primeira etapa contribuiu para:

- Sistematizar as experiências das comunidades, passando da oralidade para a escrita. Essas práticas que integravam um conjunto de saberes transmitidos por meio da oralidade começaram a ser registradas nos cadernos de receitas;
- Partilhar o conhecimento produzido pela pesquisa do INRC;
- Permitir o reconhecimento dos saberes e práticas tradicionais de saúde;
- Possibilitar uma grande visibilidade no trabalho da Rede Fitovida, o que deu origem a publicações em revistas, cartilhas, artigos em jornais, vídeos, recebimentos de prêmios, livros etc.

Todas essas ações de salvaguarda levaram ao empoderamento do saber e ao protagonismo social e cultural, assim como contribuíram muito para o incremento da autoestima das referências culturais e agentes. Iniciativas que puderam valorizar, preservar, transmitir e difundir esses conhecimentos para outras gerações e favorecer a implementação de políticas públicas que valorizassem o conhecimento tradicional acerca das plantas medicinais e remédios caseiros.

Os principais desafios encontrados, segundo a equipe de pesquisadoras da Rede envolvidas na parceria desse Termo de Colaboração, foram¹⁹:

¹⁹ Além da elaboração conjunta e revisão deste documento, utilizamos como fonte: (a) os relatos de Elisabeth Marins e Rosa dos Santos Batista no GT INRC, na mesa “Experiências de Inventários Nacionais de Referências Culturais – INRC – com a participação de pesquisadores populares”, realizada em Brasília - DF em 06/10/2017 e disponível em https://www.youtube.com/watch?v=qxs_djliNAM, (b) o Relatório final da segunda fase do INRC da Rede, (c) a memória do 1º Encontro de Avaliação dos Inventários realizado em 2005 e disponibilizado no INRC da Rede (sem autoria) e (d) relatos dos Encontros da Rede disponibilizados também em no INRC.

-
- a utilização das fichas do INRC, disponibilizadas em Word, especialmente pela ausência de equipamentos e computadores em todas as regiões - muitos pesquisadores levavam as fichas para preenchimento à mão durante o trabalho de campo;
 - a transcrição da oralidade - característica do saber e das experiências das mestras e mestres da Rede - para a linguagem escrita, que acarretou a dificuldade de “colocar nas fichas os nossos sentimentos vividos nas experiências do dia a dia” (fala de Elizabeth Marins no Relatório da 2ª Etapa do INRC);
 - o acesso a alguns dos membros da Rede, detentoras e referências, em regiões rurais e periféricas do estado, onde atuavam os grupos;
 - limitações orçamentárias para os deslocamentos necessários à pesquisa, dado o perfil do trabalho da Rede, de caráter voluntário, e o perfil socioeconômico das agentes de pesquisa;
 - compartilhamento do conhecimento gerado e sistematizado pelo INRC dentro da própria Rede;
 - o temor da exposição de alguns dos detentores, pelo receio do enquadramento de suas atividades como ilegais²⁰.

Além disso, o instrumento do INRC mostrou-se limitado em sua estrutura para a descrição das dinâmicas dos grupos de detentores e de suas referências culturais. Ficou claro, ao longo do tempo de debates e atuações da Rede para a feitura de seu inventário, que as referências culturais extrapolaram o conceito trazido pelo INRC em seu manual de aplicação (Iphan, 2000). A insuficiência de espaço na ficha para descrever a trajetória e as histórias de vida de mestres e mestras já falecidas, as chamadas

²⁰ A medicina tradicional e a feitura de remédios e sanativos com base nas plantas medicinais têm sido, historicamente, apontadas como curandeirismo, que é tipificado como crime no Código Penal brasileiro. Houve sempre uma relação de disputas e complementaridades, apoios e conflitos entre as classes médicas e/ou lideranças religiosas que abrigam/abrigavam as salas, os projetos e os quintais/hortas e os agentes de saúde populares.

referências culturais, cuja atuação seria central para a Rede detalhar, seja pelo conhecimento das plantas, seja pelo atendimento às comunidades das regiões onde atuavam, foi um dos pontos fracos detectados no INRC pelas pesquisadoras da Rede.

Houve ainda alguma dificuldade em definir o sítio, conforme a respectiva ficha proposta pelo manual (Iphan, 2000), e também em descrever a centralidade dos Encontros, descritos na categoria Celebrações, para a salvaguarda dos saberes e conhecimentos da Rede.

Em 2011, iniciou-se uma parceria com o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan no Rio de Janeiro e com o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), de modo a viabilizar uma marca coletiva para a Rede, que também não foi um processo concluído, por decisão coletiva de seus membros. De todo modo, durante o trabalho com o Mestrado foi estabelecido o projeto de Extensão “Patrimônio Cultural e Direitos Coletivos: valorizando Saberes e Práticas Medicinais Tradicionais - Segunda Fase”, que fomentou a reflexão sobre uma série de questões ligadas às potencialidades do processo de inventário da Rede, como: a mobilização contínua necessária para a realização do autoinventário; a valorização da documentação acumulada no processo e dos materiais resultantes; a organização, gestão e divulgação dessas documentações e registros das ações da Rede (sejam oficinas ou encontros) e as mediações necessárias com as esferas governamentais de diversas políticas públicas²¹, entes financiadores, academia e outros grupos de detentores de conhecimento tradicional associado à biodiversidade. Outras ações decorrentes foram a identificação de raizeiras, parteiras e demais agentes do conhecimento tradicional que a

²¹ Além das políticas e programas culturais, com a de patrimônio cultural imaterial e a de museologia social, o grupo manteve processos de aproximação com a Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos (tocada pelo Ministério da Saúde, por meio de seu conselho intersetorial), a Política nacional de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais (tocada pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social) e a Política de gestão de conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético (tocada pelo Ministério do Meio Ambiente).

Rede envolve e a relevância das traduções do linguajar patrimonial (conceitos e fundamentos constantes na política de patrimônio cultural) realizadas pelas pesquisadoras populares ao longo do processo.

No ano de 2013 houve a retomada da segunda etapa do inventário, com base nas análises do DPI/Iphan. Nessa etapa de trabalho, foi reiterado o importante papel exercido pelo inventário no desencadeamento de reflexões sobre a identidade do grupo e o papel desempenhado por seus integrantes, além da necessidade de compreender melhor questões relacionadas aos direitos coletivos. Conforme afirmado no relatório desta etapa:

Levando adiante com firmeza a proposta de se auto inventariar, o grupo superou imensas limitações financeiras, educacionais e técnicas. Com ousadia, para além da tradução de conceitos, propôs novos entendimentos no que diz respeito a termos consolidados no campo do patrimônio, como “referências culturais”. Definiram, ainda, novas terminologias que serviram como marcadores de identidade do grupo, a exemplo dos termos “agentes do conhecimento tradicional em plantas medicinais” e “pesquisadores populares” (Relatório 2ª fase INRC, p. 4).

Em que pese que na sua segunda fase, tenham sido identificadas as referências culturais de acordo com as categorias propostas pelo manual (a saber: celebrações - Encontro Regional e Estadual Da Partilha, Encontro Estadual; lugar - cozinha, ponto de cultura casa da memória da Rede Fitovida, hortas, quintais e matas; ofícios e modos de fazer - agentes do conhecimento tradicional em plantas medicinais, referências culturais e remédios caseiros), o conceito de referências culturais passou a nomear/designar as pessoas de maior relevância e respeito entre os componentes da Rede.

Em 2017, a Rede Fitovida foi uma das convidadas a apresentar sua experiência de autoinventariação no Grupo de Trabalho para a Avaliação do INRC, cujos detalhes descreveremos na próxima seção deste documento [trecho editado]. Por fim, em 2018 o Iphan e a Rede iniciaram as tratativas para o

estabelecimento de uma parceria voltada a multiplicar o projeto e para elaborar este guia/manual. Em 2019, foi finalizada a segunda fase do INRC e sua documentação, juntamente com o pedido de Registro dos “Saberes e práticas tradicionais de saúde da Rede Fitovida, por meio do ofício de agentes do conhecimento tradicional em plantas medicinais, referências culturais e os modos de fazer remédios caseiros” que foram encaminhados ao DPI/Iphan.

2 Identificação: discussão de finalidade

Ao longo do projeto se buscou “afinar” os sentidos de uma ação de identificação. Por sua vez, a reflexão crítica consequente do desenvolvimento do INRC possibilitou levantar algumas questões sobre o significado de “inventariar” e suas finalidades. Na ocasião de realização do inventário cultural, o grupo discutiu sobre os porquês de se ocupar desse processo e os entendimentos inerentes a essa tarefa, como os significados de cultura, de tradição, de identidade e as formas de compreender as práticas do grupo, que o instrumento do INRC propunha. Foram destacados enfaticamente a necessidade de se pensar sistematicamente sobre quem eram os atores envolvidos e os benefícios à comunidade resultantes dessa iniciativa. As discussões estão criteriosamente documentadas nos relatórios dos encontros, especialmente o V Encontro (2010).

Conforme os relatórios e os relatos dos envolvidos, a principal potencialidade do INRC da Rede Fitovida foi a autorreflexão e o consenso sobre uma identidade coletiva sustentada nos conhecimentos tradicionais acerca de plantas medicinais. Isso acabou por gerar o *Protocolo Comunitário Biocultural dos Agentes do Conhecimento Tradicional em Plantas Medicinais da Rede Fitovida*, lançado em 2017, que define as características do trabalho dos agentes da Rede e os princípios a serem observados em suas

práticas fitoterápicas.

No âmbito deste projeto, a elaboração de um manual de como identificar os saberes da Rede tem o objetivo de aprofundar a reflexão sobre o ato de sistematizar e registrar a diversidade de conhecimentos e práticas que se conformam como patrimônio cultural, atentando-se às especificidades do grupo, além do que a experiência apontou em termos de dificuldades e potencialidades. Assim, diante dos antecedentes do inventário da Rede Fitovida e das questões anteriormente colocadas sobre a reconfiguração do instrumento do INRC, bem como os debates sobre identificação de conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, foi viabilizado que as representantes da Rede participassem e se integrassem aos debates. Desse modo, em reuniões feitas entre as coordenadoras do projeto e a equipe do Iphan foram discutidos os possíveis propósitos para se pensar o processo de identificação.

Se tratou das perspectivas postas pela Câmara de detentores de conhecimento tradicional do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen/MMA), no qual o Iphan tem assento, quanto às especificidades dos inventários culturais na Lei da Biodiversidade (Lei 12.123/2015), que os considera uma forma de preservação, por documentarem os conhecimentos na condição de propriedade coletiva de seus detentores e comunidades. Sendo assim, os inventários e outras formas de registros seriam estratégias contra a espoliação dos direitos das comunidades sobre seus conhecimentos tradicionais e instrumentos na luta pela repartição de benefícios.

Nesse contexto, a Rede considera que sua atuação vai em direção ao caminho da difusão do conhecimento tradicional associado às plantas medicinais e não da inibição da transmissão do conhecimento. O interesse da Rede Fitovida é garantir a troca de saberes e valorização de seus detentores, mobilizando as comunidades em prol de sua cultura. Portanto, a documentação dos saberes é vista como uma forma de incentivar a produção dos remédios caseiros feitos a partir das plantas medicinais, entendendo que o

registro documental é um meio de resgatar e promover o reconhecimento e o respeito dos ofícios muitas vezes deixados de lado por não terem sua importância reconhecida. Assim, tanto o INRC, como os Boletins da Rede são instrumentos de circulação dos saberes e formas de atuar para garantir sua transmissão.

Logo, tudo que é documentado deve servir para ajudar a difundir os conhecimentos das referências culturais sobre as plantas e modos de preparar os medicamentos em todas as dimensões - ecológica, religiosas e de solidariedade - que permeiam suas práticas. Por isso é tão importante que os materiais produzidos sejam pensados para possibilitar as trocas internas e sejam ligados aos modos próprios da rede de transmitir seus conhecimentos em oficinas comunitárias, nas atividades dos grupos e na parceria com outras instituições, como igreja, escolas e universidades, com o objetivo de disseminar as práticas e despertar o interesse em novos agentes em potencial.

Outro tema tratado sobre autoidentificação foi o interesse da Rede Fitovida no aprimoramento de sua organização política, via aperfeiçoamento do Protocolo comunitário, abarcando o detalhamento das regras de atuação interna e externa de seus membros, observando tópicos como hierarquia, fluxo interno e formas de tomada de decisão, delegação, representação e responsabilização. Para discutir essas questões com mais propriedade contou-se com a participação de Luciana Carvalho, antropóloga com experiência em organização e construção de protocolos comunitários, que trabalhou com a Rede na realização da primeira etapa do inventário, junto ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Com essa ajuda foram levantadas indagações sobre como esse grupo se organiza para realização de projetos, captação de recursos, cooperação com órgãos públicos, participação como representações em políticas públicas setoriais e outras atividades que exigem uma atuação externa às atividades dos grupos, referências e agentes comunitários.

Tomando a estrutura das reuniões da Rede, com os Encontros Estaduais e Regionais De Par-

tilha e os Encontros, foi proposto pensar qual é o caráter deliberativo desses eventos e como é o fluxo para as demandas serem levadas e deliberadas nessas reuniões. Além disso, como a Rede se organiza para propor projetos, quem são os entes autorizados a fazer isso e como se dão os processos de decisão coletiva.

Constatou-se que questões de ordem organizacional ainda não foram suficientemente debatidas entre os membros, sendo o grupo devera autônomo em suas atividades e decisões. Nas ações que exigem uma formalização maior, como a apresentação de projetos a editais, a associação acaba por absorver essas funções, colocando-as em pauta nas partilhas e nos Encontros Regionais.

Por sua vez, os mecanismos de proteção aos saberes tradicionais, buscando sustentação jurídica para regular acessos e usos dos conhecimentos e orientações sobre sua difusão, como os protocolos de consulta e consentimento, foram debatidos de forma coletiva no 3º Encontro De Formação do projeto. Os grupos consideraram que ainda precisariam ficar a par sobre o que esses instrumentos significam em sua atuação cotidiana e necessitariam de um processo de formação para isso. Foi avaliado que a Rede ainda não identificou muitos problemas dessa natureza e ficou claro que os grupos são reticentes a fazer regulamentações que possam enrijecer suas formas de atuação e limitar sua autonomia e de suas referências culturais.

O debate em conjunto com os grupos foi bastante rico e permitiu suscitar questões que podem ser melhor desenvolvidas futuramente, como os papéis dos colaboradores da Rede e a definição dos comportamentos desejáveis para o contato e aproximação com as atividades. Discutiu-se ainda alguns instrumentos auxiliares como o cadastro de colaboradores ou a existência de um Termo de Compromisso para trabalhos voluntários junto à Rede feito por meio de site.

Sobre a elaboração de um guia ou um manual, pela sua própria natureza de se apresentar como direção e não como amarra metodológica, avaliou-se que esse pode contribuir na elaboração de inventários dos conhecimentos de uma Referência (mestras que são reconhecidas por seu trabalho e conhecimento) ou de um grupo, saberes relacionados à culinária de uma região, ou mesmo de um projeto específico da Rede: por exemplo, em uma oficina escolar ou em uma comunidade, onde as pessoas podem usar o manual para anotar tópicos relevantes de serem preservados. Essas informações documentadas poderiam subsidiar diálogos nos Encontros da Rede, ou serem registros dos conhecimentos que são trocados durante os eventos.

Não apenas a finalidade documental poderia ser aplicada aos inventários propostos; há que se destacar o potencial de articulação e organização dos grupos comunitários que trabalham fundamentados no uso tradicional de plantas medicinais. As informações decorrentes do processo de mapeamento de grupos ou indivíduos podem se desdobrar em uma forma de atualização permanente do cadastro da Rede.

3 Questões debatidas nos Encontros e Encontrões da Rede Fitovida – subsídios para pensar processos de identificação com comunidades detentoras de saberes tradicionais associados à biodiversidade

Os encontros e partilhas presenciais da Rede têm papel central na salvaguarda de seus saberes, tendo sido identificados no INRC como bens referenciais na categoria Celebrações. O volume das discussões na ocasião desses eventos é bastante rico, bem como as dinâmicas de tomadas de decisões coletivas

e construções de consensos e conceitos. Há trocas de mudas, de receitas, de relatos pessoais e profissionais dos atendimentos, mas há também debates acerca de avaliações minuciosas da realidade e dos problemas que envolvem a comunidade patrimonial da Rede. Neste item, tentaremos apresentar alguns temas centrais quando pensamos neste manual de identificação, recuperando parte dos debates desses encontros já realizados - não só os que pretendiam a elaboração do Termo de Colaboração, mas também as partilhas, os Encontros Regionais, Estaduais e Encontros da Rede.

O primeiro ponto a se pensar é a delimitação da comunidade **de referência para os bens culturais**. Essas foram reflexões que alimentaram o III Encontro Estadual (2003), que teve como finalidade dialogar acerca dos aspectos de definição dos princípios que podem nortear o trabalho com a Rede.

Quem é a comunidade patrimonial/comunidade inventariada

Ao iniciar um processo de identificação de saberes tradicionais é importante saber quem são os agentes e como se relacionam com esses conhecimentos. Nesse sentido, esse guia/manual traz algumas questões que surgiram nos encontros da Rede Fitovida, que refletem nossa experiência nos processos de identificação que conduzimos.

A tarefa de definir quais seriam as agentes portadoras/detentoras dos saberes é estruturante para traçar e planejar ações de salvaguarda, pois permite situar os territórios e as formas de transmissão, atualização e recriação dos conhecimentos da natureza.

Por tratar-se de um processo dialógico, e no caso dessa experiência, de uma ação de autoidentificação, indagações (por vezes gerais, por vezes dirigidas) foram elaboradas/trazidas para o grupo, de forma a serem respondidas pelas detentoras, sugerindo os caminhos e os agentes sociais envolvidos. Perguntas,

por exemplo, como se dão as relações entre a construção da Rede e a definição dessa comunidade? Como a Rede se forma? Qual seu histórico? Como os grupos se organizam e qual é o sentido que as pessoas dão a essa organização? Como se percebe o sentido de herança? Quais são os critérios de pertencimento?

A discussão quanto aos aspectos organizacionais da Rede, que foram debatidos no último Encontro De Formação do projeto, se aprofundou: a organização institucionalizada; os diferentes tipos de participação (papéis da referência, dos agentes, dos colaboradores), inclusive os problemas advindos dessa institucionalização.

Com efeito, a Rede é formada por agentes do conhecimento tradicional, conceituadas como pessoas

que nos preocupamos em aprender, praticar e transmitir o conhecimento tradicional em plantas medicinais herdado dos nossos pais e avós que eram benzedeiros, raizeiros, parteiras, mateiros e tropeiros oriundos de zonas urbanas e rurais de todos os cantos do país que vieram para o estado do Rio de Janeiro trazendo a tradição e fé no poder de cura das plantas medicinais (raízes, cascas, talos, folhas, sementes, flores e frutos) (Rede Fitovida, 2017, p. 6).

Este conhecimento se estrutura em formas e locais diversos: atendimentos semanais em paróquias, centros religiosos e/ou projetos informais ou não de saúde coletiva; há a centralidade da importância das cozinhas e do fazer remédios caseiros (“tem que saber mexer as panelas” é algo que se escuta de forma recorrente nas reuniões da Rede) e a relevância de quintais e sítios como locais de fonte de plantas de boa qualidade para a feitura dos remédios, nas diversas regiões do estado.

Os agentes do conhecimento tradicional atuam como

semeadores do conhecimento tradicional. As sementes são as plantas e também a sabedoria das nossas referências culturais. Referências culturais para nós são as pessoas sábias, os mestres populares que, além da prática e do conhecimento das plantas, possuem uma experiência humanitária, solidária e espiritual, que são exemplos para serem seguidos e divulgados pelos agentes da Rede Fitovida (Rede Fitovida, 2017, p. 12).

Outras indagações que contribuíram para refletir como a comunidade se estruturou para o processo de inventariação da Rede Fitovida, resultaram da historicização da realização do inventário, desencadeando noções referentes à própria identidade do grupo e o papel desempenhado pelos seus integrantes.

A construção de um protocolo comunitário, além de se constituir em ferramenta de pactuação entre as partes e atores envolvidos, fomentou a elaboração de questões relacionadas à lógica da produção e reprodução do(s) bem(ns) cultural(is), fundamentais para o planejamento de atividades coletivas e políticas públicas destinadas à preservação do sistema cultural em que se inserem os saberes tradicionais compartilhados pelas detentoras que integram a Rede.

O critério **Tradição/Tradicionalidade** foi um ponto importante para pensar a comunidade patrimonial: os membros desses grupos receberam de seus pais e avós ensinamentos e sucessivamente cultivaram o gosto pelo preparo de remédios caseiros, ao mesmo tempo que aprimoraram seus conhecimentos sobre as plantas e seus poderes curativos. Nesse contexto, as Referências demandaram distinguir as diferentes formas de abordagem dos conhecimentos tradicionais, debate que se vincula às formas de pertencimento e papéis das(os) detentoras(es) no seio dessa comunidade (Cartilha Rede Fitovida, p. 2).

Falando em comunidade e conhecimento tradicional, precisamos definir critérios de tradicionalidade. Ou seja, não basta apenas dizer 'sou uma referência cultural, sou um agente do conhecimento tradicional em plantas medicinais' e não ter realmente a prática, não ter

uma mudinha no quintal, na área de serviço ou na varanda ou debaixo de uma janela. É preciso conhecer ou pelo menos querer conhecer cada vez mais sempre através do uso e da prática. Assim nos Encontros Regionais precisamos refletir: 1-Quais são os critérios para poder nos definir como agentes do conhecimento tradicional e referência cultural? [...] Participar de um Grupo Comunitário de Saúde articulado à Rede Fitovida; Praticar a Cartilha de Princípios da Rede Fitovida; Aprender sobre o uso tradicional de associado às plantas medicinais; Ser guardião dos conhecimentos tradicionais valorizando, preservando e transmitindo às novas gerações; Ter amor pela natureza, cuidar da biodiversidade e reproduzir as plantas medicinais; Saber ouvir, acolher, ser solidário e gostar do trabalho que faz; Resgatar os saberes e repassar esses conhecimentos adquiridos preservando o que foi passado de geração em geração. E garantir o repasse do conhecimento para as gerações futuras (Relatório do encontro estadual da partilha, 2015).

Ainda em 2010, no Encontro De Partilha, uma das dinâmicas propostas é que os grupos debatam as seguintes questões:

- 1 - O que entendemos por Tradição?
- 2 - O que entendemos por Cultura?
- 3 - Por que definimos o nosso trabalho como Cultural?
- 4 - Além dos nossos Grupos, quais são as outras manifestações culturais que existem em nossa localidade que conhecemos?
- 5 - Quais são as diferenças entre a ciência moderna ocidental dominante e o nosso trabalho com plantas medicinais?
- 6 - O que queremos lembrar com a Casa da Memória da Rede Fitovida?

7 - Qual é a experiência (receita, prática, história, causos) que acontece na região e que o grupo gostaria de compartilhar no Encontro? Cada região deverá escolher pelo menos uma experiência para ser relatada no Encontro (Relatório do encontro regional de partilha, 2010).

Há uma definição importante sobre ser **comunidade detentora de conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético**, que consta na Cartilha de Princípios (2008, p. 3). À época da realização da primeira etapa do INRC, era vigente a Medida Provisória 2186-16, de 2001, que dispunha sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização. Hoje, em substituição à citada Medida Provisória, vigoram a Lei 13.123/2015, conhecida como nova Lei da Biodiversidade, e o decreto que a regulamenta, Decreto Federal 8772/2016, que versam sobre os processos de acesso ao conhecimento tradicional associados à biodiversidade e a repartição de benefícios advindos disso. No âmbito das políticas públicas, entendemos que a assunção do papel de comunidade tradicional se deu, não apenas em relação à conservação da biodiversidade, mas também quanto às ações culturais correlatas às trocas com detentores e membros de outras comunidades tradicionais.

Para ajudar nessa definição é necessário que respondamos algumas questões. É importante anotar ou gravar cada resposta.

1-Nós, agentes do conhecimento tradicional da Rede Fitovida, somos um grupo culturalmente diferenciado? O que nos diferencia?

2-Ocupamos qual território? Seriam os nossos quintais ou as nossas cozinhas? Seria a Rede Fitovida?

3-Usamos recursos naturais para nossa reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica? Quais recursos naturais?

4-Utilizamos conhecimentos que foram passados de pai para filho? Vamos lembrar de exemplos concretos.

5-Como definir quem é da comunidade tradicional? Quais os critérios de participação? Quais os critérios que definem quem pertence a comunidade tradicional e quem não?

Era bom que essas perguntas sejam respondidas com as nossas palavras e ideias, pois é através destas respostas que poderemos elaborar um protocolo comunitário. Este protocolo é o documento que vai registrar as nossas regras de inclusão como comunidade tradicional segundo a definição de nossos costumes e tradições no uso de plantas medicinais e manipulação de remédios caseiros (Relatório do encontro regional da partilha, 2016).

A noção de referências culturais foi outro eixo de reflexão sobre o processo de identificação da comunidade detentora. Nesse contexto, a indagação que se coloca é: quem são os mestres/as? Em resposta, o fator familiar ou de parentesco e de ancianidade destacaram-se como importantes critérios - senhores e senhoras das comunidades que aprenderam a conhecer e manipular as plantas medicinais com seus pais e avós fazendo uso desde criança. “Prática esta que se mantém através dos nossos remédios caseiros feitos em nossas cozinhas” (Cartilha de princípios). Essa análise incorreu em outras classificações, associando o pertencimento à recepção do saber por um/a mestre/a e ao uso medicinal desses saberes das plantas.

Durante os encontros, também é bastante comum e, por vezes, celebrada e assumida como prioritária a troca de saberes sobre as plantas e receitas. Dinâmicas sobre os nomes das plantas e suas funções, bem como as horas das místicas, canções, intervalos e refeições são permeados de relatos de cura/atendimentos e trocas. Há ainda as oportunidades de partilhas mais íntimas, que ocorrem em visitas às cozinhas e quintais dos grupos e/ou das agentes identificadas como Referências Culturais.

Assim, tendo como base os temas observados nos encontros, propomos um roteiro de questões relevantes para a identificação dos conhecimentos e saberes tradicionais da rede. As indagações foram

propostas a partir da experiência geral da Rede, mas são voltadas idealmente a cada grupo/região, de modo a facilitar e promover a identificação dos diversos saberes envolvidos.

4 Roteiro de questões para identificação dos conhecimentos tradicionais da Rede Fitovida

Aqui se sistematiza as questões mais relevantes apuradas nos debates, que são organizadoras dos processos de identificação.

4.1 Identificando o grupo e seus integrantes

A integração na rede é condicionada pela participação em um grupo comunitário, no qual as pessoas se uniram com o objetivo de compartilhar e transmitir seus saberes seguindo os princípios da Rede.

4.1.1 Grupo

4.1.1.1 Como se organizou seu grupo comunitário?

A organização do trabalho comunitário fundamentado no uso tradicional das plantas medicinais teve origem na Campanha da Fraternidade de 1981, com o tema “Saúde para Todos”. Levou as detentoras a refletirem sobre o conhecimento acumulado transmitido por seus pais e avós para a promoção da qualidade de vida da população de baixa renda em suas localidades. Essas pessoas aos poucos foram ocupando pequenos espaços físicos, como salas ou cozinhas, na maioria das vezes nas Igrejas Católicas – mas não só –, para realizar esse trabalho coletivo, sem fins lucrativos, em que todos os participantes trabalham voluntariamente.

4.1.1.2 Como é o território/região onde o grupo atua? É um bairro de cidade, é uma área rural? Como essa região poderia ser descrita, considerando o modo como as pessoas vivem? Quais são as principais atividades de trabalho? Existem problemas econômicos ou sociais marcantes na região? Quais são as principais características da comunidade com a qual o grupo faz suas atividades?

Atualmente a Rede Fitovida é composta por seis regiões: a) Região Baixada – onde os grupos comunitários de saúde estão em bairros de periferia nos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Nova Iguaçu, Nilópolis e Queimados em espaços da Igreja Católica. A maioria atende pessoas de baixa renda que moram nessas localidades. As pessoas que podem contribuem com os produtos. Entretanto, a maior parte desses é doado, porque as pessoas não têm condições de pagar; b) Região Norte – está na área rural, principalmente em assentamentos, onde se reúnem para produzir em seus sítios; c) Região Metropolitana – os grupos comunitários estão na cidade do Rio de Janeiro, nos bairros de Vaz Lobo, Campo Grande e Magalhães Bastos, em espaços da Igreja Católica; d) Região São Gonçalo – um grupo se encontra na casa de Everaldo e o outro em uma Igreja Católica, onde atuam com remédios caseiros e com o método bioenergética; e) Região Serrana – um grupo de bioenergética se reúne em uma Igreja Católica, em Teresópolis. Nas outras localidades, se encontram em sítios e suas casas para oficinas em que os produtos são doados para a comunidade; f) Na Região Sul – em Barra Mansa um grupo se encontra em um posto de saúde e o outro, na em uma Igreja Católica. Em Resende e Valença as pessoas se reúnem em espaços da Igreja Católica.

4.1.1.3 Como é a organização do grupo para fazer suas atividades? Com que frequência e onde se reúnem? Usam cozinhas comunitárias ou atividades mais individuais? Quais são as principais características do trabalho desenvolvido?

Os participantes dos grupos costumam se reunir semanalmente para fazerem a produção de remédios caseiros. Há variações para cada região, no entanto essa é uma periodicidade mais recorrente.

4.1.2 Quem participa do grupo

A participação no grupo é entendida como:

Referências Culturais – são pessoas com grande experiência no cultivo e uso de plantas medicinais, cujos saberes e práticas têm servido de referência e inspiração ao trabalho nos grupos e nas comunidades às quais pertencem. Esses mestres, em sua maioria os integrantes mais idosos da Rede Fitovida, aprenderam a identificar, manipular e usar as plantas medicinais com seus pais e avós ainda na infância, assumindo, ao longo da vida, a missão de dar continuidade a esses saberes, transmitindo o que aprenderam às novas gerações. Muitas referências culturais foram criadas em áreas rurais, em diversos estados nas regiões do Norte, Nordeste e Sudeste do país. Quando migraram para o estado do Rio de Janeiro, principalmente para as periferias das cidades, deram continuidade ao uso das plantas medicinais em seu dia a dia, compartilhando seus conhecimentos de forma solidária, auxiliando as pessoas em sua localidade, melhorando a qualidade de suas vidas. Essas referências culturais têm uma diversidade de modos e locais de atuação sempre associados a algum grupo integrante da Rede Fitovida. Trabalham em cozinhas coletivas ou residenciais, hortas comunitárias e quintais. Participam de encontros organizados pela Rede e outros espaços comunitários.

Agente do conhecimento tradicional – é considerado um curador aprendiz, que tem a missão de valorizar e manter vivo o conhecimento tradicional associado às plantas medicinais transmitido pelas Referências Culturais da Rede Fitovida. Em certa medida, todos que participam da Rede Fitovida são agentes do conhecimento tradicional em plantas medicinais, mas é preciso desenvolver essa função

durante muitos anos até ser reconhecido como Referência Cultural da Rede. Esses agentes têm a função de compartilhar saberes e modos de fazer relacionados a plantas medicinais e a produção de remédios caseiros; distribuir mudas e sementes de plantas medicinais; atender, ouvir, acolher e transmitir amor, solidariedade e fé para quem precise. Atuam, dessa forma, no âmbito de cozinhas coletivas ou residenciais, hortas comunitárias e quintais. Não obstante a diversidade de locais e modos de trabalho, a prática cotidiana desses agentes é conduzida por normas e valores em comuns, definidos e consolidados nos encontros e partilhas organizados pela Rede Fitovida; descritos e publicitados em documentos como a “Cartilha de Princípios” e o “Protocolo Comunitário”.

Colaboradores - são convidados que participam em atividades da Rede Fitovida, mas não são integrantes dos grupos comunitários de saúde articulados a ela, e não podem utilizar o nome da Rede Fitovida sem autorização dos grupos.

4.1.2.1 Quem são as referências? Por que cada uma das pessoas listadas é reconhecida como referência?

4.1.2.2 Quem são os agentes? Como é a atuação de cada um dos agentes listados na Rede?

4.1.2.3 Quem são os colaboradores? Qual a atuação prestada por cada colaborador à Rede?

4.2 Identificando os conhecimentos

Consideramos que os saberes da Rede são tradicionais e tratam do uso de plantas medicinais, que de acordo com o protocolo comunitário ou cartilha de princípios é um conhecimento tradicional, herdado das avós, ou das lembranças do contexto familiar.

A troca desses saberes acontece em feiras de saúde, oficinas de ervas, Encontros Regionais e Estadual Da Partilha. Com o objetivo principal de propagar esse conhecimento para que se perpetue por meio das novas gerações. Os saberes que recebemos de nossos avós, mães e pais precisam ser repassados sempre.

4.2.1 Histórias de vida

4.2.1.1 Narrativas das trajetórias pessoais correlacionadas ao conhecimento das plantas, seus poderes curativos e o preparo dos remédios. Como esses conhecimentos integram a vida de cada pessoa e de seus ancestrais.

4.2.1.2 Narrativas pessoais de pertencimento à Rede. Como se percebe o sentido de herança entre os membros da rede? Por que entendemos nosso trabalho como cultural?

A nossa principal fonte de conhecimento deve ser a sabedoria transmitida oralmente pelas nossas referências e mestres populares. A transmissão desses conhecimentos se dá em reuniões com as indicações dos remédios, nas oficinas comunitárias, no trabalho cotidiano de atendimento que é feito pelos integrantes e grupos da Rede à população. Aprender fazendo e ensinar o que aprendeu usando certo, nunca esquecendo o que nossos avós ensinaram. Portanto, não deixar que esse trabalho finde, ensinando para novas gerações e mantendo vivo esses conhecimentos tradicionais.

4.2.2 Saberes sobre as plantas

4.2.2.1 Quais são as plantas conhecidas e utilizadas pelo grupo e quais são seus poderes curativos? Identificar as plantas medicinais e seus poderes curativos.

Deve-se fazer uma lista com os nomes pelos quais as plantas são conhecidas e para que tratamentos são utilizadas, além de que parte usar como usar. Elas devem ser definidas pela coloração e pelo tamanho e formato das folhas, flores e sementes.

Além disso, é necessário saber como as plantas medicinais são cultivadas e a sua procedência. Se não houver disponibilidade de terra para plantar, podem ser cultivadas em vasos. É importante também colhê-las respeitando o horário determinado para isso. Higienizar as plantas, utensílios e o ambiente onde é feita a produção.

Sobretudo, procurar sempre trabalhar com respeito e carinho, não só com as plantas, mas também com as pessoas que são atendidas. Estar sempre pesquisando e se dispor a trocar saberes e experiências. Não visar lucros, pois as plantas vieram desde os nossos ancestrais e o nosso objetivo é expandir e transmitir esses conhecimentos tradicionais adquiridos ao longo dos tempos.

4.2.2.2 Como é o acesso as plantas medicinais? São cultivadas em quintais e hortas? Estes são comunitários ou individuais? Explicar como o grupo dispõe das plantas.

A colheita das plantas medicinais é feita uma vez por semana, havendo no mesmo dia a preparação de tinturas. Tal prática amplia a vida útil da planta, garantindo a sua disponibilidade para o uso posterior em xampus, cremes, loções, pomadas e outros. Em geral, o trabalho de identificação e manuseio das plantas é realizado por referências culturais com auxílio de agentes do conhecimento tradicional de cada grupo. Todo o processo segue uma série de preceitos e critérios sistematizados na “Cartilha de Princípios da Rede”, a saber: orações pedindo licença à natureza para mexer nas plantas; horário determinado de colheita, após o orvalho da manhã; respeito ao período de floração; interdição em dias chuvosos; e outros. Na maioria dos grupos a manutenção da horta é feita por meio de revezamento semanal entre

seus participantes. Quando o revezamento não é possível, estes dividem as despesas da contratação de uma pessoa para realizar o trabalho. A finalidade da “Cartilha de Princípios” é garantir certa unidade entre a diversidade dos grupos que integram a Rede, a fim de obter “plantas medicinais colhidas com boas práticas para o bom funcionamento do trabalho”. Em 2016, foi lançado o Livro do Protocolo Comunitário que tem critérios a serem seguidos acerca da origem das plantas medicinais utilizadas. O compromisso é difundir cada vez mais a troca de mudas e sementes de plantas medicinais para multiplicar as áreas de plantio nos quintais.

Quintal - é um espaço de terra que os integrantes dos grupos costumam reservar nas suas próprias residências para cultivar as plantas medicinais de seu uso cotidiano e que ao longo do desenvolvimento dos trabalhos nos grupos passou a ser utilizado como fonte de matéria-prima para a produção coletiva de remédios caseiros. Além de ampliar a percepção da importância e da necessidade de cultivar a horta comunitária nos grupos que tinham espaço disponível para tanto, foi a produção nos quintais que motivou encontros de trocas de mudas e sementes. Os quintais em conjunto com as hortas comunitárias constituem hoje uma referência para a atividade da Rede Fitovida, permitindo a perpetuação do trabalho nos grupos. As plantas são disponibilizadas para uso dos grupos aos quais pertencem e, também, para troca com outros grupos que necessitem. O cultivo em casa segue as mesmas recomendações da horta comunitária, como por exemplo manter o espaço cercado para evitar o contato com animais; localização preferencial na parte dos fundos da casa para evitar contato maior com a poeira da rua; realização da poda, colheita e secagem de acordo com os critérios definidos pela Rede. Dessa forma, o cultivo nos quintais é fundamental para o trabalho dos grupos, tendo em vista as dificuldades para obtenção e manutenção de espaços comunitários de plantio por parte dos grupos.

Horta comunitária - é um pequeno espaço de terreno cercado e reservado no local onde estão sediados os grupos. Nesta área são construídos diversos canteiros para o cultivo coletivo de uma variedade de plantas medicinais utilizadas na produção de tinturas base para os remédios e nos chás prescritos no atendimento do Método Bioenergético. Além de fonte de matérias-primas, as hortas comunitárias servem como espaço de aprendizado e troca de saberes entre integrantes da Rede e a comunidade do bairro onde estão instaladas. Entre os grupos que tinham hortas comunitárias, destacamos na Região Baixada: o Grupo Servida de Mesquita, o Grupo Maria Toledo, o Espaço Diego Augusto do Amaral e o Grupo Sempre Viva de Nova Iguaçu. Na Região Metropolitana o Grupo Saúde na Mãos, e na Região Sul o Grupo Verde Terra e o Projeto Raízes.

4.2.2.3 De que forma essas plantas devem ser cultivadas e colhidas? Existe algum cuidado especial para não prejudicar a planta e para não atrapalhar o seu poder de cura? Há ameaças à forma de cultivar as plantas medicinais? Quais? Listar algumas ameaças e possíveis soluções.

4.2.2.4 Como são nomeados os ofícios ou os saberes que compreendem esses conhecimentos sobre as plantas? Por exemplo: erveiro, mateiro, raizeiro, guardião da natureza, guardião das raízes, agente de conhecimento tradicional, agricultor da saúde. São percebidas diferenças entre as formas desses saberes?

4.2.2.5 Há alguma especificidade do território?

4.2.3 Manipular as plantas e fazer os remédios

4.2.3.1 Quais são os remédios feitos pelo grupo? São feitos a partir de que plantas e para que servem? Registrar as diferentes receitas e diferentes aplicações que possam existir.

4.2.3.2 Onde o grupo se reúne para fazer os remédios? Como esse lugar deve ser?

Cozinha é o nome dado ao espaço comunitário em que os integrantes de grupos de saúde articulados à Rede Fitovida se reúnem para a produção dos remédios caseiros. O nome cozinha foi dado em alusão ao espaço doméstico usado diariamente para preparação de alimentos e, por conseguinte, promoção da saúde de familiares e amigos. Os equipamentos utilizados são em certa medida os de uma cozinha residencial – fogões, geladeiras, panelas, colheres de pau, bacias, peneiras, coadores etc. Embora a maioria dos grupos mantenha cozinhas comunitárias com o fim exclusivo de produção de remédios caseiros, em alguns casos, na ausência destas cozinhas domésticas podem eventualmente ser utilizadas. No entanto, independentemente de tratar-se de um espaço particular ou coletivo, a produção dos remédios deve seguir um conjunto de procedimentos, regras e cuidados em conformidade com a Cartilha de Princípios da Rede Fitovida.

A gestão dos espaços, infraestrutura e equipamentos disponíveis nas cozinhas em que se manipulam os remédios caseiros varia de acordo com as condições físicas, financeiras e de disponibilidade de pessoal de cada um dos grupos que integram a Rede. Cabe destacar que todos são voluntários. De maneira geral, podemos identificar dois tipos de cozinhas:

- 1) As cozinhas com apoio institucional (na maioria dos casos da Igreja Católica, principalmente na Regiões Baixada, Metropolitana e Sul. Na Região Sul, o Projeto Raízes está sediado em um Posto de Saúde Municipal). Geralmente estas cozinhas contam com fogão a gás, geladeira, armários, estantes para secagem de plantas, mesa, cadeiras, panelas, materiais para embalagem dos remédios caseiros. As embalagens usadas são esterilizadas. O comum é se manipular os remédios uma vez por semana e se utilizam luvas, toucas e máscaras. Os remédios caseiros são comercializados para a comunidade a preço de custo ou trocados por açúcar, gás ou vidros para embalagens, ou ainda doados para quem não pode contribuir.

O atendimento acontece normalmente um ou dois dias por semana. As plantas necessárias para manipulação são trazidas pelos próprios membros do grupo ou por pessoas da comunidade de seus quintais ou das hortas comunitárias. Algumas cozinhas têm pequenas salas anexas para a realização de outras terapias como o método bioenergético, reiki, limpeza de ouvido, massagens, entre outras. Cada grupo costuma ter de 5 a 10 pessoas e uma coordenação que organiza a compra de insumos necessários para a manipulação e orienta o trabalho. A limpeza do local também é feita pelos próprios membros do grupo. Nesses espaços também acontecem eventualmente feiras de saúde e oficinas.

- 2) O segundo tipo de cozinha é a que não tem apoio institucional e se confunde com as cozinhas domésticas das casas e utilizam os mesmos utensílios das mesmas. São grupos menores, geralmente familiares, em que os remédios caseiros não são comercializados, e sim distribuídos entre os vizinhos e os próprios membros da família. As plantas usadas vêm dos quintais próximos. Alguns grupos optam por improvisar cozinhas itinerantes (por exemplo na Região Serrana e Região Baixada a “oficina das ervas”) de forma que diferentes famílias possam participar na manipulação. Esse tipo de cozinha tem uma infraestrutura menor, que varia de acordo com a situação financeira da família onde são feitos os remédios caseiros. As embalagens dos produtos normalmente são vidros reaproveitados que cada pessoa que participa da manipulação fornece. A quantidade de remédios produzida é menor que nas cozinhas com apoio institucional. Os encontros para manipulação são feitos com frequência irregular. Podem ser de acordo com a demanda existente, que como foi dito é sempre dos vizinhos ou da família. É comum que não sejam utilizadas luvas e máscara, pois os

remédios caseiros são produzidos com a mesma higiene adotada para os alimentos da casa²².

4.2.3.4 Como são feitos os atendimentos, diagnósticos e prescrições dos remédios? Existe um lugar específico para isso? Registrar as diferentes formas que podem existir no grupo.

4.3 Preservação dos conhecimentos

A razão de existir da Rede Fitovida é a partilha de conhecimentos. Valorizar e socializar o saber de cada pessoa na troca de experiências (de como é o plantio, o cultivo, a colheita, a receita, como se diagnostica uma doença e se recomenda um remédio, além do jeito certo de tomar a medicação caseira).

A nossa principal fonte de conhecimento deve ser a sabedoria transmitida oralmente pelas nossas referências e mestres populares. A transmissão desses conhecimentos se dá nas reuniões, nas indicações dos remédios, nas oficinas comunitárias, no trabalho cotidiano de atendimento que é feito pelos integrantes e grupos da Rede à população. Aprender fazendo e ensinar o que aprendeu, usando certo e nunca deixando os que nossos avós nos deixaram. Não permitir que esse trabalho acabe, ensinando-o aos nossos filhos.

Para isso, deve-se buscar reconhecimento dessas práticas com políticas de salvaguarda de forma a garantir legitimidade na execução do trabalho comunitário e comercialização solidária; incentivar a formação de agentes de conhecimento tradicional com ações e programas educativos a fim de difundir e transmitir o conhecimento tradicional acerca das plantas medicinais nos diversos espaços como: escolas,

²² Com o advento da pandemia do novo coronavírus, os grupos estão em fase de adaptação. Houve perdas de referências culturais e agentes relevantes para a Covid, fazendo com que a Rede sentisse muito os efeitos da pandemia. A falta da possibilidade de encontros também angústia as detentoras e agentes e impõe novos comportamentos, como a utilização mais frequente dos aplicativos de mensagens, as videochamadas quando possível entre outros.

bibliotecas, projetos sociais, entre outros, a partir da realidade local; possibilitar a implementação de ações básicas que atendam às demandas da localidade em ações de saúde, educação, cultura e meio ambiente.

4.3.1 Partilhas e encontros

As partilhas e os encontros são metodologias de autoidentificação da Rede.

4.3.1.1 Como os encontros se organizaram? Como aconteciam e se desdobravam? Quem eram os facilitadores e como as decisões eram tomadas? Explicar o funcionamento dos encontros de partilha e encontros.

4.3.2 Avaliação permanente do trabalho do grupo

4.3.2.1 Quais são as dificuldades mais frequentes para realizar o trabalho no grupo? Como é feito o acesso às plantas? Quais os espaços de organização? Quais os conflitos que resultam dessa iniciativa? Identificar lideranças, situação de violência e risco, entre outras.

4.3.2.2 Quais sugestões para melhorar o trabalho nos locais de cada grupo?

4.3.3 Outras formas de preservação

Com os trabalhos de identificação (e outros projetos) diferentes ações que contribuem para a preservação dos conhecimentos foram agregadas à iniciativa, tais como a pesquisa e a documentação.

4.3.3.1 Quais as vantagens e desvantagens - incentivos e desafios para a escrita dos saberes cuja base é oral? Cabe utilizar site, blogs, perfis nas redes sociais? Como manejar estas ferramentas em prol da salvaguarda? Whatsapp facilita oralidade?

Constituir acervo documental e audiovisual sobre os saberes e os modos de fazer chá, xarope, garrafada, pomada e sabão a partir de pesquisas de campo e sistematização dos dados, permite estruturar uma biblioteca e um arquivo das memórias e narrativas coletadas, disponibilizando o acervo para consulta aos grupos comunitários, às escolas públicas e privadas e ao público em geral. São exemplos os boletins e documentos escritos - Fitoteia; protocolos; cartilhas; publicações etc.

4.3.4 Questões organizativas para serem debatidas

4.3.4.1 Como a rede Fitovida se organiza?

4.3.4.2 Quais os canais de comunicação da Rede?

4.3.4.3 Quem pode falar em nome da Rede? Em que situações?

4.3.4.4 Como estruturar um projeto com a Rede? A quem eu proponho, a um grupo ou à associação?

4.3.4.5 Como é tomada a decisão, o grupo decide sozinho, ou leva a questão à diretoria da associação ou para um encontro?

4.3.4.6 Quando os encontros têm caráter deliberativo? Como as questões chegam aos encontros?

4.3.4.7 Há situações que podem ser decididas por cada grupo e outras que só a Rede pode deliberar coletivamente? É importante definir algumas situações com essas especificidades?

4.3.4.8 Cada grupo decide sozinho o que/a quem/como dá acesso aos conhecimentos? O que cada pesquisador pode fazer/falar? A Rede participa dessas decisões?

4.3.5 Cuidados que todos devem tomar

Internamente à Rede, há a preocupação com este manual ou guia e com seu papel de proteção, mas não com a inibição da transmissão do conhecimento. Entretanto, é importante estabelecer limites, haja vista que o trabalho da Rede é de difusão do conhecimento tradicional associado às plantas medicinais. Portanto, uma ação de responsabilidade que envolve o cuidado e compromisso com os usuários e com os próprios membros da Rede.

A Rede é aberta a participações e colaborações, mas precisamos ter alguns cuidados para não comprometer seu trabalho. Em relação a tomadas de decisão a Rede é um grupo que pretende tomar decisões coletivamente, a partir da participação nos encontros. Os grupos são autônomos para a realização de seus trabalhos, a partir de suas realidades, vocações, disponibilidades e inserção de suas comunidades. Existem também as formas de trabalho individuais, das práticas das pessoas.

4.3.5.1 Quais as divisões/níveis de organização/territorialização da Rede, região, grupos, referências culturais e agentes do conhecimento tradicional? Pactuar no grupo como serão as atividades coletivas e as individuais.

4.3.5.2 Quem fala pela Rede?

Só quem pode falar pela Rede Fitovida são os seus integrantes, as referências culturais e os agentes do conhecimento tradicional. Colaboradores ou demais interessados no trabalho da Rede, só devem falar por ela com a devida autorização de seus membros. Nesse sentido, é necessário fazer comunicações prévias com a Rede em caso de utilização de seu nome, e sempre deve haver a fala e a participação das Referências (mestras/anciãs) em quaisquer ações que envolvam a Rede.

Por sua vez, os membros da Rede não são impedidos de darem entrevistas, participarem de pesquisa ou passar seus conhecimentos da forma que desejarem atender, mas se entenderem que alguma atitude não é respeitosa com os princípios da Rede, é importante que isso seja informado ao grupo, para que a situação seja debatida de modo mais amplo.

Quando um pesquisador ou outra pessoa interessada em obter informações, é importante que a pessoa preencha o formulário com seus dados pessoais e afirmando quais são seus interesses e de que forma vai divulgar o conhecimento obtido. Esses formulários assinados devem ser arquivados pela associação, de modo a saber por que meios seu conhecimento está sendo difundido e se aferir responsabilidades caso algo não seja aprovado pela Rede.

Referências

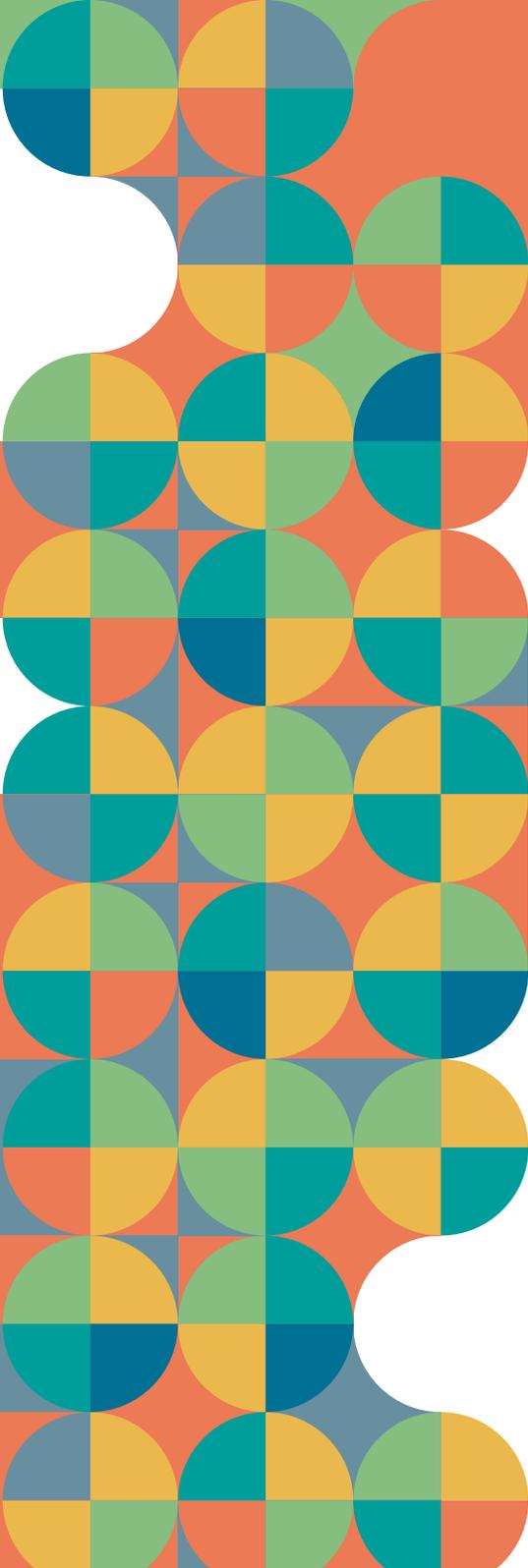
BARROS, Flora C. **Relatório da Oficina “Apontamentos para identificação/caracterização de Sistemas Agrícolas tradicionais”**. 2º Produto de Práticas Profissionais Supervisionadas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. IPHAN, Brasília. Agosto, 2019. Documento interno ao Departamento de Patrimônio Imaterial.

BRASIL. **Lei n. 13.123, de 20 de maio de 2015**. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do Art. 225 da Constituição Federal.... Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm. Acesso em: jun. 2020.

_____. **Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

REDE FITOVIDA. **Protocolo Comunitário Biocultural dos Agentes de Conhecimento Tradicional em Plantas Medicinais da Rede Fitovida**. Rio de Janeiro: Publit, 2017.



DIAGNÓSTICO PARA AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SERRA DO NAVIO/AP

Aluna:

Mario Junior Alves Polo

Unidade de prática profissional supervisionada:

Superintendência do Iphan no Amapá

Supervisora:

Djalma Guimarães Santiago

2013

Mario Junior Alves Polo é arqueólogo, formado em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), e Doutor em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é servidor público, no cargo de Tecnólogo - Gerente de Coleções Antropológicas no Museu Nacional/UFRJ, e tem experiência nas áreas de Arqueologia Amazônica e Gestão do Patrimônio Arqueológico.

Ingressou no Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan em 2011 (Turma 2012), para a vaga da Superintendência do Iphan no Amapá.

O perfil da vaga se destinava sobretudo ao acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental e aos projetos de arqueologia em desenvolvimento no estado. Contudo, as práticas profissionais abrangeram tanto as áreas citadas, quanto outras frentes de trabalho nas esferas do patrimônio material e imaterial – como o Registro da Arte Kusiwa do grupo Wajãpi.

O tombamento de Serra do Navio correspondia a uma das frentes mais pungentes e complexas da Superintendência à época da atuação do egresso. O Diagnóstico para Ações de Educação Patrimonial aqui apresentado respondeu à demanda da unidade, sendo desenvolvido em conjunto com demais integrantes da equipe à época, com suas formações distintas. Entendeu-se que seria preciso abrir canais de envolvimento e escuta das pessoas, onde antes se observava, pelo contrário, uma nítida rejeição aos agentes do Iphan. A educação patrimonial foi o caminho imaginado para isso, e o diagnóstico buscou mapear as possibilidades e brechas existentes para o estímulo ao diálogo, em um cenário marcado por tensão e conflitos socioeconômicos.

1 Apresentação

O “Diagnóstico para ações de Educação Patrimonial em Serra do Navio/AP” faz parte das produções desenvolvidas no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) em Educação Patrimonial para Serra do Navio/AP, formado no final de 2012 por parte da equipe que atua na Superintendência do Iphan no Amapá. Sua elaboração se dá em concomitância à do livreto “Sítio urbano de Serra do Navio: orientações para intervenções e reformas simplificadas”. A solicitação para que um diagnóstico do tipo fosse realizado partiu da Superintendente Juliana Morilhas Silvani.

Este produto recolhe e analisa dados com o objetivo de identificar dificuldades e oportunidades para que ações e projetos possam ganhar desenvolvimento. Igualmente assume a característica de um documento de referência ou de uma instrução técnica, já que a partir do diagnóstico podem ser formuladas diretrizes de atuação e é composto um plano de trabalho. O Diagnóstico poderá subsidiar as ações que serão postas em curso pela equipe do GT e da Superintendência como um todo, ou por profissional ou equipe contratada para desenvolver ações afins.

Apresentamos, assim, o resultado de meses de envolvimento e dedicação ao estudo da situação enfrentada no município, incluindo-se visitas e acompanhamento de vistorias, consulta aos processos e bibliografia de referência. Ademais, o Diagnóstico alia a experiência adquirida com a rotina institucional aos conteúdos teóricos e metodológicos obtidos com as disciplinas, oficinas e leituras dirigidas, em especial as disciplinas “Patrimônio Cultural e Educação”, “Identidade e Patrimônio Cultural” e “Conservação e Requalificação Urbana”.

1 Introdução

A Vila de Serra do Navio está localizada ao sudoeste do estado do Amapá, a 200 quilômetros da capital Macapá. Foi construída entre 1955 e 1960 e projetada pelo Arquiteto Oswaldo Bratke, com a intenção de atender a um dos projetos industriais mais relevantes da época para a região: a exploração do minério de manganês pela Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI). Desde 2010 o conjunto urbano de Serra do Navio é bem patrimonial protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por meio do Processo n. 1.567-T-08 (01492.000116/1998-68). A Vila foi inscrita no Livro do Tombo Histórico, no Livro do Tombo de Belas Artes e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – não apenas por marcar um momento histórico importante para o Amapá e o Brasil, como também pelo projeto de Bratke e pelo modo como o conjunto urbano se relaciona com a paisagem. Dessa forma, sua proteção se dá em especial por seu valor histórico, arquitetônico e paisagístico.

A Superintendência do Iphan no Amapá tem buscado efetuar ações de proteção e valorização deste sítio urbano, o que é feito por meio da contratação de serviços especializados, da fiscalização, do

diálogo institucional e, mais recentemente, de reuniões frequentes com a população, entre outras intervenções como a própria reforma do Ginásio.

Tendo em vista a aproximação crescente com o município e o foco dado pela Superintendência a este conjunto urbano, bem como a previsão de ações futuras que exijam o diálogo fluido e o engajamento de múltiplos agentes, julgou-se ideal o desenvolvimento de um diagnóstico acerca das possibilidades quanto a ações de educação patrimonial em Serra do Navio. A ideia seria levantar e analisar as especificidades do caso, os pontos críticos, as potencialidades e singularidades, para que se pudesse chegar à proposição de determinadas ações, unidas em um plano de trabalho a ser indicado para o ano de 2013.

O objetivo seria fundamentar um plano de trabalho coeso, de modo que seja integrado às ações em desenvolvimento no local e àquelas previstas para acontecer. Falamos, ainda, de um plano pautado em uma leitura densa da situação encontrada no município, para que se alcancem ações que atuem diretamente sobre os problemas identificados e atendam às demandas dos moradores. Neste sentido, apresentamos este diagnóstico, elaborado pelos bolsistas e estagiárias da unidade como atividade central do Grupo de Trabalho de Educação Patrimonial em Serra do Navio.



Há extensa documentação produzida sobre o sítio urbano em tela, e a estas fontes recorreremos com frequência na elaboração deste produto, tendo delas partido para esboçar nossa análise. Trata-se, sobretudo, do Dossiê de Tombamento de Serra do Navio (Iphan, 2010a), da Ata de Reunião do Conselho Consultivo que versa sobre o tombamento (Iphan, 2010b) e das Fichas do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), Módulos 1 e 2 (Iphan, 2011). Foram importantes referências, ainda, a obra de Benjamin Adiron Ribeiro (1992) e os dados socioeconômicos obtidos por meio do Ministério das Cidades (2012), além das informações produzidas a partir das experiências recentes dos membros da Superintendência. Sendo assim, acabamos por organizar, com este diagnóstico, alguns dados que podem ser instrumentalizados no momento de se viabilizar as ações de educação patrimonial no município e que são potencialmente úteis às demais ações do Iphan voltadas ao local.

Abaixo, após um breve histórico da formação do município, seguem os dados organizados quanto aos três agentes a partir dos quais se estrutura o Plano de Trabalho: os habitantes, as instituições afins e o Iphan.

1.1 Um histórico de Serra

Serra do Navio foi construída para atender às atividades econômicas da Empresa Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minério e Manganês (ICOMI), e a história deste município está intimamente ligada à exploração mineral no Amapá nos últimos cinquenta anos.

Em 1943, com a chegada do Governador do Território Federal do Amapá, Janary Gentil Nunes, o interesse pelas reservas de minério ficou claro (Drummond, 2007, p. 121). Com a descoberta do manganês

nas terras próximas ao Rio Amapari²³, Nunes convenceu Eurico Gaspar Dutra, presidente da República, a assinar o Decreto-Lei n. 9.858, de 13 de dezembro de 1946, que deu ao Território do Amapá a concessão para prospecção e exploração do minério. O edital de concorrência para o contrato de arrendamento foi publicado no Diário Oficial de 8 de outubro de 1946, convidando os interessados a visitarem as jazidas e apresentarem suas propostas. A concorrência foi julgada pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (CNMM), e a empresa vencedora foi a ICOMI²⁴, cujo proprietário era o engenheiro paulista Augusto Trajano de Azevedo Antunes.

Com a concessão de 50 anos iniciada em 1953, a ICOMI inicia seus projetos de construção industrial, porto e ferrovia. Em função do distanciamento entre a capital Macapá e a Serra do Navio, foi necessário edificar um centro urbano dotado de infraestrutura completa. As vilas operárias da empresa – Vila de Serra do Navio e Vila Amazonas²⁵ – formaram dois complexos de infraestrutura totalmente inovadores no Amapá. Depois de solicitar currículos e propostas, a ICOMI contrata o arquiteto Oswaldo Bratke e

²³ Na memória coletiva dos amapaenses a descoberta do manganês foi feita pelo regatão (comerciante ribeirinho) Mário Cruz. Todavia, o primeiro a constatar oficialmente a presença de manganês no território foi o geólogo Josalfredo Borges, em 1933 e 1934, a serviço do Departamento Nacional Produção Mineral (DNPM) em viagem pelo Amapari. Em 1946, Glyncon Paiva analisou o material recolhido Mario Cruz e constatou que era Manganês, e não ferro com o comerciante achava.

²⁴ Entre o governo do Amapá e a ICOMI foram assinados sucessivos contratos de concessão. O primeiro referia-se à concessão mineral, assinado em 1947, e revisado em 1950. O segundo, assinado em 1953, foi a concessão de área para construção de um embarcadouro de minério, no local denominado Porto Macapá, ou Porto Santana, no estuário do rio Amazonas. E o terceiro, também de 1953, referia-se à construção de uma estrada de ferro, destinada ao transporte de minério desde as jazidas a e o embarcadouro. Cada contrato continha cláusulas rigorosas, impondo obrigações à concessionária e fixando prazos curtos para seu cumprimento (Ribeiro, 1992, p. 12). Entre o governo do Amapá e a ICOMI foram assinados sucessivos contratos de concessão. O primeiro referia-se à concessão mineral, assinado em 1947, e revisado em 1950. O segundo, assinado em 1953, foi a concessão de área para construção de um embarcadouro de minério, no local denominado Porto Macapá, ou Porto Santana, no estuário do rio Amazonas. E o terceiro, também de 1953, referia-se à construção de uma estrada de ferro, destinada ao transporte de minério desde as jazidas a e o embarcadouro. Cada contrato continha cláusulas rigorosas, impondo obrigações à concessionária e fixando prazos curtos para seu cumprimento (Ribeiro, 1992, p. 12).

²⁵ Pelo programa da ICOMI era essencial a instalação de duas vilas residenciais: uma próxima à mina, para abrigar os funcionários que trabalhavam na área de concessão da jazida, e outra em Porto Santana, que serviria de apoio aos funcionários que trabalhavam no embarcadouro do minério. Atualmente, as residências da Vila Amazonas que nos remetiam ao projeto norte-americano de cidades jardins estão desfiguradas, devido à mudança socioeconômica das famílias residentes na vila, contribuindo para alterações significativas na caracterização desse espaço (Gois e Brito, 2011, p. 7).

o engenheiro Luiz de Mello Mattos para desenhar e construir as vilas operárias, que serviriam de apoio aos serviços de extração mineral.

Ao final dos anos 60, a obra da Vila Serra do Navio caracterizava-se por um núcleo urbano constituído pelos setores habitacionais, de serviços e de lazer, além dos demais equipamentos e instalações.

O período oficial da concessão da exploração de manganês em Serra do Navio seria de 1953 a 2003, perfazendo o total de cinquenta anos previstos no contrato. Entretanto, a ICOMI lavrou e comercializou efetivamente o minério de manganês entre 1957 e 1997, encerrando suas atividades seis anos antes do fim do contrato de concessão. O que teria motivado o encerramento das atividades da empresa em Serra do Navio é a queda do preço do manganês no mercado internacional, além da exaustão das minas. Em 2004, a ICOMI foi comprada a preço simbólico pela mineradora Alto Tocantins.

Em 2010 há o tombamento da Vila, cujo perímetro compreende a área circundante ao sítio urbano projetado por Oswaldo Bratke – perímetro definido a partir da necessidade de preservação de uma área envoltória de floresta, não edificada, ao redor do núcleo urbano. Já os setores internos foram delimitados a partir de referenciais construtivos urbanos. Em 15 de março de 2011 o tombamento foi homologado pela Ministra da Cultura Anna de Hollanda, mediante a promulgação da Portaria n. 25/2011.



2 As pessoas

Apresentamos, aqui, algumas informações quanto à relação das pessoas com a cidade e, particularmente, com os imóveis. Para isso, nos valemos dos dados socioeconômicos mais relevantes que nos possibilitem apontar quem são esses moradores.

2.1 Dados socioeconômicos

No ano de 1993, Serra do Navio tornou-se município reconhecido do estado do Amapá, com densidade demográfica de 0,4 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE apud Ministério Das Cidades, 2012, p. 01). Conforme o Censo de 2010, o município conta com uma população total de 4409 habitantes, um aumento de 1116 habitantes desde o Censo de 2000, correspondendo a um aumento percentual de 33,89% de sua população em 10 anos – um claro resultado do fim do controle exercido pela ICOMI.

A população do município corresponde a 0,66% da população do estado, sendo o terceiro menor município em quantidade populacional, perdendo apenas para Pracuúba e Itaubal. Do total de sua população, 2.575 habitantes residem na área urbana (na Vila, especificamente) e 1.834 na zona rural. 2.335 são homens e 2.074 são mulheres, numa proporção de 1,13 homens para cada mulher. O crescimento populacional não ocorreu de forma igualitária: no ano de 2000 existia um percentual significativo de homens, quando o de mulheres era inferior. Já no ano de 2010, uma década depois, o número de mulheres mais que dobrou e praticamente se equalizou com o de homens, que por sua vez diminuiu.

O aumento populacional nas regiões rurais e urbanas também se modificou de forma a se equilibrar os números: entre 2000 e 2010 a população urbana passou de 1.216 para 2.575, enquanto a rural se

manteve de 2.077 a 2.639. Este dado pode ser contraposto ao fato de que os setores agropecuários sofreram redução significativa ao longo dos anos: em 2001 o PIB no setor agropecuário era de 7,6%, e em 2005 caiu para 1,6%, ao passo em que o do setor industrial subiu de 38% para 44,3% (IpeaData apud Ministério Das Cidades, 2012: 02). O setor de serviços manteve-se entre 49 e 45,3%, e o Produto Interno Bruto (PIB) total do município foi de R\$ 20.276.000,00 a 134.889.000,00 entre 2001 e 2005 (idem).

A Receita Corrente cresceu de R\$ 1.328.064 para R\$ 3.532.680 entre os anos de 2000 e 2005, e a Receita Tributária também subiu, de R\$ 65.740,00 para 374.721,00 (Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional apud Ministério Das Cidades, 2012: 03). 55,9% da população é denominada pobre, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 1998 (PNUD/IPEA/FJP apud Ministério Das Cidades, 2012, p. 5).

O Índice de Desenvolvimento Humano em 2000 é de 0,743, enquanto o índice nacional é de 0,654 (PNUD apud Ministério Das Cidades, 2012: 02). A taxa de analfabetismo registrada em 2000 é de 11,2%. Oito estabelecimentos escolares oferecem Ensino Fundamental, sendo três municipais e cinco estaduais, enquanto apenas um oferece Ensino Médio. Observa-se ainda que, no ano de 2000, o número de matrículas no Ensino Fundamental foi de 1.020, ao passo em que as matrículas no Ensino Médio não passaram de 301 (INEP/MEC apud Ministério Das Cidades, 2012, p. 5).

Não há Hospital, havendo apenas seis Unidades de Atendimento Médico para todo o município (Datusus \ Ministério Das Cidades, 2012, p. 4). Não existem Conselhos Municipais de Habitação, de Políticas Urbanas, de Meio Ambiente ou de Cultura. O município não conta, igualmente, com Plano Diretor, Plano Estratégico ou Lei de Zoneamento.

2.2. Qual é a sua relação com a cidade e com os imóveis?

Na sua organização, o projeto da Vila de Serra do Navio previa uma cidade fechada e autossuficiente, planejada para abrigar uma população de 2.500 a 3.500 habitantes. Tinha como seus principais ocupantes os funcionários da mineradora e suas respectivas famílias, bem como outras pessoas que trabalhariam em estabelecimentos e atividades de apoio ao funcionamento, como supermercados, padarias e lojas, entre outros.

À época da ICOMI, os trabalhadores que eram demitidos deixavam de ocupar as casas e tinham que se retirar da Vila, sendo as casas ocupadas por outros funcionários. Ainda, segundo o Dossiê de Tombamento, muitos dos atuais moradores afirmaram ter passado por diversas casas da Vila até fixarem moradia na que ocupam atualmente (Iphan, 2010a, p. 150).

Com os garimpos e o potencial extrativista encontrado no município vizinho de Pedra Branca do Amaparí, Serra passou a ser ocupada de forma a atender a demanda existente na região, servindo de cidade dormitório e sofrendo intervenções irregulares nas suas edificações, geralmente datadas de antes do tombamento. O aumento da população feminina, que tem se equiparado à masculina mais recentemente, seria consequência da atração ocorrida posteriormente à chegada de trabalhadores deste setor. Com isso têm se formado famílias ou núcleos familiares em geral mais numerosos que à época da ICOMI.

Dessa forma, o aumento populacional resultante deste reaquecimento da atividade de exploração de minérios na região trouxe consequências para a preservação das unidades habitacionais, especialmente das Vilas do Setor Operário e Especializado. Para atender à demanda ampliada das empresas, as casas foram adaptadas para “repúblicas”, modificando o projeto original. Além de mudanças nas

habitações devido ao aumento populacional, a grande rotatividade dos moradores no município dificulta o diálogo e o interesse na preservação patrimonial, tendo em vista que parte das pessoas que moram hoje no município podem não ser as mesmas com que se lida no ano seguinte.

Ademais, a especulação imobiliária gerada pela entrada de outras mineradoras como a MMX, MPBA e Solida, e que atualmente compõem a Anglo American, forçou a utilização das áreas de expansão, mas sem ordenação ou planejamento urbanístico. Atualmente, as áreas de expansão já não estão sendo mais suficientes e tal fato, conjugado aos problemas fundiários do município, tem gerado mais áreas de expansão no cinturão verde planejado por Bratke.

Conforme a Ata da 63ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, Luiz Phelipe Andrès, enquanto relator da proposta de Tombamento de Serra do Navio apresentada ao Conselho, afirma:

[...] os moradores atuais são, em parte, pessoas que já estavam e outras que estão chegando, mas como se trata de um núcleo bastante isolado o ponto mais próximo é a Capital, todos os que estão ali têm uma razão, têm um vínculo com a região, uma busca de parentesco, ligações com os antigos moradores. De certa forma, a mística daquele núcleo, uma exceção extraordinária no meio de uma região tão inóspita, se tornou uma referência histórica. Surgiu no imaginário coletivo a ideia de que podem voltar àqueles bons tempos em que havia segurança, saúde, educação, uma escola boa e tudo mais; esse referencial está no imaginário daquela população, mesmo dos moradores recentes, isso é um referencial importante (Iphan, 2010b, p. 21).

Ulpiano Bezerra de Meneses, contudo, coloca algumas questões quanto à relação da população atual com a Vila.

Entendi que se trata de novos contingentes, [...]. Esses novos contingentes criados, pelo que entendi, são muito mais numerosos do que na fase de implantação, na fase áurea do projeto implantado [...]. Que vínculo eles têm com esse espaço construído? Que vínculo pode sedimentar, vamos dizer, responsabilidades? No fundo, qual o sentimento que eles

têm com relação não só ao que encontraram, mas à possibilidade de reverter uma situação anterior (Iphan, 2010b, p. 20)?

Os imóveis da Vila de Serra do Navio atualmente estão em propriedade da Secretaria do Patrimônio da União (SPU)²⁶. A construção foi feita para trabalhadores da ICOMI e um motivo de incerteza após a saída da empresa foi a de quem ficaria com as casas. A situação litigiosa sobre a posse dos imóveis teria dificultado o acompanhamento e fiscalização de sua situação, já que o Iphan, durante um bom tempo, não tinha a quem notificar, e a população não sabia a quem se dirigir para tratar do assunto. Depois de transferida a propriedade da ICOMI para a SPU, agora se articulam formas de cessão destes imóveis.

Em entrevista presente no Dossiê de Tombamento, quando perguntado se os moradores se sentiam donos das casas onde moravam, Antônio Moacir Neves respondeu da seguinte maneira:

Eu moro aqui, na minha opinião essa casa não é minha, não foi eu que fiz, eu não comprei. Primeiro porque eu não tenho de quem comprar, quem construiu já morreu, que era o dono da ICOMI; os que ficaram disseram: “eu não quero”, o herdeiro né? Aí vem uma empresa hoje se denominando como Tocantins que vai tocar pra frente o serviço de manganês, mas até agora eu não vi o resultado dessa história, só quando eu ver. [...] É, tem isso. Eu não tenho nenhum papel dizendo que é minha. Ninguém aqui, não tem ninguém nessa cidade que diga: Essa casa é minha! Não tem nenhum papel... Isso, isso, tá indeciso... não tem nada dizendo: “vai ser desse jeito” (Iphan, 2010a, p. 147).

²⁶ Sob gestão da Superintendência do Patrimônio da União no Amapá (SPU/AP), representação estadual da Secretaria do Patrimônio da União, vinculada ao MPOG - Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. É responsável pela gestão de todos os imóveis pertencentes ao Patrimônio Federal, ou seja, os bens da União.

O mesmo morador afirma ainda: “não tem quem mande aqui porque o prefeito diz: ‘não é minha a cidade!’ E o morador diz: ‘minha é que não é!’ Aí o dono da ICOMI já morreu, os herdeiros dizem: ‘eu não quero ir pra lá!’ Então tá assim, parece uma batata quente” (Iphan, 2010a, p. 131).

As respostas às entrevistas contidas no Dossiê (Iphan, 2010a), em geral, apontam para este impasse existente em torno da propriedade dos imóveis, denotando, ainda, a forma como isto se reflete na falta de um sentimento de pertença e na rotatividade dos moradores. Logo, ficam claras algumas das razões para o pouco engajamento da população quanto às questões urbanísticas e patrimoniais, especialmente em se tratando de medidas em longo prazo. É preciso lembrar, igualmente, que a população está familiarizada a um trato assistencialista, tendo a ICOMI assumido a figura de uma “Grande Mãe” (Iphan, 2010a, p. 114) durante o período de concessão, que tudo via e tudo providenciava²⁷. “Serra do Navio deveria ser o espaço apolítico da produção de manganês” (2010a, p. 114), um espaço administrado de maneira discreta.

Destaca-se daí a necessidade de estímulo ao protagonismo social e de investimento na criação de associações, cooperativas ou ONGs; ou seja, representações legais de setores da coletividade que negociem com as instituições, apontem suas demandas e promovam um quadro de responsabilização mútua. Trata-se, ainda, do estímulo à participação social por meio dos Conselhos Municipais existentes, ou na criação de Conselhos necessários, como o de Cultura e de Habitação, e ainda o estímulo à formação de lideranças locais.

²⁷ Josanira dos Santos, em depoimento presente no Dossiê (2010, p. 115), afirma que a “ICOMI era uma espécie de mãe!! Tudo que você queria, ela fazia por você”. Quando perguntada se Serra do Navio estaria “sem mãe” hoje, responde: “[t]á! Você pode ver pelo aspecto da cidade, né? Na época da ICOMI você não via a cidade desse jeito: grama grande, estrada esburacada... não via!” (Iphan, 2010, p. 115).

3 As instituições

No que se refere à preservação do conjunto urbano de Serra do Navio, desde o início, se previu a mobilização de entidades afins, como a SPU, Universidade Federal do Amapá (Unifap) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para que atuem por meio de suas representações e a partir de suas competências, com intuito de juntas fomentar estratégias e políticas para o município. É preciso considerar, contudo, que atualmente as terras estão em custódia do Governo Federal, e que existem diversos impasses em torno da ocupação tanto da área urbana tombada em 2010, quanto do entorno correspondente à Área de Preservação Ambiental. Neste sentido, tem-se procurado estabelecer como será feita a transição da posse das terras para o município, e se a posse das residências hoje tombadas será entregue ao atual residente do imóvel. Se assim proceder, este usuário terá que obedecer a todas as normas de conservação do bem imóvel, principalmente ao que tange o disposto dos artigos 17, 18 e 19 do Decreto-Lei n. 25/37.

Foi prevista a elaboração, por equipe do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifap, do Plano Diretor Municipal de Serra do Navio, em parceria com a prefeitura deste município, o qual seria o principal instrumento norteador para a preservação da vila. A requalificação do setor urbano tem o intuito de preservar o conjunto tombado e, ao mesmo tempo, estabelecer um acionamento daquele espaço, com o oferecimento de serviços para garantir a manutenção da própria cidade. Verifica-se que ela não tem condições básicas para suprir uma possível demanda turística, como restaurantes e hotéis.

O entorno formado pela floresta compreende uma das mais importantes unidades de conservação do mundo: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Unidade de Conservação de proteção integral tutelada pelo ICMBio, e que tem enorme relevância para o município. Em parceria com a Unifap,

foi apresentado o projeto dos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, denominado “Complexo de Percepção Ambiental”, que deverá nortear a construção de um jardim sensorial em Serra do Navio, no Escritório-Sede do Parque.

O engajamento da prefeitura nas ações de preservação é fundamental. Caso seja criada legislação urbanística ou representações, como Conselhos de Cultura e de Planejamento Urbano, é necessário traçar os rumos do controle urbanístico, da expansão urbana e da gestão do uso do solo, aliados à valorização das diferentes referências culturais da comunidade e à preservação ambiental, entre outras prerrogativas que devem ser observadas.

Ainda foi previsto um possível contato com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) para obtenção de cópias dos projetos originais de Bratke. Além disso, interessam parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a rede de Serviço Social do Comércio (SESC), atreladas à profissionalização e capacitação de pessoal, empreendedorismo e a serviços da área de cultura, educação, saúde, lazer e assistência social. Ressalta-se ainda a necessidade de diálogo constante junto às representações de moradores, como a já existente AMOSERRA, bem como de atuação junto à Procuradoria Geral do Estado do Amapá, ao Ministério Público Estadual, especialmente a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Conflitos Agrários, Habitação e Urbanismo (PRODEMAC), à Câmara de Vereadores, entre outras instâncias, promovendo a articulação entre as esferas nacional, estadual e municipal, no sentido de responsabilizar os respectivos entes quanto a suas competências, seus direitos e deveres.

4 O Iphan entre os agentes

4.1 O histórico de atuação do Iphan na região

A primeira ação do Iphan no Amapá se deu ainda na década de 50 do século passado, com o tombamento e inscrição no Livro de Tombo Histórico da Fortaleza de São José de Macapá. A representação do órgão no estado é criada em 2004 como Sub-regional da Superintendência do Iphan no Pará. Com as alterações instituídas pelo Decreto de reestruturação do órgão em 2009 (Decreto n. 6.844/09), a unidade foi elevada à Superintendência do Iphan no Amapá. A história da unidade, portanto, é recente e está bastante ligada à da unidade do Pará²⁸. Mesmo que a atuação da unidade no estado seja recente, o olhar sobre a Serra do Navio a precede. Havia grande preocupação quanto à rápida descaracterização da Vila e com o vazio deixado pela ICOMI, levando ao encaminhamento, já em 1998, do pedido de tombamento elaborado por alunos e professores de Arquitetura e Urbanismo da Unifap.

O caráter emergencial do tombamento, que desde a saída da ICOMI parece ter apenas aguardado a cessão dos bens para a União, fica bastante evidente na fala do relator do processo, Luiz Phelipe Andrés:

Considero esse tombamento diferente do ocorrido em Iguape. O tombamento é uma ferramenta de múltiplas capacidades, ele funciona mais como um instrumento de socorro, de proteção, que permite um disciplinamento da gestão do município, de uma ajuda do disciplinamento, um apoio que a prefeitura passa a ter com a legitimação da presença do Iphan (Iphan, 2010b, p. 18).

²⁸ Um histórico de atuação da unidade no estado está disponível no blog elaborado por sua equipe em: <http://Iphanamapa.wordpress.com/a-acao-historica-do-Iphan-no-amapa/>.

A partir destas considerações de Andrès, Ulpiano Bezerra de Meneses coloca:

[...] o Conselheiro Relator afirmou que a maioria dos edifícios não está descaracterizada. Mas não é só uma questão de edifício, não é? E pergunto: não é um risco imaginar um tombamento justamente como um instrumento de socorro, sem outras garantias? [...] Não é um risco, de qualquer maneira, tombar para reverter uma descaracterização? (Iphan, 2010b, p. 20).

Nota-se alguma tensão entre, de um lado, a ideia de um tombamento emergencial e disciplinador e, do outro, de um tombamento que deva estar assentado sobre outras garantias sociais. Frente à necessidade de decisão do Conselho quanto ao tombamento, Jurema Machado ainda teria tecido as seguintes questões, bastante atuais:

Nessa Vila, criada e mantida por uma empresa durante um longo período, quais são as atividades econômicas existentes, o que sustenta sua população? [...] Quais são as perspectivas econômicas para essa cidade? O tombamento é uma questão pacífica? A população compreende o seu significado? Se há uma grande responsabilidade para o IPHAN, só posso admirar e louvar a iniciativa de trazer ao Conselho uma decisão tão importante, porque o IPHAN também expressa a possibilidade de apoiar a conservação e eventualmente promover alternativas econômicas, como iniciativas suas em outras cidades (Iphan, 2010b, p. 17).

Com a decisão favorável ao tombamento e sua homologação em 2011, a Superintendência teria se organizado para iniciar as ações de acautelamento. De acordo com as informações fornecidas por Patrícia Takamatsu, técnica em arquitetura da unidade e fiscal do sítio de Serra do Navio, em 2011 foi realizada uma ação de fiscalização, com a distribuição de cartilhas sobre o tema²⁹. No ano de 2012, foram feitas

²⁹ Trata-se de material de cunho genérico, produzido para distribuição em todo o país, intitulado Fiscalização: Orientações para usuários de bens tombados (Iphan, 2009).

três fiscalizações, com embargo a obras e emissão de Notificações para apresentação de documentos e de Autos De Infração – todos os casos constavam de intervenções sem autorização, havendo apenas um caso de dano irreversível, referente à destruição da Creche Municipal. Durante o processo, teria se tornado ainda mais perceptível a insatisfação da comunidade quanto ao tombamento. Posteriormente, foram realizadas audiências públicas com o objetivo de conferir transparência às ações da instituição na Vila. Após esse período de dois anos de atuação, teria havido um aumento do número de requerimentos feitos à unidade.

Atualmente, tem sido realizada a pesquisa da situação das edificações correlata à preservação da arquitetura, referente ao Módulo 3 do SICG, além da reforma do antigo Cinema (ou Ginásio). A atual gestão tem se empenhado em realizar reuniões mensais com a comunidade e fortalecer a articulação interinstitucional, mantendo, ainda, as ações de fiscalização em curso.

4.2 Qual é a relação das pessoas e das instituições com o Iphan e o tombamento?

A Superintendência do Iphan no Amapá tem buscado estreitar relações com a comunidade para conciliar os objetivos de preservação do conjunto de Serra do Navio aos interesses dos moradores.



Entretanto, desde antes da construção do Dossiê de Tombamento (Iphan, 2010) já se percebe um descontentamento com a realidade da Vila e com a ideia do tombamento. Luiz Phelipe Andrès, no parecer apresentado ao Conselho Consultivo do Iphan, relata:

Em 2007 (22 de outubro), a arquiteta Simone da Silva Macêdo encaminha o relatório de uma audiência pública realizada no dia 18/10/2007. O conteúdo do relatório revela uma situação preocupante. Ficava evidente que havia se instalado no seio daquela comunidade um forte sentimento de desconfiança e até mesmo de rejeição ao tombamento. De alguma forma, os primeiros anúncios do tombamento estadual haviam sido realizados sem que houvesse de fato uma preparação e uma ação pedagógica para difusão dos conceitos de tombamento e que permitisse por parte da comunidade, melhor compreensão dos benefícios deste ato. Moradores estavam receosos de que o tombamento significasse a sua expulsão. Além do que havia um clima de profunda insatisfação com o poder público em face aos crescentes problemas de infraestrutura que passaram a afligir a vila desde que ela deixou de ser gerenciada pela empresa (Iphan, 2010b, p. 8).

As posteriores ações de embargo a obras e demais ações decorrentes da fiscalização agravaram ainda mais este quadro. A rejeição da população em relação ao Iphan/AP é percebida nos discursos cotidianos, nas reuniões e fiscalizações.

No contato da instituição com a população, evidenciou, ainda, o desconhecimento do público em relação ao papel do Iphan como fiscalizador do patrimônio cultural e ao papel da SPU como gestora da propriedade da União e responsável pela questão da posse dos imóveis. A indefinição do espólio da ICOMI, assim como dos papéis no que se refere à gestão dos bens móveis e imóveis, continua gerando confusão sobre de quem é a responsabilidade de gerir essas propriedades e de qual papel pertence à prefeitura. O que se percebe é uma realidade fundiária de apropriação e desapropriação à revelia, e construções erguidas de forma aleatória dentro das áreas de expansão do projeto original, sem nenhum órgão assumindo o papel de análise de projetos e fiscalização das obras.

As ações de fiscalização têm se concentrado em obras sem autorização e construções novas. Observa-se um entendimento deturpado do que seria possível, em se tratando de reformas simplificadas e quanto às condições para realizar novas construções. Além disso, há equívocos acerca do tombamento, decorrentes da crença de que foram tombadas as unidades habitacionais e não o conjunto arquitetônico, em sua relação com a floresta envoltória. A sanção aos responsáveis por alterações recentes é dificultada pelos problemas em se identificar quais intervenções danosas foram realizadas anteriormente ao tombamento de 2010/2011.

Diante desses pontos, verifica-se a necessidade de uma ação institucional mais atuante e presente, visto que a Superintendência do Iphan no Amapá está situada no município de Macapá, dificultando o acesso dos moradores para entrada de pedidos de autorização de intervenção nas casas e esclarecimento de dúvidas gerais. A conjuntura do sítio de Serra do Navio faz com que o acompanhamento mensal seja ainda insuficiente para a preservação da vila.

5 A proposta de um plano de trabalho em educação patrimonial

5.2 Diretrizes

Apresentamos a seguir algumas diretrizes que acreditamos devam ser levadas a cabo pelo Iphan e agentes afins no que se refere as ações voltadas ao município de Serra do Navio. Estas diretivas aliadas à

proposta metodológica descrita anteriormente³⁰, têm o propósito de orientar formulação de projetos e ações, assim como a trajetória de sua execução.

Nos itens anteriores foram apontados problemas estruturais que tornam o panorama de Serra do Navio singular – uma conjuntura que demanda atenção especial e intervenções igualmente particulares. Nesse contexto, é relevante ressaltar alguns dados.

O desconhecimento sobre as políticas patrimoniais, por parte dos moradores, aliado ao olhar predominantemente negativo quanto ao tombamento, são fatores que marcarão as ações desenvolvidas na área. A dificuldade em promover parcerias e sintonizar os objetivos institucionais soma-se à distância física entre os municípios de Macapá e Serra do Navio, além da ausência de representação institucional neste último.

É preciso considerar a rotatividade de boa parte dos moradores, que habitam a região por pouco tempo ou que se mudam com facilidade. Essa transitoriedade é um dos elementos que apontam para a necessidade de se empreender ações pontuais – além das estruturais, às quais não deixam de estar alinhadas.

Há muitos conflitos de interesses em torno das moradias, que vão além da questão da propriedade e regulamentação fundiária junto à SPU. Não se deve proceder às ações do campo patrimonial de forma isolada quando tantos outros problemas são enfrentados e tantas outras soluções são necessárias em se tratando das áreas de habitação, planejamento urbano e infraestrutura. Ademais, moradores e mesmo

³⁰ Foram suprimidos, na presente publicação, os itens 5.1 Metodologia; 5.3 Ações e 5.4 Cronograma, em razão da necessidade de adequação ao formato da publicação. Caso o/a leitor/a se interesse, o produto na íntegra se encontra disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan.

representantes institucionais demonstram grande confusão quanto às competências de cada instituição e ao papel de políticas e de instrumentos jurídicos como o tombamento, o PAC Cidades Históricas ou os Termos de Ajustamento de Conduta.

Uma das premissas a que chegamos a partir da observação da situação enfrentada é a de que a parcela da população sobre a qual deve haver grande atenção e diálogo se refere justamente à população adulta que mora no município. É interessante, portanto, que as ações sejam direcionadas à população como um todo, com vistas a mobilizar os mais diferentes segmentos sociais, e realizadas no âmbito da educação não formal³¹. Acreditamos que, por se tratar de uma situação crítica e demandar intervenções de curto e longo prazo, seja necessário se voltar para aqueles que enfrentam cotidianamente e no atual momento os efeitos mais imediatos do tombamento e os problemas urbanísticos.

Sabemos, igualmente, da relevância do trabalho com crianças e jovens em idade escolar, e da relevância da atuação junto ao ensino formal. Ações do tipo devem ser estimuladas, mas não executadas diretamente pelo órgão³². Logo, tendo em vista os recursos de que dispõe a Superintendência (tanto físicos e logísticos como orçamentários e de pessoal), presume-se a inviabilidade de investimento em um programa educativo estrutural neste momento, como seria o ideal. Já as ações e metodologias do ensino não formal, com público adulto, mostram-se mais interessantes, pois permitem tanto ações individualizadas quanto integradas, da mesma forma em que dão espaço a iniciativas institucionais de maior abrangência, ligadas àquelas desenvolvidas nas áreas de fomento e fiscalização, por exemplo.

³¹ Entendendo-se a Educação não formal como toda e qualquer iniciativa que não se enquadra nos padrões formais de ensino, ou seja, que ocorre fora do sistema de ensino cronologicamente gradual e hierarquicamente estruturado (Lima; Polo, 2012, p. 28), e cujos objetivos são abertos, múltiplos e centrados no público. Sobre o tema ver também Gohn (1999), Von Simson (2001) e Trilla et al (2008).

³² A parceria com as escolas e a aproximação com os professores, contudo, interessam grandemente.

Além da população adulta de Serra do Navio, as instituições são peças fundamentais – e é necessário afinar o diálogo com elas, assim como entre elas e os moradores. Tal aproximação deve ser feita no sentido de estimular maior engajamento social por parte dos habitantes, gerando, dessa forma, maior observância e envolvimento quanto às políticas que se pretende colocar em curso. Propõe-se, assim, que as intervenções girem em torno da tríade moradores, Iphan e instituições.

Listadas em tópicos, podemos elencar as seguintes diretrizes:

- Promover ações de curto e longo prazo, valorizando tanto ações pontuais quanto estruturais;
- Valorizar iniciativas espontâneas de preservação empreendidas pelos moradores ou instituições;
- Orientar o foco das ações para os habitantes do município em geral, e em especial para o público adulto, por meio das metodologias afins à educação não formal;
- Atuar com transparência e investir em ações de publicização de todas as atividades voltadas para Serra;
- Aliar os interesses e a proposta metodológica deste plano de trabalho à metodologia do PAC Cidades Históricas (Iphan



e Ministério das Cidades) e à metodologia do campo de educação patrimonial do Programa Mais Educação (Iphan e MEC);

- Desenvolver formas de se diagnosticar os conhecimentos prévios dos moradores, permitindo a subsequente avaliação das ações empreendidas e verificação dos conhecimentos mobilizados durante o processo;
- Estimular o olhar, a leitura e a fruição do espaço urbano e da tipologia dos imóveis pelos moradores, bem como levantar constantemente seus interesses e dúvidas;
- Fomentar o protagonismo social por meio do incentivo à criação e à manutenção de associações e representações civis, bem como estimular o engajamento político e a formação de lideranças locais;
- Reconhecer, legitimar e garantir a participação social em todas as instâncias e processos de fomento e incentivo à Educação Patrimonial;
- Incentivar a criação de conselhos gestores entre instâncias do governo e da sociedade civil no âmbito das políticas de patrimônio cultural como espaços legítimos para deliberação;
- Incluir na gestão do tombamento propostas educativas que propiciem o reconhecimento, a valorização e a responsabilização coletiva pela preservação dos bens culturais por parte da população, bem como o aperfeiçoamento dos critérios de avaliação por meio de instâncias participativas, como conselhos paritários deliberativos³³ de ampla participação popular.

³³ Para ser paritário, o conselho deve reunir representantes tanto do poder público como da sociedade civil, por meio dos representantes das classes civis organizadas, observando-se as proporções.

Referências

DRUMMOND, José A; PEREIRA, Mariângela de A. **O Amapá nos tempos do Manganês**: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**: impactos do associativismo no Terceiro Setor. São Paulo: Cortez, 1999.

GOIS, Arilena Nobre; BRITO, Jaqueline Ferreira de Lima. Vila Amazonas: antes um espaço “acionado”, hoje um passado esquecido. **Urbana**, ano 3, n. 3. Campinas: CIEC/Unicamp, Dossiê Patrimônio Industrial, 2011. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos3/%5B13%5DArilenaGois.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Fiscalização**: Orientações para usuários de bens tombados. Brasília: IPHAN, 2009.

_____. **Vila de Serra do navio**: Dossiê de Tombamento. Brasília: IPHAN, 2010 (2010a).

_____. **Ata da 63ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. 15 de abril de 2010 (2010b).

_____. **Fichas SICG**: Serra do Navio. Macapá: Superintendência do IPHAN no Amapá, 2011. Fichas M101, M102, M103 e M201. (Material em elaboração pela Técnica em Arquitetura, Patrícia Helena Turola Takamatsu).

LIMA, Leilane Patrícia de; POLO, Mario Junior Alves. Reflexões sobre o papel do educador de museus. **Boletim Museu Histórico de Londrina**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v.3, n.6, p. 23-31, jan/jun 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/museu/publicacoes.html>. Acesso em: 30 jan. 2013.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Perfil do Município:** Serra do Navio (AP). 2012. Disponível em: <http://www.brasilemcidades.gov.br/src/html/home.html>. Acesso em: 6 dez. 2012.

RIBEIRO. Benjamin Adiron. **Vila Serra do Navio:** Comunidade urbana na selva amazônica. São Paulo: Pini, 1992.

TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie; ARANTES, Valéria Amorim. **Educação formal e não formal.** São Paulo: Summus Editorial, 2008.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (org.). **Educação não formal:** Cenários de criação. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

DINÂMICA DE ARQUEOLOGIA: CONTANDO HISTÓRIAS COM FRAGMENTOS

Aluno:

José Felipe Ludolf Hansen Lassance

Unidade de prática profissional supervisionada:

Superintendência do Rio Grande do Sul/Porto Alegre

Supervisora:

Grasiela Tebaldi Toledo

2022

José Felipe Ludolf Hansen Lassance é graduado em museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto (2019) e foi selecionado para a vaga no setor de arqueologia da Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre em 2020. O trabalho na SE-RS foi voltado principalmente para a pesquisa de ações de extroversão do Patrimônio Arqueológico no estado, em instituições de guarda e pesquisa, museus e sítios arqueológicos musealizados. Seu enfoque abrangeu também a relação entre os Projetos Integrados de Educação Patrimonial e as ações de socialização do patrimônio arqueológico no âmbito do Licenciamento Ambiental. As iniciativas de educação e extroversão são um importante pilar para a sustentabilidade do patrimônio cultural, e podem ser voltadas e expandidas para a arqueologia. Esta produção, o último de três produtos técnicos realizados no programa do Mestrado do Iphan, é um exemplo desse tipo de ação. Teve como base o diálogo com a comunidade e foi desenvolvido com jovens estudantes de São Miguel das Missões. Apesar de todas as dificuldades de planejamento vividas durante uma pandemia global, tornou-se um processo conciso e quase linear de aprendizado, que direciona o olhar para o campo profissional do patrimônio cultural e enfatiza a importância da continuidade dessas iniciativas para a preservação.

Apresentação

Este terceiro produto é o registro de uma ação de educação patrimonial, realizada para atender a uma demanda proveniente da Secretaria de Turismo e Cultura do município de São Miguel das Missões para o Parque Histórico Nacional das Missões (PHNM). Para além do relatório em si, este trabalho se apresenta como a confluência de meus dois produtos anteriores realizados no Programa de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Quase como resultado do acaso, e diante de todas as dificuldades impostas pela pandemia de covid-19, o terceiro produto técnico tornou-se uma síntese das atividades realizadas no âmbito das práticas profissionais do mestrado. Esse relatório colocou à prova as críticas realizadas no primeiro produto técnico – que tratam da educação patrimonial dentro do licenciamento ambiental³⁴. Estar à frente de uma ação prática após a elaboração de dois trabalhos críticos/teóricos, feitos à distância, foi impactante, trazendo à realidade situações vistas apenas teoricamente. Essa experiência prática é uma característica que considero como fundamental para o programa de mestrado profissional do Iphan. Em suma, este produto apresenta o projeto e o relatório da atividade educativa³⁵.

O convite para a realização da atividade surgiu em uma visita da Secretária de Turismo, Desenvolvimento e Cultura de São Miguel das Missões, Carolina Lopes, à Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul (SE-RS). Durante esse encontro, ela tomou conhecimento do trabalho que eu estava realizando, à época, para o segundo produto técnico. Ao apresentar os objetivos da pesquisa, alguns resultados preliminares e apontar a necessidade de ações de educação patrimonial permanentes no município, a

³⁴ Ambos os produtos serão resumidos no decorrer do texto.

³⁵ *Fac-símilis* das fichas preenchidas pelos alunos estão disponíveis no documento completo disponível no Arquivo Central do Iphan.

secretária demonstrou interesse pela iniciativa durante breve conversa. O contato formal foi feito diretamente com a diretora do PHNM, Adriana Almeida da Silva, que buscou a SE-RS, pois a secretária demandou especificamente uma “atividade de arqueologia”. Como o PHNM não conta com técnicos arqueólogos ou educadores, a solicitação foi encaminhada para a Superintendência. O convite foi repassado para mim por minha supervisora Grasiela Tebaldi Toledo, e prontamente demonstrei interesse em realizar a atividade. Assim, demos início aos preparativos.

O abrandamento das restrições sanitárias impostas durante a pandemia de covid-19 e o subsídio promovido pela prefeitura – que custeou hospedagem, alimentação e traslado para a realização da atividade – viabilizaram o projeto *in loco*. Anteriormente, atendendo à demanda do PHNM, propusemos a realização de uma “ação educativa”, em comemoração da Semana Missioneira em 10 de dezembro de 2021, com os artífices do Parque. A proposta era um encontro casual, em horário de trabalho, em que os funcionários do parque pudessem compartilhar um café da manhã e trocar experiências e histórias. Infelizmente, a participação da SE-RS não foi possível devido ao momento de crise sanitária, à falta de recursos para o deslocamento e à dificuldade de acesso à internet na área do Parque.

Em 2022, comecei a desenvolver o projeto para a ação educativa em conjunto com minha supervisora, a arqueóloga Grasiela Tebaldi Toledo. O público-alvo foi definido pela prefeitura: todos os alunos do 9º ano do ensino fundamental municipal, ou seja, jovens entre os 12 e 14 anos de idade. Pensamos em uma atividade prática, já que este público não tem tanto interesse pelas já “clássicas” escavações simuladas, que são objeto de tantas ações de educação patrimonial no campo da arqueologia. Outro aspecto que serviu como inspiração foi o fato de os alunos estavam prestes a ingressar no ensino médio, provavelmente tendo o futuro profissional em mente.

Tomando como base as ciências do campo de preservação do patrimônio cultural, escolhemos cinco profissões que lidam diretamente com essa área para serem vivenciadas pelos participantes da oficina, notadamente: arqueologia, arquitetura, conservação e restauro, museologia e história. O objetivo principal era provocar diferentes olhares para um patrimônio que, inicialmente, faz parte do cotidiano dos jovens locais. A atividade, tinha previsão de duração de cerca de duas horas e meia, deveria abordar os temas em caráter introdutório, com a meta de estimular a observação crítica. Além disso, por meio da atividade, almejávamos apresentar possíveis carreiras ligadas ao patrimônio local para as turmas, indicando a permanência no pequeno município de São Miguel das Missões como uma oportunidade de desenvolvimento pessoal e científico.

Vale salientar que o primeiro produto técnico desenvolvido no curso do Mestrado – o artigo Educação Enquanto Canal de Comunicação Arqueológica/Museológica: uma análise bibliográfica dos projetos de educação patrimonial no licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul³⁶ – crítica, em partes, justamente a forma como esta ação foi realizada, com ênfase no caráter pontual. A impossibilidade de dar continuidade a ações educativas desse tipo tende a resultar em um certo generalismo, o que, por sua vez, leva a ações de caráter simplista e resumido, aspecto que acaba se confirmando nessa atividade.

Ao mesmo tempo, a crítica apresentada sobre a necessidade de embasar as ações de educação patrimonial no patrimônio local se revelou potente, já que as incursões no sítio de São Miguel das Missões foram definitivamente o ponto alto da prática. Por fim, o artigo aponta a necessidade de conhecimento prévio do público-alvo e de sua relação com o patrimônio, outro aspecto que se mostrou acurado.

³⁶ Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 159–178, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i2.8667219. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8667219>.

Com efeito, as principais dificuldades encontradas na realização da atividade estiveram relacionadas às diferentes conexões entre os educandos e o patrimônio em questão. Essa diversidade ficou evidente quando confrontamos as correlações dos alunos das escolas indígenas, urbanas e rurais. Utilizando uma abordagem de livre inspiração Freiriana, buscamos iniciar todas as atividades entendendo a relação dos alunos com o sítio arqueológico, ponto que exacerbou a última crítica aqui pontuada, e que em uma prática ideal deveria ter sido levado em conta desde a concepção do projeto.

O segundo produto – apresentado no V Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (2022-RJ)³⁷ – aborda algumas demandas de extroversão e interpretação dos visitantes externos, mas não considera as demandas locais. A pesquisa buscou compreender a relação do público visitante do PHNM com o viés arqueológico do patrimônio. Para isso, foi feito um diagnóstico com base nos comentários deixados sobre os sítios do parque na plataforma Google Maps e foram identificados os principais pontos de interesse de pesquisa na plataforma Google por meio da ferramenta Google Trends. Um dos resultados alcançados foi a percepção do termo arqueológico no imaginário dos visitantes, aspecto que também foi constatado durante o trabalho com os alunos em São Miguel das Missões.

Outra constatação a que se chegou é que há certa “carência interpretativa” dos visitantes em geral do parque, também confirmada pelos relatos dos alunos que participaram das atividades, embora todos tenham diferentes relações, histórias e conhecimentos sobre as ruínas e seu passado. Isso revela a necessidade de um trabalho crítico, para além de uma lógica instrutivista, que poderia ser alcançado por meio de ações contínuas de educação patrimonial.

³⁷ O caderno de resumos do seminário está disponível em: http://site.mast.br/vspct/caderno_de_resumos.html.

Por fim, acredito que devemos, sempre que possível, ocupar espaços e aceitar convites desse tipo, mesmo que as condições não sejam ideais. Penso que este relatório acaba por servir, de certa forma, como uma pesquisa de público que deveria ser realizada antes do projeto em si. A partir de alguns dos relatos apresentados e principalmente das vivências, podemos constatar que há uma “vontade de patrimônio” entre os jovens de São Miguel das Missões, e que esse “patrimônio da humanidade”, de fato, faz parte de suas vidas. É atuando nesses lugares que podemos demonstrar a importância e a potência desse tipo de trabalho.

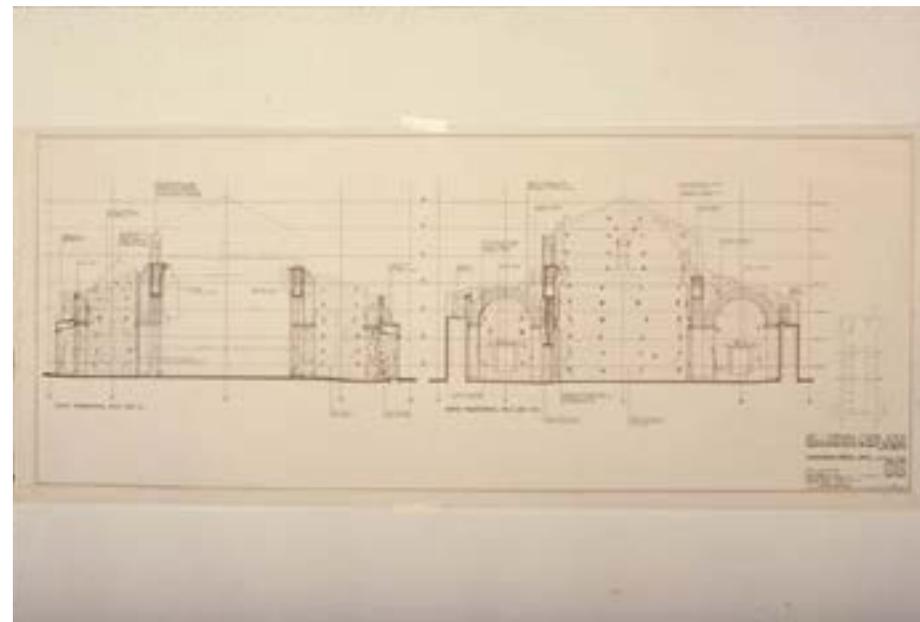
Após a realização da atividade, tenho a certeza de que teria feito diversas mudanças na proposta inicial, que foi se adaptando ao longo dos dias. Há necessidade de militância. Não é suficiente apenas ocupar os espaços, é preciso exigir mais, sobretudo, tempo que é uma das maiores carências na educação patrimonial. Finalizo ressaltando todas as exigências que o tempo traz: estrutura, logística, continuidade, sustentabilidade e, principalmente, vontade. Como aponto no artigo resultante do produto técnico, a lógica empresarial tem se expandido para todos os campos do ensino, e na educação patrimonial não é diferente. Enfatizar a importância de ações educativas criativas, que se realizem em diálogo com as comunidades, é nosso dever.

1 Projeto

1.1 Introdução

Podemos considerar que, pelo menos desde 1922, ano do Decreto Estadual no 3.004 de 10 de agosto, as ruínas do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo têm sido objeto de ações embasadas nas premissas do campo do patrimônio. A partir desse marco, diversos instrumentos de preservação foram aplicados ao bem, destacando-se: seu tombamento em âmbito federal pelo Iphan (1938), sua inclusão na lista do patrimônio mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (1983), a criação do Parque Histórico Nacional das Missões (2009) e o registro, também pelo Iphan, da “Tava, Lugar de Referência Guarani” (2014). Mesmo tendo em conta esses balizadores de caráter oficial, devemos estar atentos à condição de que a preservação do patrimônio deve ser praticada além das titulações e políticas públicas. É importante entender a relação da comunidade com o patrimônio, como uma tática para sua preservação. Uma das estratégias mais utilizadas no Brasil para trabalhar esse aspecto tem sido a educação patrimonial.

O termo "educação patrimonial" tem sido usado no Brasil pelo menos desde o fim da década de 1980, e incita discussões e



Planta antiga das Missões Jesuíticas. Foto: Acervo Iphan

discordâncias, tanto acadêmicas quanto práticas. No entanto, um importante ponto de consenso sobre o tema está na necessidade da participação efetiva da comunidade na construção das atividades. Para uma atuação democrática é necessário ouvir o público participante, compreender suas referências e conhecimentos sobre o patrimônio, para então desenvolver uma proposta de atividade em conjunto. Outro aspecto relevante para um bom trabalho de educação patrimonial está no caráter continuado das atividades, sendo fundamental a regularidade das ações para a incorporação dos conceitos no cotidiano das comunidades.

Contudo, nem sempre é possível atender a essas necessidades, como foi o caso da atividade discutida aqui. Devido às condições que se impuseram à época, não foi possível conhecer os alunos e professores para o desenvolvimento desse projeto, nem o pensar a longo ou médio prazo. Porém, mesmo assim, foi possível trabalhar sob as diretrizes apresentadas pela Portaria Iphan nº 137/2016³⁸, que estabelece marcos referenciais para este tipo de prática. Nesse projeto, buscamos atender às premissas presentes no Art. 3º da referida portaria, mesmo que de forma preliminar e pontual.

O projeto foi desenvolvido em um trabalho conjunto do setor de arqueologia da Superintendência do Iphan - RS e o Escritório Técnico do Iphan nas Missões - RS. Durante as tratativas e reflexões para sua construção, pensamos sobre a possibilidade de trabalhar com uma perspectiva mais ampla, indo além da arqueologia e utilizando conceitos das ciências do patrimônio. Essa ideia surgiu justamente da intenção de abarcar as diretrizes da Portaria Iphan n. 137/2016, da qual destacamos os seguintes incisos: “incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais”; “valorizar o território como espaço

³⁸ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf

educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais”; e “considerar a intersectorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas”. Outro ponto que estimulou essa escolha foi o caráter multidisciplinar inerente ao campo da preservação do patrimônio cultural, que pode – e deve – ser trabalhado por diferentes perspectivas, devido à multiplicidade de abordagens necessárias para sua gestão.

1.2 Público-alvo

O público escolhido pelo município de São Miguel das Missões (RS) para participar da atividade foi o de discentes do 9º ano da rede pública de ensino. Alunos na fase de encerramento do ensino fundamental e começando a refletir sobre possibilidades profissionais para o futuro. Nesse sentido, a atividade busca estimular o olhar para diferentes perspectivas sobre as profissões no campo da preservação do patrimônio cultural, partindo do pressuposto de que boa parte dos alunos já teria tido algum tipo de contato com o bem em questão.

1.3 Objetivos

Realizar a atividade educativa, voltada para Sítio Arqueológico Patrimônio da Humanidade, com os alunos da rede pública de ensino de São Miguel das Missões, durante a semana comemorativa do aniversário de emancipação do município. Para isso, os objetivos específicos são:

-
- investigar a relação do público escolhido com o bem em questão;
 - estimular olhares mais profundos baseados em perspectivas técnicas e teóricas das ciências do patrimônio;
 - apresentar para os participantes, possíveis profissões do campo da preservação do patrimônio cultural.

1.4 Metodologia

Sendo uma atividade de caráter pontual, realizada a convite da prefeitura de São Miguel das Missões durante a programação de comemoração de 34 anos do município, foi pensada uma metodologia que se enquadrasse às condições que foram proporcionadas. A Secretaria de Turismo e Cultura, em colaboração com a Secretaria de Educação, propôs que a atividade fosse desenvolvida com todos os alunos do 9º ano da rede pública de ensino no município, em encontros com 1 hora e 30min a 2 horas de duração. Levando em conta o tempo dedicado ao evento, seu caráter efêmero e a idade dos participantes – em média, entre 13 e 15 anos –, foi decidido que o principal propósito da atividade deveria ser instigar e estimular diferentes olhares para o patrimônio em questão.

Durante o acolhimento e diálogo inicial, são propostas questões para os alunos compreenderem, de forma sucinta, o entendimento do conceito de patrimônio cultural. Buscamos direcionar essa conversa para o presente e para o futuro, a fim de expandir a discussão para além do senso comum de que o patrimônio é algo que pertence apenas ao passado. O diálogo se desenrola de acordo com a resposta dos discentes presentes, levando em conta que suas realidades podem ser diferentes e as relações com o sítio patrimonial de São Miguel das Missões variadas. Essa etapa é prévia à realização

do projeto, servindo como uma espécie de pesquisa de público, que pode ser utilizada como referência para projetos futuros.

As conversas são iniciadas com perguntas como: **“o que é patrimônio para você?”**, levando em consideração o farto uso do termo em um município que tem um “patrimônio mundial”. A segunda questão deve ser **“quais os nomes os quais vocês se referem a este local?”**. Tal indagação é ponto de partida para entender o lugar que o sítio ocupa no imaginário dos jovens. Além de possibilitar a identificação da abrangência das denominações oficiais, permite a constatação do uso de diferentes nomenclaturas. Os alunos são estimulados a compartilhar suas impressões sobre o sítio e a contarem histórias pessoais, levando assim o diálogo sobre o tema para um local mais próximo de suas vidas.

Na segunda parte da atividade se dá a explicação e realização da primeira modalidade prática. Durante esta fase, vinculada à conversa anterior, os jovens são convocados a falar sobre as profissões que são/podem ser desempenhadas no Sítio de São Miguel das Missões. Após esse momento, são apresentadas cinco profissões que podem ser escolhidas entre as “Ciências do Patrimônio”. Os alunos devem se subdividir em grupos de cinco pessoas, em que cada um deve escolher uma das ciências propostas. As profissões disponíveis para escolha são: arquitetura, arqueologia, história, conservação/restauro e museologia. Para cada uma das ciências é proposta uma tarefa, com o objetivo de estimular diferentes olhares para o patrimônio, além de apresentar possíveis exercícios profissionais para discentes que se aproximam do ensino médio.

Para a realização das atividades são entregues aos alunos duas folhas (Anexo 1). A primeira tem na frente um cabeçalho, seguido de espaço pautado para anotações, e no verso um mapa do sítio e uma malha quadriculada. A segunda folha, também com cabeçalho, tem espaço em branco para anotações e desenhos.

Os discentes que escolhem a arquitetura são convidados a observar atentamente as ruínas da catedral de São Miguel Arcanjo, direcionando sua atenção dos detalhes para o todo. Assim são estimulados a se concentrarem na edificação, para cumprir a atividade proposta. Em suas folhas de atividade, devem descrever os detalhes observados ou desenhá-los, de acordo com sua aptidão e desejo.

Já para o campo da arqueologia, os jovens devem perceber-se no espaço, sinalizando o percurso do grupo no mapa existente na folha de atividade. Após essa caminhada, os alunos têm contato com algumas peças arqueológicas do sítio disponíveis para ações educativas e devem descrevê-las, imaginar o que eram quando estavam inteiras, qual sua função e apontar sua possível localização de origem no mapa.

Para os educandos que escolhem a história, é proposta uma tarefa voltada para o tempo presente e suas vidas. São convidados a registrar histórias pessoais que viveram no sítio, ou lendas e histórias contadas por familiares e amigos. Ao escreverem suas histórias, os alunos são estimulados a observarem diferentes dimensões do patrimônio, incluindo sua comunidade e pessoas próximas às suas reflexões.

No campo da conservação/restauração, a atividade consiste em observar elementos empregados ao longo do tempo nas estruturas da ruína para manter sua estabilidade. Os alunos também são convidados a refletir sobre algumas medidas que podem melhorar a visibilidade do monumento e garantir sua preservação.

Por último, para os que escolhem a museologia, a atividade é voltada para o acolhimento no sítio e a extroversão dos conteúdos. Os discentes são estimulados a refletir sobre como gostariam que fosse a comunicação sobre o parque especificamente para o público de sua idade e residente do município de

São Miguel das Missões. Quais eventos seriam atrativos ou quais eventos passados foram marcantes e estimularam sua conexão com o patrimônio local.

Após essa parte da atividade, os alunos são convidados a trocarem entre si as experiências e constatações dentro dos grupos formados. Em seguida são instruídos a fazer um pequeno vídeo sobre o patrimônio de São Miguel das Missões, utilizando os aplicativos de celular Instagram ou TikTok. O objetivo de utilizar este formato de vídeo curto é estimular a apropriação do conteúdo, por meio de uma linguagem cotidiana, assim como a comunicação de suas impressões. Os jovens são motivados a produzir um vídeo que gostariam de ver, saindo da formalidade que em geral é exigida em suas tarefas escolares.

Ao fim das atividades, os alunos devem enviar os vídeos realizados, incluindo as folhas de tarefa. A partir deste material, a atividade é avaliada e serve como ponto de partida para novas ações educativas. No término de todo o programa, são entregues aos alunos participantes um certificado comprovando sua participação na dinâmica.

1.5 Cronograma

De acordo com os dados enviados pela prefeitura de São Miguel das Missões, as atividades são divididas em três dias: 26, 27 e 28 de abril, nos períodos da manhã e da tarde. Participarão as escolas E. E. Educ. Básica Pe. Antônio Sepp, E. M. E. F. Eduardo Damião, E. M. E. F. José do Patrocínio, E.E.I.E.F. Igeio Romeu Ko'eju, E. M. E. F. Prof. João de Oliveira Costa, E. E. Mun. E.F. José Cassiano, E. M. E. F. Dr. Augusto N. e Silva e E. M. E. F. São Martim, contabilizando 113 alunos no total.

Turno	Escola	Nº de Alunos
Manhã	E. E. Educ. Básica Pe. Antônio Sepp	20
Tarde	E. E. Educ. Básica Pe. Antônio Sepp	15

Tabela 1: Dia 26/04/2022

Turno	Escola	Nº de Alunos
Manhã	E. M. E. F. Eduardo Damião, E. M. E. F. José do Patrocínio, E.E.I.E.F. Igeio Romeu Ko'eju	23
Tarde	E. M. E. F. Prof. João de Oliveira Costa	27

Tabela 2: Dia 27/04/2022

Turno	Escola	Nº de Alunos
Manhã	E. E. Mun. E. F. José Cassiano, E. M. E. F. Dr. Augusto N. e Silva e E. M. E. F. São Martim	28

Tabela 3: Dia 28/04/2022

1.6 Avaliação

Como o cronograma e a tipologia da atividade proposta não permitem a realização de mais de um encontro com os alunos participantes, a metodologia de avaliação é baseada nos relatos e diários resultantes, assim como na leitura das folhas de registro das tarefas entregues pelos educandos. A partir das conversas e dos produtos, podemos traçar um panorama e um diagnóstico inicial das reações dos jovens do 9º ano do ensino fundamental de São Miguel das Missões acerca do patrimônio local, além de avaliar o alcance da atividade.

2 Relatório

2.1 Introdução

Este relatório se dedica à descrição e à avaliação das atividades realizadas no município de São Miguel das Missões-RS, no âmbito da “Dinâmica de Arqueologia, contando histórias com fragmentos”. A ação foi planejada após convite feito pela Secretaria de Turismo, Desenvolvimento e Cultura do município ao Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões e ocorreu entre os dias 25 e 28 de abril.



Ruínas de São Miguel das Missões. Foto: José Lassance.

A proposta de realizar um trabalho educativo em um município onde há um sítio que é patrimônio mundial em seu território, orientou o objetivo da atividade de promover diferentes olhares acerca da noção de patrimônio. Desse modo, a ação utilizou o entendimento das “ciências do patrimônio”, que compõem um campo multidisciplinar.

Outro aspecto que direcionou a atividade foi de que a experiência deve ser baseada nos preceitos da educação patrimonial, como apresentada na Portaria n. 137/2016 do Iphan. Sendo assim, pensada em relação ao público-alvo que foi escolhido pela prefeitura, formado por alunos do 9º ano do ensino fundamental público.

Compreendemos que os jovens nessa fase da vida estão cada vez mais atentos às questões práticas e reais da vida, em uma fase de transição para o ensino médio, tendo expectativas sobre o futuro profissional.

Partindo desses entendimentos e pressupondo que a grande maioria dos alunos já conhecia o sítio de São Miguel das Missões, a dinâmica visou direcionar o olhar dos jovens participantes para as questões trabalhadas pelas especialidades das ciências do patrimônio. Para isso, foram realizadas conversas semiestruturadas com os grupos, a fim de assimilar as diferentes relações dos alunos com o patrimônio cultural em questão.

Quanto à metodologia para avaliação da atividade, essa foi pensada de acordo com o tempo previamente disponibilizado para cada dinâmica e sua organização, de apenas um encontro com cada turma. Desse modo, a apreciação foi estabelecida por meio da relatoria das atividades, da apreensão empírica das repostas dos discentes às indagações feitas nas conversas semiestruturadas e da leitura do resultado das atividades entregues.

2.2 Descrição das atividades realizadas

2.2.1 Dia 25/04/2022

Durante o primeiro dia, as atividades foram dedicadas ao reconhecimento do local, definição dos melhores trajetos para a visita ao sítio e detalhes a serem observados, além de possíveis adaptações ao projeto, sobretudo tendo vista que a previsão do tempo indicava a possibilidade de chuva durante a semana de atividades.

Já que esse era meu primeiro dia de fato no sítio, caminhei junto à equipe do PHNM, composta pela chefe do Parque e do Escritório Técnico do Iphan nas Missões, Adriana Almeida da Silva, e o Técnico Arquiteto, Bruno Cezar Pozzobon. Durante esse momento, pensamos na possibilidade de utilizar a sala coberta da antiga sacristia – localizada junto ao corpo das ruínas da igreja de São Miguel Arcanjo – como alternativa em dia chuvoso. Outra opção surgiu quando chegamos à sede da Secretaria de Turismo, Desenvolvimento e Cultura do município. O local, conta com uma ampla sala para a recepção do público e havia recebido alguns equipamentos, que poderiam ser utilizados como alternativa à visita ao sítio. Além disso, estava localizado exatamente em frente à portaria de entrada do parque.



Ruínas de São Miguel das Missões. Foto: José Lassance.

No segundo momento do dia, ocorreu a reunião com a Secretária de turismo, Sra. Carolina Lopes e sua equipe. Discutimos os detalhes relacionados à realização das atividades no local, em caso de chuva, e outros ajustes necessários. Após a reunião, observei que na sala de recepção da Secretaria de Turismo havia: uma maquete do projeto do sítio, que seria concluído antes das 'Guerras Guaraníticas; um painel com fotografias das ruínas em diferentes estágios de conservação ao longo do século XX; um móvel com uma grande fotografia atual das ruínas da igreja de São Miguel.

Em seguida, retornei ao parque para conhecer a reserva técnica de arqueologia. Tive a oportunidade de interagir com alguns dos artífices da equipe do Iphan e ter o primeiro contato com o material arqueológico destinado às ações educativas. Esse insumo é composto de diversos fragmentos cerâmicos encontrados no sítio e já serve a essa função há muitos anos. O material passou por um processo de limpeza executado pelos artífices e já estava apto para ser manuseado pelos alunos durante as atividades. Após todos esses preparativos e discussões, estava pronto para dar início às ações práticas no dia seguinte.

2.2.2 Manhã do Dia 26/04/2022

No turno da manhã, as atividades tiveram início às 9h15min, com a chegada de 10 alunos do 9º ano da E. E. Educ. Básica Pe. Antônio Sepp. Devido à chuva, eles foram recebidos na Secretaria de Turismo. Acompanharam a atividade o Arquiteto Bruno Pozzobon e o Sr. Jorge Lima, ambos do Escritório Técnico do Iphan nas missões, além da professora da escola.

A conversa começou de forma tranquila, os alunos se mostraram interessados e participativos desde o início. Quando indagados sobre como se referiam ao sítio, as primeiras respostas foram “sítio arqueológico” seguidas de “sítio histórico”. Ao serem perguntados se sentiam pertencentes ou “donos” do sítio, as respostas foram divididas entre o sim e não, com ligeira maioria da afirmativa. Em relação ao

uso do local para o lazer, a maior parte dos educandos manifestou utilizá-lo para esse fim e gostar de frequentá-lo espontaneamente e com a família. Quando questionados sobre as profissões dos que atuam no parque, as explicações variaram entre vigias e jardineiros, inicialmente, a arqueólogos e museólogos, posteriormente. É importante observar que ter me apresentado como museólogo pode ter influenciado as respostas, então optei por não citar minha formação dessa forma nas turmas subsequentes.

O segundo momento da atividade envolveu a identificação dos cinco campos das “ciências do patrimônio” escolhidos - arquitetura, arqueologia, história, conservação/restauro e museologia - e uma breve explanação sobre as funções. Após isso, os alunos foram orientados a se dividirem em dois grupos, de cinco membros cada, e escolherem cada um uma das cinco opções apresentadas, formando assim equipes multidisciplinares. Alguns fizeram suas escolhas rapidamente, outros solicitaram mais explicações sobre as alternativas disponíveis.

As tarefas foram adaptadas para serem realizadas na sala da Secretaria de Turismo. Nesse ambiente os jovens “arquitetos” utilizaram a maquete e as fotografias para fazerem suas observações. Os “arqueólogos” usaram os fragmentos disponibilizados, sem realizar o mapeamento da caminhada planejada inicialmente. Os “historiadores” e “museólogos” mantiveram a abordagem prevista, os primeiros contaram histórias pessoais ou lendas que conheciam sobre o local, já os “museólogos” refletiram sobre o que gostariam de ver no sítio, assim como o que seria atrativo para o público coetâneo. Os “conservadores/restauradores” aproveitaram as fotografias do sítio ao longo dos anos para fazer comparações com o presente e pensar sobre metodologias de conservação.

Os alunos demonstraram entusiasmo com suas respectivas atividades, trocando informações entre si e buscando discutir comigo e com o Bruno, que se juntou aos “arquitetos” da turma. Ao verificar os registros entregues das tarefas, pude perceber que as reflexões se encaminharam para as direções

propostas. Essa turma como um todo pareceu ter um aproveitamento positivo da atividade.

Quanto à realização do vídeo curto, os educandos se reuniram novamente em seus grupos para discutir os roteiros e os formatos. A professora buscou auxiliar os alunos na produção dos textos para serem reproduzidos nos vídeos, porém o tempo se mostrou insuficiente para a execução da tarefa. As turmas se comprometeram a enviar os vídeos em outro dia. Diante disso, decidi flexibilizar esta tarefa para as turmas subsequentes, prevendo sua finalização após a dinâmica. Logo no primeiro dia de atividades, ficou evidente que essa parte do projeto era um desafio, principalmente devido ao tempo disponível para sua execução.

2.2.3 Tarde do Dia 26/04/2022

Às 14h, recebemos os alunos do turno da tarde da E. E. Educ. Básica Pe. Antônio Sepp, sendo ao todo cinco discentes acompanhados da mesma professora que compareceu pela manhã. A atividade também foi assistida pelo arquiteto Bruno Pozzobon e pelo Sr. Jorge Lima do Escritório Técnico do Iphan nas Missões. Os jovens apresentavam um perfil mais introvertido. Poucos deles responderam às perguntas na primeira abordagem, mesmo quando incentivados.



9º ano da Escola Pe. Antônio Sepp (manhã). Foto: José Lassance.

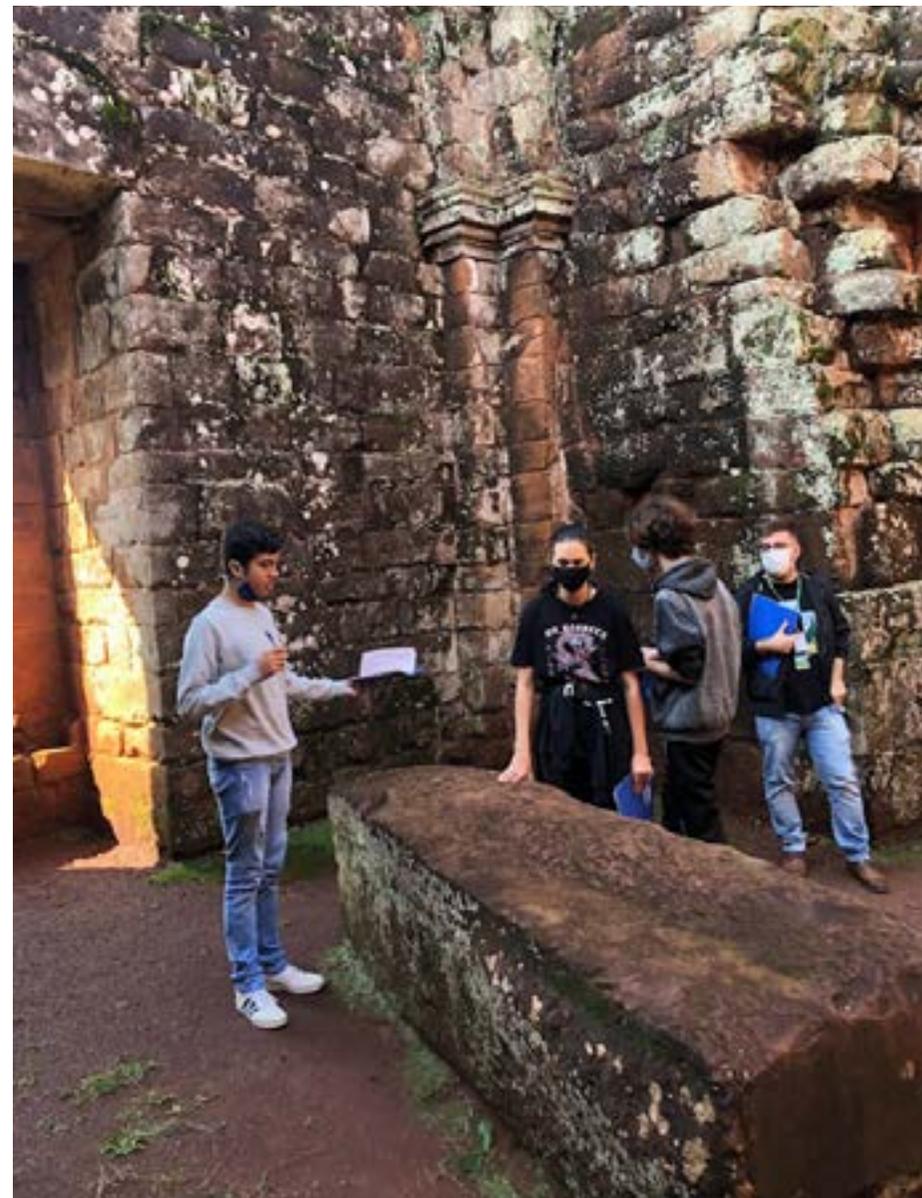
Como a chuva havia cessado, pudemos realizar a segunda parte da atividade caminhando pelo sítio, o que foi benéfico para a participação dos alunos. Eles se mostraram interessados em observar detalhes e interagiram bastante entre si. Diversos apontamentos foram feitos pelos participantes, gerando discussões e perguntas interessantes sobre detalhes arquitetônicos e a conservação das ruínas. A etapa foi finalizada na sala da Secretaria de Turismo.

Para a terceira etapa, o grupo de cinco alunos decidiu fazer o vídeo em um momento posterior, fazendo uma montagem com as fotos feitas durante a caminhada pelo sítio. Porém, ainda não recebemos o resultado.

Por fim, ao avaliar os trabalhos entregues, pude constatar que os educandos se dedicaram atentamente às propostas como recomendado. Além disso, com essa turma ficou clara a importância da caminhada pelo sítio para o bom aproveitamento da atividade, pois o momento ao ar livre facilitou e estimulou as interações e o olhar atento dos jovens.

2.2.4 Manhã do dia 27/04/2022

Por volta das 9h30min, recebemos na portaria do parque os alunos das escolas E. M. E. F. Eduardo Damião, E. M. E. F. José do Patrocínio, E. E. I. E. F. Igineo Romeu Ko'eju; ao todo estavam presentes 19



9º ano da Escola Pe. Antônio Sepp (tarde). Foto: José Lassance.

estudantes. Logo no início, comecei a notar algumas das dificuldades que surgiriam ao longo da dinâmica, principalmente devido às diferentes relações de cada grupo com o patrimônio em questão. Esta manhã de atividades foi acompanhada pela chefe do parque, a arquiteta Adriana Almeida da Silva.

Sendo três escolas diferentes, os alunos se organizaram em três grandes grupos de acordo com suas respectivas escolas. Uma condição que se apresentou foi o distanciamento, que a maioria dos discentes das escolas Eduardo Damião e José do Patrocínio demonstrou em relação ao sítio, tanto geograficamente quanto emocionalmente. Constatou-se que os estudantes provenientes das zonas rurais estavam mais deslocados do que os que fizeram a visita no dia anterior, mais familiarizados com o tema do patrimônio cultural. Por sua vez, os alunos e a professora oriundos da Escola Indígena, Igneo Romeu Ko'enju, foram os mais contidos, respondendo apenas quando questionados diretamente e em voz mais baixa.

Isso evidenciou a necessidade de adaptar as atividades de acordo com os interesses de cada grupo. Portanto, o planejamento genérico da dinâmica - comum para todos os discentes - prejudicou o aproveitamento dos jovens dessas escolas, por consequência das diferentes aproximações e apropriações que podem existir com o sítio.

Ainda durante a primeira fase das atividades, a professora da Escola Eduardo Damião destacou um possível “desconforto” dos alunos de se manifestarem sobre o sentimento de pertencimento em relação ao sítio, conseqüente da presença dos jovens indígenas. Esse aspecto evidencia o distanciamento e certo “estranhamento” cultural entre os alunos das zonas rurais e os indígenas. Talvez este constrangimento seja resultado tanto da distância física quanto da ausência de políticas de integração com a população indígena local, questões que certamente demandam aprofundamento.

Após a conversa inicial, dei início à apresentação das cinco ciências disponíveis para escolha dos participantes. Como eram dezoito alunos, foi difícil dar atenção individual a todos que queriam ou precisavam. Com isso, não me opus a opção dos alunos de uma escola que se decidiram todos pela arqueologia. Durante a visita pelo sítio, tive dificuldade de conversar com a totalidade dos educandos, mas os abordei em grupos e travei rápidos diálogos.

Ao caminharmos em direção ao cemitério, reparei que os jovens da Escola Igneo Romeu Ko'enju não o fizeram, então logo sugeri que fossemos para o Cotiguaçu e, após isso, para as ruínas da igreja de São Miguel. Este fato ocorreu provavelmente por consequência de diferentes entendimentos cosmológicos e da relação desse grupo com o sítio em si.

Esta etapa da atividade foi finalizada na sala da antiga sacristia, onde os alunos que escolheram a arqueologia tiveram contato com o material arqueológico disponível, enquanto o restante de seus colegas concluía o preenchimento de suas respectivas fichas. Uma das turmas não pôde levar os celulares para a atividade, de acordo com determinação da escola, e foram dispensados da última tarefa, assim como a escola indígena, que precisava voltar mais cedo, por exigência do transporte que os levaria. Após o trabalho durante este terceiro turno, ficou visível que a última etapa da atividade não estava



Turmas reunidas pela manhã. Foto: José Lassance.

atingindo os objetivos desejados. A partir desse momento, passei a entendê-la como algo opcional para esta dinâmica e que, para ser de fato funcional, demandaria outros encontros com as turmas.

2.2.5 Tarde do dia 27/04/2022

Por conta de um problema interno, a escola E. M. E. F. Prof. João de Oliveira Costa não pôde comparecer ao sítio como combinado. Para preencher essa lacuna, me propus ir à escola na tarde do dia 28 para realização da atividade.

2.2.6 Manhã do dia 28/04/2022

As escolas E. E. Mun. E. F. José Cassiano, E. M. E. F. Dr. Augusto N. e Silva e E. M. E. F. São Martim chegaram à entrada do sítio por volta das 9h30min para participar da atividade, com vinte e três alunos ao todo. No momento, não estava chovendo, porém, parecia que uma tempestade se aproximava pelo sul. Por esse motivo agilizei os processos e partimos para o primeiro momento da dinâmica, realizado no alpendre do Museu das Missões. Durante a conversa semiestruturada, os educandos se dividiram entre alguns com mais familiaridade com o sítio e uma maioria que não se sentia pertencente ou “dona” no patrimônio cultural em questão.



Caminhada pelo sítio pela manhã. Foto: José Lassance.

Quando questionados sobre as profissões dos que trabalhavam no local, a maioria respondeu jardineiros e seguranças; arqueólogos também foram citados, mas em número menor. A maior parte dos alunos conhecia o bem, mas não tinha o costume de frequentar o local. Todos julgaram que o sítio era importante apenas pelo seu passado, desse modo o diálogo foi direcionado para as influências do patrimônio no passado recente e possibilidades para o futuro. A partir desse momento, dei início à apresentação da segunda parte da atividade, propondo que os discentes escolhessem uma das “ciências do patrimônio” em questão. Como no dia anterior, se dividiram em grandes grupos de cada escola e partimos para a caminhada pelo sítio. Como a tempestade se aproximava, nos apressamos e nos dirigimos até a Secretaria de Turismo para continuidade da tarefa planejada.

Ao chegarmos à secretaria, os jovens se dispuseram na sala, mas a organização se tornou um pouco problemática, tendo em vista que eram muitos alunos para o espaço disponível. Continuaram com o preenchimento das suas fichas, agora utilizando os recursos disponíveis no espaço. A limitação do ambiente acabou por ser importante para a organização de tantas pessoas e possibilitou um atendimento mais individualizado a todos eles.

Por fim, passamos para a terceira fase da oficina: a produção dos vídeos curtos. Neste ponto, os alunos de uma das escolas



Caminha do sítio pela manhã. Foto: José Lassance.

decidiram começar imediatamente o desenvolvimento do vídeo, enquanto os demais adiaram a continuidade da tarefa para outro momento. Deste grupo, apenas os estudantes da escola José Cassiano enviaram o vídeo.

2.2.7 Tarde do dia 28/04/2022

Durante este turno, excepcionalmente, a atividade foi realizada na E. M. E. F. Prof. João de Oliveira Costa. Para adequá-la a essa condição, optei por trabalhar apenas com os conceitos da arqueologia, já que poderia levar o material arqueológico até a escola. A tarefa foi desenvolvida em cerca de uma hora, ou um turno dos alunos. Fui recebido pela professora de português na sala de aula, onde estavam presentes sete alunos e dei início à conversa semiestruturada.

Os estudantes logo se mostraram menos tímidos e mais interessados no assunto, ficando à vontade para responder as perguntas. Assim como nas outras escolas urbanas, todos já conheciam o Sítio de São Miguel das Missões, porém poucos tinham o costume de utilizar o espaço para o lazer. Alguns alegaram uma postura coercitiva do espaço, sendo pouco permissivo para algumas atividades. Quando perguntei quais eram as proibições, os alunos destacaram o impedimento do consumo de alimentos no local (o que atualmente é permitido) e de escalada das estruturas. Nesse momento, direcionei



Atividade na Secretaria de Turismo. Foto: José Lassance.

a discussão para os diferentes locais e suas regras de uso, utilizando como exemplo as casas em que moravam com seus familiares, o que gerou algumas risadas por parte dos alunos.

Em seguida, passei para a segunda parte da dinâmica. Perguntei sobre as profissões dos que atuavam no espaço do sítio. Mais uma vez, as respostas foram seguranças e jardineiros, evidenciando que o que está visível é realmente mais marcante. Por conseguinte, falei sobre as cinco “ciências do patrimônio” selecionadas para a atividade, com destaque para a arqueologia, que seria trabalhada com a turma.

Ao discutirmos sobre qual era a função da arqueologia, a resposta da maioria foi “estudar o passado”. Aproveitei para abordar a ideia do patrimônio cultural para o presente e para o futuro. Representei-a questionando que informações poderia obter sobre a vida de cada um se estudasse a lixeira de suas casas. Isso provocou certo espanto e interesse. Após esta conversa, os alunos puderam se levantar e cada um pôde escolher um fragmento arqueológico para realizar a tarefa proposta.

Em sala de aula, os estudantes empregaram a criatividade para imaginar o que seriam aqueles objetos quando estavam inteiros e onde poderiam ter sido encontrados no sítio arqueológico. Depois, escreveram um breve texto relatando suas “descobertas” e



Atividade na escola Prof. João de Oliveira Costa. Foto: José Lassance.

descrevendo os objetos. Por fim, deveriam desenhar seus fragmentos em uma malha quadriculada e marcar o possível “local de descoberta” no mapa.

Esse modelo de atividade, mais simples, mostrou-se bastante efetivo para um contexto de evento pontual e para um primeiro contato. Os alunos estavam bem à vontade no ambiente escolar e lidaram melhor com menos conteúdos, que são apresentados com mais calma. É interessante notar a dedicação dada aos desenhos e textos produzidos durante a tarefa. Dois alunos utilizaram os dedos para retirar pó dos artefatos cerâmicos para colorir seus desenhos, demonstrando inventividade.

3 Conclusão

A realização de uma dinâmica pontual, desenvolvida e aplicada sem um contato prévio com os alunos, tornou evidente como a pesquisa de público e a continuidade das atividades de educação patrimonial são importantes. A dinâmica certamente teria transcorrido de maneira diferente, se tivesse sido possível trabalhar esses aspectos. Os diversos níveis de relação dos alunos com o Sítio de São Miguel das Missões poderiam ter sido verificados, possibilitando abordagens específicas de acordo com as necessidades, ou seja, um trabalho mais direcionado.

Com efeito, as diferenças entre os públicos, principalmente entre os provenientes das escolas rurais, urbanas e indígenas, se mostraram como uma dificuldade para a realização de uma dinâmica pensada de forma genérica. Devido às distintas maneiras com que as turmas se relacionam com o patrimônio local, seriam necessárias abordagens específicas para cada uma, mesmo com objetivos semelhantes. Durante o planejamento, imaginamos a atividade para um grupo que, supostamente, seria próximo ao

bem. Contudo, esse não foi o caso dos educandos das escolas rurais, que visitavam o sítio muito esporadicamente ou apenas em eventos programadas por suas escolas.

Outro aspecto que demandaria um planejamento de longo prazo é a relação com as professoras. Algumas delas demonstram preocupação com a maneira como os alunos seriam notados, os conduzindo a darem respostas consideradas “corretas”. Este comportamento acabou inibindo algumas impressões e opiniões espontâneas dos alunos, sendo esse um dos objetivos da atividade. Seria interessante trabalhar junto ao corpo docente antes de realizar as atividades, a fim de entender as turmas e integrar melhor as dinâmicas aos conteúdos ministrados no período regular em sala de aula. Algumas das professoras das escolas rurais manifestaram certo descontentamento ao perceberem que os alunos teriam de produzir materiais textuais ou desenhos, pois esperavam justamente uma visita com abordagem de exposição de conteúdo ou uma visita guiada.

Por sua vez, o planejamento da dinâmica buscou abarcar mais questões do que deveria. Não afirmo que a atividade não foi proveitosa, pelo contrário. No entanto, se fosse simplificada, poderia ter transcorrido com mais fluidez e calma. O tema da educação patrimonial é complexo e, de fato, demanda certa experimentação e experiência, sendo os contratempos difíceis de prever, sobretudo se a dinâmica é planejada à distância para um público desconhecido e em um único encontro.

A demanda da produção de vídeos pelos alunos se mostrou uma dificuldade, e isso foi atestado pelo baixo número de respostas enviadas. Recebemos apenas vídeos de três escolas participantes. Compreendo que, ao não ser realizada durante o período proposto para a tarefa, a demanda se torna trabalho extra para as professoras, e por isso considero uma falha exclusiva de planejamento.

Acredito que a dinâmica tenha, de certa forma, cumprido o objetivo de estimular diferentes olhares dos alunos sobre o patrimônio cultural. Em diversos momentos, foi possível notar o engajamento com as atividades e até certa empolgação em alguns dos jovens. Caso o Iphan ou a prefeitura do município promovessem alguns eventos continuados, nos moldes das Casas do Patrimônio, ou mesmo uma espécie de “clube” do patrimônio cultural como atividade extracurricular, certamente haveria engajamento por parte de alguns dos alunos participantes.

A realização desta dinâmica trouxe um grande aprendizado para mim, tanto no que se refere à prática da promoção de atividades educativas, quanto à compreensão das dificuldades que critico teoricamente. A prática promove muitas reflexões que nem sempre são contempladas na teoria, principalmente quando se trata da resolução de problemas inesperados. Acredito que a experiência também tenha sido proveitosa para os alunos que participaram. Mesmo sem poder aferir este dado de forma estatística, foi possível perceber pelo engajamento e pela mudança de postura de alguns no decorrer das atividades. As alterações que ocorreram ao longo da semana da dinâmica reforçaram a necessidade de tempo para o planejamento e para a execução das ações.

Atividades educativas devem integrar as dinâmicas de gestão de sítios patrimoniais, pois têm o poder de garantir a continuidade do tripé básico da preservação do patrimônio cultural: documentação, conservação e comunicação. Sem reconhecer o patrimônio no presente e orientá-lo para o futuro, essas práticas e políticas vão se esvaziando de sentido para a população, tornando-se bancárias, nos moldes pedagógicos freirianos.

Podemos observar nos relatos e desenhos feitos pelos alunos, que o PHNM é algo importante para muitos deles. Suas identidades – em formação – são diretamente influenciadas por esse bem que, justamente por isso, merece atenção pedagógica/educativa. O patrimônio missioneiro, sempre discutido com

muito afincos no estado do Rio Grande do Sul, demanda muito mais do que um aporte turístico, como desejam muitos dos agentes políticos. Creio que, para alcançar esse objetivo, o engajamento da população local deveria ser uma meta primária. Ao mesmo tempo, se considerarmos que uma má educação pode ser um projeto – parafraseando Milton Santos – uma população que não reflete sobre seu patrimônio de forma crítica pode estar mais suscetível a aceitar projetos que beneficiam uns poucos.

Gostaria de agradecer por todo apoio recebido durante a realização desta ação. Nominalmente, destaco Grasiela e Alberto, do Setor de Arqueologia do Iphan – RS, por todas as discussões que embasaram a realização deste projeto. Também expressei meu reconhecimento pela recepção calorosa e afetuosa no Escritório Técnico do Iphan nas Missões, principalmente de Adriana e de Bruno. Além disso, quero agradecer pelo apoio logístico fornecido pela prefeitura municipal de São Miguel das Missões, pela oportunidade e pela confiança concedidas.

Anexo

Amostras dos trabalhos.

 Dinâmica de Arqueologia:
Contando histórias com fragmentos

Data: 26/09/22
Pesquisador: Antony Cassio Nunes
Instituição: J. São Gato
Função: Arqueólogo Idade: 16

Anotações:
It. em alçapão após ser um pedaço
de telha
Provavelmente é a parte de uma
uma telha usada para sustentação de tel.
Pelo formato ele faz parte
de provavelmente é uma sustentação
It. It. alçapão usado para fixar
Arçapão usado

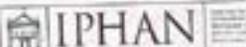
 Dinâmica de Arqueologia:
Contando histórias com fragmentos

Data: 26/09/22
Pesquisador: Luiza Faria
Instituição: Instituto Estadual Padre Antônio Pogg
Função: Arquiteta Idade: 14

Anotações:
Osso indígena expulso. Fragmento de cerâmica
usada para uma arquitetura local. Fragmento de parte de uma peça
cerâmica usada para o piso de chão. Foi encontrado ali e
em cima, arquitetura da mesma época para contrastar com a atual
edificação, que contrasta com a ilha por muito tempo
nas construções, estruturas muito bem acabadas, não são
da época, quando era alvenaria, tipo de terra, ali, preserva-se
o tipo de piso de madeira, mesmo de dentro de uma casa
estruturas importantes, talvez que a tela da época em si e
depois para mostrar que mesmo na cidade há estruturas mais
de arquitetura, mesmo com a inclusão a época de hoje tem
uma base forte por isso mesmo, a arquitetura brasileira, essa cultura
deu para a arquitetura por isso a arquitetura por isso, arquitetura
de madeira, mesmo dentro de uma casa, dentro de uma estrutura
utilizada para as estruturas para alguns os materiais, peças de telha
de madeira, no entanto, para as telhas e estruturas, peças de
telha, arquitetura, mesmo de dentro de uma casa, arquitetura
de madeira, mesmo dentro de uma casa, dentro de uma estrutura
em tela de uma época, arquitetura em a mesma arquitetura, essa
com detalhes, arquitetura com detalhes, mesmo dentro de uma casa
de uma época, para com outros de telhas, telhas, mesmo estruturas
de uma época, arquitetura, a mesma arquitetura e estruturas.

Anexo

Amostras dos trabalhos.

 Dinâmica de Arqueologia:
Contando histórias com fragmentos

Data: 28/4

Pesquisador: Sign. Baronech Lichid da Rocha

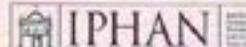
Instituição: gov. Bahia

Função: Arqueologia Idade: 18

Anotações:

Spaga

Um olhar e mais diligência das ações inflacionárias
i mais para mais ações, mas não só isso e com paciência
em a etapa de nosso governo com: prefeito, deputados e
quadrado para não ter a a por quase de não a falar
na final quando de não, porque para de mais ter
com não a nunca por pesquisa de realidade significa
por não i ter o experimento de um que não foi mais por
após ter atitude e não que se não não depende de de
mais depende de investigação de ter não

 Dinâmica de Arqueologia:
Contando histórias com fragmentos

Data: 28/4

Pesquisador: Verônica de Almeida Oliveira

Instituição: C. S. B. St. Bibica Pólis Antena Siga

Função: Arqueologia Idade: 14

Anotações:

Conto que eu nunca aqui sempre me encontro a história de todo mundo
Porque não e não para nada independentemente quando eu não sei, quando digam
que não é um olhar no tempo de terra, tem quando um tempo, todos tinham
modo dele, e não todo um tempo não independente um tempo para não
com meu trabalho ali ali, para de estar ali, e não deixar por muito tempo
de que não ali não não não e não ali, aqui tudo em tempo de não
e não não que todos estudam

Anexo

Amostras dos trabalhos.

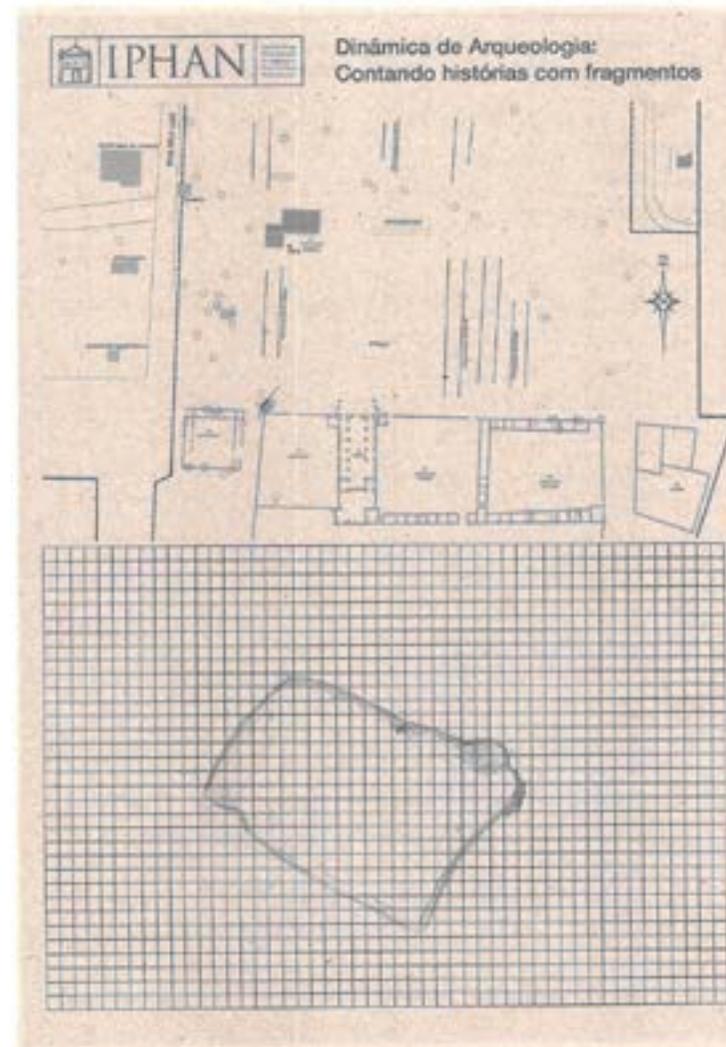
IPHAN Dinâmica de Arqueologia:
Contando histórias com fragmentos

Data: 28/4
Pesquisador: Luiz Diamond Filho do Azeite
Instituição: USP Bacia
Função: Arqueologia Idade: 17

Anotações:

Em uma observação por uma mural, onde não são tão
retilíneas, que muitas vezes não são por uma linha que
impõe a horizontalidade ou a verticalidade, mas sim a
uma linha curvada de se passar porque aqui temos a planta
cultura e formas vistas nos detalhes das construções espe-
ta um povo que foi humilhado, perseguido um povo que
tem uma principal opinião e defendida por pessoas que
se achavam superiores que melhor, e um local onde se
querida por uma religião que se fala opinião de sua
seguidores, um local onde os povos não têm a mesma
significância para aqui nos que não são uma infraestrutura
nada e não chamaria a atenção de nos que não
irão vir.

Quero que se veja que chamaria a atenção mais
internamente com esta de pouco e não a nível de se não
ou depois se porque uma um interior aplicado nesses que
e nos lugares e que muitas e espaços de não pertencendo
a nível de planta e não significando de não significando
nada de planta em sua arquitetura, e a sala de recepção
chamaria se porque que pode ser usado ou então depois não para
uma TV ajudaria muito em um nível de eficiência a nível de
porque e se temendo para que possam ter sua visão de



Anexo

Amostras dos trabalhos.

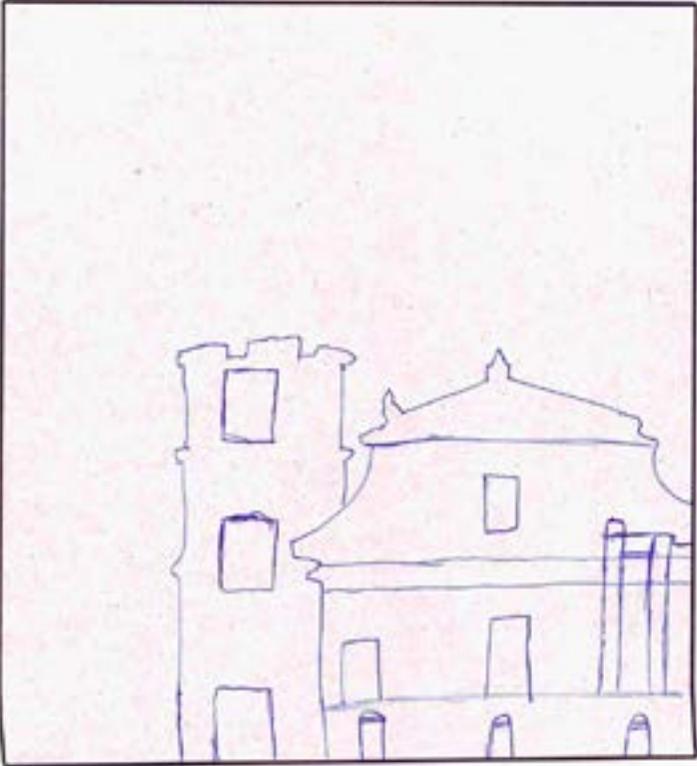
 Dinâmica de Arqueologia:
Contando histórias com fragmentos

Data: 27/06/22

Pesquisador: Henrique Nascimento de Souza

Instituição: Escola de Patrimônio

Função: Conservação e Restauração Idade: 79



ENTRE CONTAS, AGUIDÁS, ATABAQUES, PEJIS, XEQUERÊS, AGÊS: A EXPERIÊNCIA DA IDENTIFICAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS E ELEMENTOS INTEGRADOS À ARQUITETURA DE TERREIROS DE CANDOMBLÉ

Aluna:
Virgínia Rodrigues Ferreira Barbosa

Unidade de prática profissional supervisionada:
Coordenação-Geral de Conservação – Brasília/DF

Supervisora:
Ana Cláudia Vasconcellos Magalhães

2023

Minha participação no Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (Iphan) teve início em 2020, quando fui selecionada para a vaga oferecida pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam/DF). Como profissional graduada em conservação e restauração de bens culturais móveis, meu interesse era trabalhar com as atividades rotineiras realizadas pela Coordenação-Geral de Conservação e, principalmente, com os planos de conservação de três terreiros de candomblé e o universo de bens móveis inserido nesses espaços.

A partir das práticas supervisionadas, foram desenvolvidos produtos sobre a inserção desse conjunto de bens nos processos de tombamento. Isso envolve o levantamento de dados sobre materiais e técnicas, usos, funções, significados e sua contextualização no decorrer do reconhecimento dos valores atribuídos ao patrimônio edificado desses espaços religiosos. Em seguida, foi feita a identificação desses bens por meio de pesquisa de campo, considerando sua inserção na dinâmica religiosa, usos, materiais e técnicas. Por fim, realizou-se uma reflexão crítica sobre a conservação dos bens, abordando causas, agentes e sintomas de degradação identificados nos objetos.

O trabalho desenvolvido tem relação direta com o tema da dissertação em curso no Mestrado, que tem como objetivo compreender o universo de objetos que constituem a categoria de bens integrados e móveis de terreiros. Além disso, busca relacionar os conceitos da conservação/restauro com os bens móveis e integrados de terreiros, a fim de contribuir para a elaboração de diretrizes pertinentes à política institucional de conservação do acervo de bens móveis de terreiros e a valorização do conhecimento religioso e tradicional que permeia o universo desses bens.

Apresentação

Este segundo produto dá continuidade ao processo de conhecimento dos bens, iniciado no primeiro produto. Está relacionado às pesquisas sobre os bens culturais móveis e elementos integrados à arquitetura de terreiros tombados. O seu desenvolvimento surge a partir do contexto das práticas supervisionadas, especificamente da participação nas reuniões e discussões realizadas no âmbito do Termos de Execução Descentralizada (TED) 03/2017 para conservação do patrimônio de terreiros tombados celebrado entre o Iphan e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2017. Mesmo com os esforços da equipe em incluir a temática dos bens culturais móveis e elementos integrados dos terreiros nos planos de conservação resultantes do TED, observou-se uma lacuna de informações e dificuldades em relação à terminologia e a definição desse tipo de acervo.

Em face disso, foi necessário empreender esforços com o objetivo de identificar e conhecer essa tipologia de bens que compõem o acervo de terreiros. Para isso, foram visitados três terreiros tombados pelo Iphan, onde foi realizado o arrolamento de parte dos bens móveis que compõem os espaços religiosos e observado o estado de sua conservação. Os três terreiros visitados na pesquisa de campo foram:

Terreiro do *Alaketu Ilê Maroiá Láji*, Terreiro *Zogbodo Male Bogun Seja Unde* (Roça do Ventura) e Terreiro Culto aos ancestrais (*Omo Ilê Agboulá*), todos localizados na Bahia, contemplados pelo TED. O relato dessa pesquisa de campo, que ocorreu em outubro de 2021, configura o segundo produto.

O primeiro produto buscou identificar as informações sobre os bens móveis e elementos integrados nos processos de tombamento de terreiros pelo Iphan. Constatou-se que havia uma quantidade reduzida de informações que colaborassem no entendimento do que constitui esse acervo e como conservá-lo. Continuando com o propósito de obter informações e conhecer esses bens, o segundo produto tem o objetivo de identificar que tipo de bens compõem esse acervo, mapear as informações relacionadas às características físicas e estéticas, avaliar o estado de conservação e a simbologia contida nesta tipologia do patrimônio que integra os espaços religiosos de matriz africana tombados pelo Iphan.

As visitas tinham o objetivo de identificar os bens no local, contando com a colaboração de pessoas integrantes da comunidade religiosa. Devido ao curto tempo disponível para realização da visita, desenvolvemos previamente à viagem uma ficha contendo campos de cadastro básico, que poderiam auxiliar na sistematização das informações sobre os objetos. Além disso, foi consultada bibliografia acerca da história, organização, localização e fotos de cada terreiro, assim como o próprio processo de tombamento.

A quantidade reduzida de informações escritas ou de documentação sobre esses bens inseridos em espaços tombados, interfere justamente em ações que poderiam ser desenvolvidas para a sua conservação e guarda do acervo. Essas lacunas foram as principais motivações para a composição desse segundo produto das práticas supervisionadas. O estudo sobre esse acervo é interessante não apenas do ponto de vista científico para estudos sobre a cultura material, mas também para a construção do diálogo com a comunidade de terreiros, visto que nos processos de tombamento observa-se a intenção

de muitos deles em organizar um acervo ou até de construir espaços de memória, como pequenos museus. Nesses casos, o conhecimento de conservação dos bens é fundamental para o desenvolvimento de projetos com essa premissa.

A elaboração deste produto possibilitou conhecer pessoalmente os espaços, a história e parte da própria comunidade dos terreiros visitados. Por meio das visitas, foi possível adentrar os espaços das casas de acesso público em geral, fotografar e discutir com a própria comunidade a importância do acervo de bens móveis no âmbito cotidiano e ritualístico dos terreiros. Desse modo, consegui compreender melhor as dificuldades encontradas pela comunidade na preservação dos bens, assim como as dificuldades das políticas de preservação e conservação do Iphan ao tratá-los.

A viagem de campo foi uma experiência única e enriquecedora para meu desenvolvimento pessoal, para contribuições às discussões no âmbito das atividades supervisionadas e para o desenvolvimento de minha dissertação de mestrado. Ademais, a realização deste trabalho resultará em dados com potencial de contribuir para a elaboração de planejamentos, estratégias e ações de preservação e valorização das referências materiais das religiões de matriz africana.

1 Introdução

O acervo de bens culturais móveis e elementos integrados de terreiros abrange um diverso conjunto de bens que estão intrinsecamente relacionados à sua história, tradições e cotidiano, sendo de fundamental importância para a prática e simbolismo religioso. Os objetos colaboram para a constituição da identidade dos grupos religiosos, possuindo uma grande importância simbólica para comunidade. Em alguns

casos, os membros estabelecem forte relação com algum bem em particular no espaço religioso, por exemplo, as contas ou a indumentária.

Apesar da importância do acervo de bens móveis e integrados ser verificada e reconhecida nos processos de tombamento de terreiros, as informações encontradas sobre eles são reduzidas. Além disso, há diversos questionamentos sobre a sua natureza mutável e dinâmica. Portanto, vários desafios para discussão sobre esses bens culturais, que conflitariam com a aplicabilidade das determinações do Decreto-Lei n. 25, de 30/11/1937. Esses aspectos geram dúvidas quanto ao que se deve preservar em um terreiro tombado e qual sua conservação material.

Baseado no produto I, em que foi apresentada uma visão geral sobre a temática dos bens móveis e integrados nos dossiês de tombamentos dos terreiros, assim como indicadas as justificativas e motivações para a inclusão ou exclusão desse acervo, percebe-se a invisibilidade do tema. Isso dificulta a definição de quais bens compõem esse acervo, impactando diretamente nas ações de conservação desses espaços religiosos. Logo, a identificação dos bens que detêm valores e significados no contexto do espaço religioso e das práticas ritualísticas é uma contribuição importante para se pensar sobre a conservação desses bens, considerando a relação da materialidade, que o tombamento prevê, com a imaterialidade observada na significância desses objetos no terreiro.

A partir do desenvolvimento do Plano de Conservação dos Terreiros *Alaketu*, Roça do Ventura e *Agboulá*, com a Faculdade de Arquitetura (FA/UFBA), no âmbito do TED 03/2017, este produto de prática supervisionada discutirá o acervo de bens móveis e integrados, seus valores, significados e condições de conservação. Isso, justificado pela ausência de informações sobre esse tipo de acervo nos processos de tombamentos dos terreiros, que os identifique em suas características físicas.

Desse modo, este produto busca sistematizar as informações observadas e os dados obtidos por meio do diálogo estabelecido com os detentores dos terreiros durante as visitas realizadas na pesquisa de campo. Assim, este relatório é uma contribuição para o entendimento do que são os bens móveis e integrados desses espaços religiosos.

2 Perspectivas sobre os bens móveis a partir da pesquisa de campo

A pesquisa de campo envolveu a visita a três terreiros de candomblé: o Terreiro do *Alaketu-Ilê Maroiá Láji*, Terreiro *Zogbodo Male Bogun Seja Unde* (Roça do Ventura) e Terreiro Culto aos Ancestrais (*Omo Ilê Agboulá*). O objetivo foi observar o acervo de bens móveis e integrados de importância fundamental para as comunidades. Durante os encontros e o diálogo estabelecido com representantes das comunidades, foi possível compreender a história de cada terreiro, suas tradições e rituais, o que permitiu estabelecer conexões com os objetos ali presentes e entender a importância de cada um no cotidiano de cada casa, especialmente no contexto das práticas de religiosas. As visitas ocorreram somente em alguns espaços e sempre acompanhadas por membros da casa que, ao guiarem também compartilharam informações sobre a história do terreiro, a relevância de determinados espaços e objetos e questões correlatas à conservação.

O Terreiro *Omo Ilê Agbôula*, de culto a *Egungun*, está localizado em Ponta de Areia na Ilha de Itaparica (BA) e foi tombado em novembro de 2015 pelo Iphan. Fundado nas primeiras décadas do século XX, é o remanescente mais antigo dos terreiros de culto a *Egungun* (ancestrais masculinos). O terreiro, em toda sua trajetória histórica, ocupou três áreas distintas, todas elas na Ilha de Itaparica. Sua localização

atual abriga o barracão, o *Ilê Awô* (casa do segredo ou casa de *Egun*), Casa de *Exu*, o *Ilê Orixá* e os assentamentos dispostos ao longo do terreno³⁹.

O Terreiro do *Alaketu, Ilê Maroiá Láji* se encontra em Salvador/BA. Foi fundado por Maria do Rosário, descendente da Família Real de Ketu, em 1936 e tombado em 2005 pelo Iphan. Vale salientar que a sucessão na casa de santo sempre se dá dentro da linhagem de descendência direta de sua fundadora⁴⁰.

O Terreiro *Zogbodo Male Bogun Seja Unde*, de nação *Jeje-Mahi* originária dos cultos às divindades chamadas Vodum, localiza-se em Cachoeira (BA). Foi fundado no início do século XX, quando as terras do Roça do Ventura foram compradas e dedicadas exclusivamente ao uso religioso. No entanto, há registros da segunda metade do século XIX sobre a “Roça de Cima”, uma área adjacente ao terreiro⁴¹. O Iphan o tombou em 2015, abrangendo todo o sítio natural, os elementos edificadas, e árvores sagradas.

A fim de facilitar a compreensão desse universo pouco conhecido, constituído pelos bens culturais móveis de terreiros, optou-se por criar uma classificação na qual eles pudessem ser organizados. Nessa perspectiva, destacam-se os suportes materiais, as tipologias, os usos, as limitações quanto ao acesso, os locais de guarda e as condições de conservação. Os mesmos critérios serão aplicados para os elementos integrados à arquitetura.

³⁹ Processo n° 1505-T-02. Terreiro *Omo Ilê Agbôula*, de culto a *Egungun*. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

⁴⁰ Processo n° 1481-T-01. Terreiro *Ilê Manoiálaje Alaketu*. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

⁴¹ Processo n° 1627-T-11. Terreiro Roça do Ventura. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

2.1 Suporte

Os bens são constituídos majoritariamente de materiais orgânicos, como cerâmica, madeira, fibras naturais, cabaças e couro. A escolha dos materiais utilizados na confecção desses objetos está diretamente relacionada aos rituais para os quais são destinados. Os bens são repletos de símbolos e todos os elementos e materiais têm um significado próprio, expressando um sentido e finalidade específicos. A exemplo dos objetos que normalmente são sacralizados e têm funções e significados em conformidade com a história do orixá ao qual são atribuídos, sendo confeccionados de acordo com normas e requisitos, que incluem determinadas formas, cores e materiais.

Os objetos podem ser confeccionados dentro dos próprios terreiros, mas também é comum encomendá-los. Outros são fabricados em série e vendidos em loja, sendo seu significado reformulado a partir do momento que assumem sua função litúrgica. Tal como os atabaques, que podem ser encomendados e comprados no mercado, mas o encouramento pode ser realizado no próprio terreiro com o couro de animais sacrificados.

2.2 Tipologias

Durante as visitas, observou-se uma diversidade de tipologias de objetos, como: instrumentos musicais, objetos utilitários relacionados à cozinha, objetos decorativos, objetos de memória - que estão diretamente relacionados a bens de valor sentimental - e objetos rituais. Essa classificação pretende somente ilustrar os diversos usos que os bens materiais podem ter dentro dos terreiros. Com efeito, estabelecer uma classificação é complexo, pois um objeto pode ter mais de uma função e transitar entre as categorias. Por exemplo, as louças podem estar no sistema dos bens utilitários ou nos bens que pertencem

aos assentamentos das divindades e iniciados da comunidade. É importante entender que todos esses objetos estão inseridos em uma dinâmica de sacralidade.

Nesse sentido, o acesso às peças do acervo também é diferenciado. O acervo é composto por objetos com diferentes níveis de alcance, tanto para o público externo quanto para os próprios membros da comunidade. Além disso, o acesso a alguns bens pode ainda ser limitado às pessoas de determinado sexo, cargo, hierarquia religiosa e outros critérios, de acordo com a tradição de cada espaço religioso. Tal como ocorre no Terreiro *Omo Ilê Agbôula, o lessén*, com o local onde ficam guardados os acessórios litúrgicos, que é uma área estritamente reservada aos *Ojés*⁴² - sacerdotes iniciados que compõem a hierarquia religiosa do culto a *Egungun*.

Os bens nos terreiros estão majoritariamente localizados no barracão e na cozinha sagrada, os únicos locais aos quais foi possível ter acesso durante a visita. Em algumas ocasiões, objetos foram retirados de áreas restritas para serem mostrados, o que impossibilita definir, no escopo deste produto, sua localização exata dentro do espaço dos terreiros. Além disso, há outros objetos que não foi possível fotografar em razão do sigilo religioso.

Nos barracões, caracterizados como espaços cobertos e de vão aberto, é possível identificar alguns elementos comuns como: cadeiras, bancos e instrumentos musicais. Esses objetos apresentam características e simbologias particulares que variam de acordo com a tradição do terreiro.

⁴² Os *Ojés* são sacerdotes do culto aos *Eguns*, os mais importantes no conjunto da comunidade encarregada do culto aos ancestrais. A eles cabe a responsabilidade maior quando a realização dos rituais. Detém o segredo fundamental do culto, preservando-o da curiosidade pública (Vianna, 2008).

As paredes dos barracões também são ornamentadas com decorações que podem variar de acordo com a simbologia de cada festividade ou ritual, como observado no *Ilê Agboulá*, onde a decoração com animais, como tartarugas, é relacionada à simbologia do orixá Xangô, ancestral e patrono da comunidade. Assim como ocorre com as cores das bandeirinhas correlatas ao orixá que está sendo celebrado. Novos objetos ornamentais também são integrados e expostos, à medida que são adquiridos ou recebidos como presentes. No barracão do *Alaketu*, é possível identificar diversos elementos nas paredes, como pinturas, fotografias e esculturas que representam o núcleo familiar ou membros importantes da casa. São identificados objetos dotados de simbologia para proteção da comunidade, a exemplo da chave e da ferradura, que estão posicionadas acima da porta de entrada do barracão.

Os instrumentos musicais são elementos de destaque dentro dos barracões, quase sempre expostos em um local fixo e reservado no espaço. Eles são utilizados nos toques e festividades, após serem submetidos a um processo de sacralização. Entre eles estão os atabaques, sempre em trio, podem ser nomeados como *Rum*, *Rumpi* e *Lê*. São instrumentos que só podem ser tocados por determinados membros da casa e são de uso exclusivamente masculino na hierarquia. As pessoas responsáveis pelo toque são chamadas de alabês. Os atabaques constituem elemento de importante simbologia e essencialidade para os rituais, sendo utilizados durante os toques e rituais nas músicas que invocam a presença dos orixás. Nas festividades, ainda são decorados com panos (ojá) formando um laço que tem a cor escolhida de acordo com o orixá celebrado no ritual.

No Terreiro Roça do Ventura, foi relatado que os atabaques eram confeccionados pelos Ogãs, utilizando a parte oca do tronco do dendzeiro e o couro do corte dos animais, realizado nas obrigações.

Atualmente, conforme o produto 3 do TED 03/2017⁴³, o Ogã Buda afirma que os atabaques são encomendados a uma pessoa no Largo do Pelourinho, centro histórico de Salvador. Nesse processo, eles escolhem o couro a ser utilizado, geralmente do animal que é oferecido ao vodum. Quando os atabaques chegam ao terreiro são sacralizados. Como explicaram os membros da casa, são considerados elementos vivos que, periodicamente, recebem sacrifícios e oferendas.

Alaketu foi indicada uma particularidade da tradição Ketu, em que os atabaques são tocados por pequenas varas de madeira, os *aguidavis*, diferenciando de outras tradições, nas quais os alabês utilizam as mãos.

Uma questão específica sobre os atabaques é a dificuldade de conservação. Membros do Terreiro Roça do Ventura destacam que um conjunto desses instrumentos, cuja estrutura foi danificada, interferindo na sua sonoridade, está guardado até ser reparado e um novo conjunto de atabaques está em uso.

Entre os instrumentos, foram ainda identificados os agogôs (instrumento metálico de percussão). No Terreiro *Agboulá*, o *Gã* apresenta a mesma função do agogô, mas tem formato de uma picareta sem a parte pontiaguda. No Terreiro do *Alaketu*, foram apresentados os *xerés* e *cabaças* utilizadas como chovalhos. Os *xerés* têm o cabo de madeira com a estrutura circular em material metálico, como o latão ou o cobre.

Por sua vez, o acervo documental e fotográfico é uma parte importante da memória das comunidades. Um aspecto observado é a ausência de cópias ou digitalização dos documentos, e outro diz respeito às condições de conservação. No *Alaketu*, grande parte do acervo documental é referente à Mãe de San-

⁴³ Termo de Execução Descentralizada celebrado entre Iphan e UFBA, em 2017.

to Olga do *Alaketu*⁴⁴, e é composto por recortes de jornais, cartas, fotografias e documentos oficiais. No entanto, esses materiais se encontram em mau estado de conservação, com degradações avançadas e alto risco de perda.

As louças compõem um conjunto de objetos relacionados à cozinha. As louças brancas, alguidares, cestos, painéis de cerâmica, colheres de pau e vasilhas de metal são utilizadas para preparar e servir os alimentos em rituais e festividades. Normalmente, as tarefas correlatas à cozinha são definidas como femininas. Esses objetos são de uso constante, e sua fragilidade física os leva a serem frequentemente trocados. As cores e formatos apresentam simbologia específica. Apesar do descarte e troca constante, membros da casa relatam que guardam as louças específicas usadas em obrigações, que passam a ter valor simbólico e afetivo importante para o ritual. Portanto, essas louças podem compor os assentamentos e passam a ser empregadas em obrigações. Foram ainda identificados elementos de cerâmica como vasos ou recipientes de barro, que podem ser decorativos ou usados para colocar água potável para consumo ou banhos de ervas utilizados pelos filhos da casa. O Terreiro *Alaketu* tem cristaleira com diversas louças, como xícaras, copos, taças e aparelhos de café que pertenceram à Mãe Olga, importante *Iyalorixá* do terreiro, símbolo da casa.

Sobre o mobiliário das casas, foram verificados bens de importante função ritual e simbólica, bem como móveis que são relíquias para os terreiros. Nos espaços visitados, um elemento foi comum nos barracões, os bancos de madeira destinados ao público e aos membros da casa. Os bancos são artesanais e normalmente produzidos pela comunidade masculina da casa.

⁴⁴ Olga Francisca Régis, conhecida como Olga do *Alaketu*, foi mãe de santo do Terreiro do *Alaketu* por 57 anos, durante o período de 1948 até 2005. Teve trajetória marcada por relevância no meio religioso, assim como sua importância política e midiática

As cadeiras são utilizadas por pessoas que ocupam cargos da hierarquia religiosa na casa. São feitas de ferro ou madeira e apresentam diversos tipos de estofados e tecidos, nas cores dos orixás. As peças em madeira podem ser entalhadas com símbolos de acordo com o tipo do cargo do usuário. Foi comum encontrar problemas de conservação nos estofamentos e rasgos no tecido, além de problemas estruturais decorrentes do uso constante e do tempo.

As cadeiras dos *Eguns*, localizadas no barracão do Terreiro do *Agboulá*, são objetos muito diferenciados, ricos em cores, materiais e entalhes, dotados de grande importância no ritual. O acesso a elas é restrito, só os Babas podem usá-las, o contato é concedido apenas às pessoas de determinada hierarquia e do sexo masculino e pessoas não iniciadas no culto não podem se aproximar dessas cadeiras.

Durante a visita, foi relatada a existência de problemas relacionados à conservação da estrutura e ao encaixe das cadeiras, que comprometiam sua integralidade. O *Alagba* Balbino Daniel de Paula, liderança do terreiro, destacou os impedimentos de realizar qualquer intervenção nesse bem, devido às limitações de manipulação, de deslocamento do objeto e as dificuldades de acesso a ferramentas adequadas ao restauro.

As ornamentações utilizadas em festividades, como as bandeirinhas e as decorações presentes no barracão, são elementos simbólicos de grande importância significativa e servem para fins que vão além das questões decorativas. As bandeiras são trocadas a cada festividade, e os temas e cores são escolhidos segundo o calendário religioso. Elas têm função essencial de ocultar a visão do telhado que abriga elementos estruturais do ritual e oferendas.

As franjas de *mariwô* no barracão, são formadas por um conjunto de fios de palha da costa e simbolizam proteção e um filtro de energias, por isso são colocadas nas portas e janelas. Essas peças

apresentam rápida deterioração natural, por serem executadas em um material orgânico. Estudos demonstram que a palha reage às mudanças de temperatura, especialmente em ambientes quentes e úmidos, e isso causa maior impacto na sua durabilidade, inclusive tornando-as suscetíveis a ação mecânica.

O descarte dos objetos ocorre em três circunstâncias: descarte ritual, substituição e manutenção. Em todos os terreiros observa-se que as peças sacralizadas não são descartadas, mesmo quando estão danificadas ou perderam seu uso cotidiano. No caso do Terreiro Roça do Ventura, o descarte é feito quando é necessário e de forma específica, sendo os objetos ritualmente devolvidos à natureza.

No *Alaketu*, foram mostrados, por ocasião da visita que subsidiou este produto, cascos de cágado - animal associado ao orixá *Xangô* por sua força e resistência -, que ao ser sacrificado, sua carne torna-se alimento e a sua carcaça é guardada no quarto do orixá. Assim como os instrumentos musicais, ferros e algumas indumentárias que constituem o grupo dos objetos que nunca são descartados.

Também foram identificados objetos de memória como: a bengala que pertenceu aos antigos *Ogãs* do Terreiro Roça do Ventura; a máquina de costura de membros do Terreiro do *Alaketu*; a pequena mesa de apoio que foi das mães de santo do *Alaketu*; algumas esculturas de imaginária católica, que estão no terreiro Roça do Ventura e são utilizadas em uma procissão até a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, cujo ponto de partida é o terreiro. Esses são elementos de afetividade para a comunidade e, mesmo que não sejam necessariamente ligados à religiosidade, são historicamente vinculados a membros ou à memória do terreiro.

Vale salientar que uma das questões que chamou a atenção nas visitas é o conjunto de objetos cujo acesso é extremamente restrito, pois são carregados de significado religioso e simbólico de grande importância para a dinâmica dos terreiros. Esse grupo de bens é da maior importância para a

comunidade, por serem portadores de energia. Para conservar essa energia e força os objetos são mantidos longe do olhar externo, preservando, dessa forma, toda a sacralidade e tradições que envolvem essa prática religiosa.

Quanto aos bens integrados, só foi possível observar uma quantidade reduzida nos espaços dos terreiros. Em sua maioria, eles têm gravados símbolos dos orixás cultuados nas casas, como o machado identificado no portão de entrada do terreiro do *Alaketu* e em uma escultura de madeira na frente da casa dos orixás no terreiro *Agboulá*. Além desses, no barracão do terreiro *Alaketu*, foi verificada uma placa de mármore com a data de sua fundação. Isso pode estar relacionado às tradições que prezam por edificações arquitetonicamente simples. Outra hipótese que pode ser considerada é que os bens integrados, de acordo com seu uso, são portadores de axé e estariam presentes nos quartos de santo, locais que não teve acesso. Sabe-se que há altares nos assentamentos, mas não foi possível vê-los para identificar quais bens integrados seriam e sua tipologia.

3 Conservação inserida no contexto dos terreiros

As questões correlatas à conservação dos bens móveis foram observadas nos três terreiros. De modo geral, a maioria dos bens apresenta algum dano, porém, na maior parte dos casos não compromete sua função e uso; tal como ocorre com rasgos nos estofados das cadeiras. Já situações como danos estruturais em instrumentos musicais impossibilitam a sua utilização e inviabilizam a sua função, devendo ser substituídos. Há ainda o caso da degradação de fotografias e documentos que compromete a permanência da materialidade e a função, que é a permanência do registro.

As dificuldades de conservar os bens estão relacionadas com a perda dos saberes tradicionais; as particularidades apresentadas pelos objetos; a ausência de recursos humanos; a escassez de materiais adequados para o restauro, como madeira que foi retirada de uma árvore específica ou foi sacralizada. Apesar dos obstáculos indicados, é notável como a comunidade de cada terreiro tem interesse em manter esses objetos, principalmente por suas características sagradas, que dificultam uma simples substituição e/ou descarte.

Os danos observados ao suporte e à estrutura de objetos sagrados são consequentes do uso recorrente, uma vez que fazem parte da dinâmica do espaço religioso. Mas, há outros danos que estão associados a fatores ambientais por condições inadequadas de guarda ou exposição, que favorecem o ataque de insetos xilófagos, oxidação e surgimento de fungos, especialmente em bens com suporte em madeira.

Nos bens que têm o papel como suporte, foram identificadas degradações causadas por ataque de insetos, perda da emulsão das fotografias, esmaecimentos, manchas e amarelamento. É importante ressaltar que a evolução desses danos pode causar a perda efetiva desse material, que tem importância fundamental de registro. Ademais, a ausência de cópias ou digitalizações de documentos e cartas representa um risco em casos de sinistros ou roubos.

Nos instrumentos musicais foram identificados danos estruturais decorrentes do uso recorrente que pode ocasionar rachaduras e fissuras, comprometendo a sonoridade e aspectos mais sensíveis, como a expressão do sagrado. Mas, a conservação desse grupo de objetos envolve não apenas a sua estrutura, haja vista que são confeccionados com materiais diversos, e foram verificados danos causados por oxidações, deformações como abaulamentos, em objetos de metal e outros.

No mobiliário, particularmente nas cadeiras, constatou-se danos no estofamento e problemas nos encaixes decorrentes do uso cotidiano dos objetos.

Vale salientar que o uso dos objetos interfere diretamente no seu estado de conservação, considerando que entram em contato com materiais como suor, sangue e azeite de dendê. Em condições controladas de uma instituição museológica, esses materiais estariam estritamente proibidos. Entretanto, é importante considerar que o valor desses bens vai além de sua materialidade e está intrinsecamente relacionado a seu uso e sacralidade. Sendo assim, qualquer limitação ao uso consagrado desses objetos, com o propósito de conservar sua materialidade, desconsidera que parte do uso é para “alimentar” o axé colocado nos objetos, e que se perderia significativamente seu valor com isso. Portanto, o uso conserva os valores atribuídos, não a partir do ponto de vista da materialidade, mas sim do ponto de vista sagrado.

Nesse contexto, em conversa com um representante das casas, abordou-se o processo de substituição e descarte de objetos sacralizados. Ele enfatizou a importância da qualidade da manufatura dos objetos, para que não ocorram defeitos ou problemas funcionais, afirmando que não se trata de objetos que devem ser trocados ou descartados recorrentemente. Além disso, explicou que muitos objetos, embora façam parte da dinâmica cotidiana, não são utilizados diariamente ou movimentados frequentemente de áreas específicas, como os assentamentos, reduzindo alguns riscos para a conservação material dos bens.

Ainda durante as visitas, foram observados fatores importantes a serem considerados ao intervir em bens em âmbito religioso para sua conservação, como: as limitações ao deslocamento dos objetos para fora do terreiro; as restrições de acesso e contato; os tipos de materiais e as características estéticas. Em face disso, notou-se a preferência da comunidade de que as intervenções de conservação sejam realizadas por membros da casa ou profissionais que, mesmo não pertencendo ao terreiro,

sejam iniciados da mesma religião. Entretanto, é preciso disponibilizar equipamentos e mão de obra no próprio terreiro, sendo necessário um espaço adequado, infraestrutura e tempo da comunidade para receber o profissional.

No caso da conservação feita por membros da casa, de fato, inicialmente, os objetos eram confeccionados no próprio terreiro, facilitando a manutenção, pois o conhecimento para isso se mantinha. Contudo, atualmente a tendência é comprá-los prontos ou encomendá-los no comércio. Haja vista que a singularização aplicada aos bens ocorre a partir da sua inserção no contexto particular de cada terreiro e na dinâmica da sacralização. Mas, uma vez que se perde gradualmente os saberes tradicionais nos espaços religiosos e, por conseguinte, nas comunidades, se perde conhecimentos específicos da confecção e, por consequência, da manutenção dos bens de terreiros, dificultado o processo de conservação e implicando a degradação avançada dos objetos ou sua inutilização. Além de estimular o uso dos objetos de produção seriada.

A insuficiência de detentores da técnica e artesãos iniciados é ainda agravada por outro fator, o escasamento de matéria-prima. Com efeito, a complexidade que envolve a intervenção nesses bens não se restringe somente ao acesso e à sacralidade, mas também às especificidades quanto às cores e aos formatos que podem ser exigidos. Dessa forma, muitas intervenções são realizadas de maneira emergencial por membros da casa com materiais inadequados e ferramentas próprias pouco adequadas.

Portanto, as questões relacionadas à conservação e preservação de bens moveis e integrados à terreiros, verificadas durante as visitas, envolvem o acesso, bem como recursos financeiros, materiais e humanos.

4 Considerações finais

A partir da realização da pesquisa de campo, com a visita aos terreiros do *Alaketu*, Roça do Ventura e *Agboulá*, foi possível compreender a complexidade que envolve a gestão e preservação dos bens culturais móveis e integrados à arquitetura de terreiros. Além das informações apresentadas nos processos de tombamento dessas casas, os dossiês, até então, eram os principais meios de conhecimento da história, tradições e espaço físico dos terreiros, para o desenvolvimento da minha dissertação. No entanto, esses dossiês raramente abordavam a questão dos acervos culturais móveis e elementos integrados à arquitetura.

A proposta do trabalho foi o desenvolvimento de um cadastro básico que pudesse representar a diversidade de objetos, técnicas construtivas e materiais encontrados nos terreiros, assim como identificar seus usos e funções. Embora este não seja um inventário completo, por meio dele foi viabilizado entendimento acerca desses bens, das necessidades e das dificuldades de conservá-los. Destaco aqui a importância da realização dos inventários durante os processos de instrução de tombamento, pois os bens guardam características identitárias particulares a cada terreiro, tal como o conhecimento das técnicas tradicionais que são de grande relevância para preservação. No caso específico desta pesquisa de campo, foi ainda manifestada a preocupação com o furto e o extravio que poderiam ser minimizadas pelo registro do inventário respaldado pela instituição de preservação.

As dificuldades enfrentadas durante a viagem de campo foram principalmente o tempo limitado para as visitas, os entraves para a locomoção e as restrições de acesso e observação mais cuidadosa dos bens móveis e integrados (decorrentes dos ritos). Mediante essa conjuntura, foi possível elaborar apenas um arrolamento com os principais grupos de bens que compõe os acervos estudado, sendo

estes os conjuntos: instrumentos musicais, como os atabaques e o agogô; mobiliário, como as cadeiras e bancos; as louças e demais utensílios de cozinha; e elementos ornamentais. No escopo deste produto de prática supervisionada, foram ainda definidas as origens e os problemas para a conservação, comuns a esses acervos, como o ataque de insetos, oxidação e deformações.

Os objetos em questão, não necessariamente se encaixam nos requisitos de antiguidade, raridade ou excepcionalidade que são normalmente relacionados aos acervos de bens móveis tombados. No entanto, esses bens são carregados de simbolismo e intrinsecamente vinculados aos preceitos do candomblé, representando a identidade cultural dos grupos praticantes.

No que diz respeito à conservação, é importante registrar que há uma considerável gama de bens que era produzida artesanalmente e com materiais de origem orgânica. Inicialmente, esses objetos eram confeccionados pelos próprios membros da casa. Mas, com a perda dos conhecimentos tradicionais ou técnicas, surgem obstáculos para a produção de novos elementos ou o reparo dos antigos. Isso soma-se a mais uma particularidade, as restrições de acesso, contato e circulação dos bens, que não podem ser vistos ou tocados por pessoas externas ao terreiro, ou ainda deslocados de seu espaço original, dificultando sua conservação e preservação. Diante disso, verifica-se que a conservação dos bens móveis e integrados aos terreiros lida com a perda material e intelectual, correlata aos saberes tradicionais.

Ademais, os processos de conservação e restauração dos bens móveis e integrados de terreiros diferem tanto das instituições museais quanto das religiosas de outras designações; uma vez que estão diretamente relacionados com as questões simbólicas associadas aos cultos, aos rituais e cerimônias. Portanto, deve-se considerar esses fatores na aplicação de técnicas de preservação.

Nesse contexto, vale salientar o papel desempenhado pelo Iphan, com o apoio à realização do trabalho de conservação e preservação, por exemplo, nas ações de desenvolvimento de oficinas e suporte na elaboração de projetos.

Uma iniciativa nesse sentido seria a formação de espaços de memória nos terreiros, abertos para visitação do público externo. As comunidades manifestaram, durante a pesquisa de campo, o interesse na exposição de peç as selecionadas para contar sua história, do terreiro e das tradições relacionadas ao candomblé, mesmo que isso implique o deslocamento das funções cotidianas e rituais dos terreiros. Por meio dos memoriais, os objetos assumiriam a função principal de transmitir a memória desses grupos, contribuindo para a continuidade das histórias do terreiro e todo o acervo que o compõe. Ademais, os bens poderiam passar por protocolos de conservação e restauro, como foi observado no Memorial Mãe Menininha do Gantois. Cabe destacar que alguns objetos poderiam necessitar procedimentos diferentes, considerando seu uso, função e origem na dinâmica religiosa.

Por fim, este produto representa uma etapa essencial na reflexão sobre o que compõe o acervo de bens móveis e integrados dos terreiros, suas peculiaridades materiais e técnicas, seus usos e inserção nas práticas religiosas, bem como as questões de conservação relacionadas. Ele introduz um novo aspecto para se pensar sobre os agentes de degradação, as causas e os tratamentos possíveis que podem ser realizados, com o intuito de conservar a materialidade desses bens.

Fontes

Processo nº 1627-T-11. Terreiro Roça do Ventura. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

Processo nº 1481-T-01. Terreiro Ilê Manoiálaje Alaketu. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

Processo nº 1505-T-02. Terreiro Omo Ilê Agbôula, de culto a Egungun. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

Referências

VIANNA, Marisa. **Baba Egum**. P555 edições, 2008.

Anexo

Informações referentes aos bens culturais móveis e elementos integrados à arquitetura identificados durante a pesquisa de campo.

Terreiro Culto aos Ancestrais - <i>Omo Ilê Agboulá</i>							
Objeto	Material	Local	Degradações	Acesso			Função
				Uso	Manutenção	Visualização	
Bancos	Madeira	Barracão	–	Público em geral	Restrito a membros da casa	Público em geral	Utilitário
Atabaques	Madeira, fibras vegetais (corda), couro	Barracão	–	Ogãs (homens)	Ogãs Alabés	Público em geral	Instrumento musical utilizado nos rituais e festividades
Gã ou agogô- picareta sem a parte pontiaguda	Ferro	Barracão	Oxidação	Ogãs (homens)	Ogãs Alabés	Público em geral	Instrumento musical utilizado nos rituais e festividades
Cadeiras dos Eguns	Madeira, tecido, espuma, espelhos, pinos de metal	Barracão	Problemas de encaixe, problemas estruturais	Eguns	Restrito a membros da casa	Restrito a alguns membros da casa	Cadeiras exclusivas para os Eguguns, elemento essencial dos rituais
Tigelas	Cerâmica	Cozinha	–	Mulheres	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Utilizado para servir comida nas obrigações e rituais
Pratos	Cerâmica	Cozinha	–	Mulheres	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Utilizado para servir comida nas obrigações
Bacias de esmaltada	Aço	Cozinha	–	Mulheres	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Utilizado para servir comida nas obrigações
Alguidares	Barro	Cozinha	–	Mulheres	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Utilizado para servir comida nas obrigações
Decorações das festividades	Isopor	Barracão	–	Mulheres	Mulheres	Público em geral	Decorativo
Decoração de machado	Concreto	Na frente da casa do Orixá Xangô		Público em geral	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Decorativo

Elemento escultórico de machados	Madeira	Na frente da casa do Orixá Xangô	-	-	-	Público em geral	Decorativo
----------------------------------	---------	----------------------------------	---	---	---	------------------	------------

Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura)							
Objeto	Material	Local	Degradações	Acesso			Função
				Uso	Manutenção	Visualização	
Cadeiras de Ogãs	Madeira, tecido, espuma, espelhos, pinos de metal	Barracão	Perda do estofado, perda de partes, fissuras, rasgo, manchas	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Público em geral	Utilizado por membros da casa (homens) de determinada hierarquia ou por visitantes, desde que autorizado por membro da casa
Atabaques novos	Madeira, fibras vegetais (corda), couro	Barracão	-	Ogãs (homens)	Restrito a membros da casa	Público em geral	Instrumento musical utilizado nos rituais e festividades
Atabaques antigos	Madeira, fibras vegetais (corda), couro	Barracão	fissura na estrutura, rasgos no couro	Ogãs (homens)	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Instrumento musical utilizado nos rituais e festividades
Agogô	Ferro	Barracão	Oxidação	Ogãs (homens)	Restrito a membros da casa	Público em geral	Instrumento musical utilizado nos rituais e festividades
Cadeira Mãe de santo	Madeira	Barracão	Ataque de fungos, perda de partes, fissuras, rachaduras, problemas de encaixe	Restrito a membro da casa	Restrito a membros da casa	Público em geral	-
Oratório	Madeira	Barracão	Sujidades	-	Restrito a membros da casa	Público em geral	-
Imaginária	Gesso	Barracão	Sujidades, repintura	Comunidade do terreiro	Restrito a membros da casa	Público em geral	Havia uma procissão com parida do terreiro, na qual as imagens também saíam

Bancos	Madeira	Barracão	–	Público em geral	Restrito a membros da casa	Público em geral	Utilitário
Ferramentas de Vodum (Oyá)	Cobre	Peji de cima*	Oxidação, deformação	Restrito a alguns membros da casa	Restrito a alguns membros da casa	Restrito a alguns membros da casa	Ritual
Bengalas	Madeira	Casa do peji de baixo	Rachadura, perda de partes, fungos	–	Restrito a alguns membros da casa	Restrito a alguns membros da casa	–
Tabuleiro de obrigação	Madeira	Cozinha	Ataque de cupim, perda de partes	Mulheres	Restrito a alguns membros da casa	Restrito a alguns membros da casa	Utilizado para servir comida nas obrigações e rituais
Pilão	Madeira	Cozinha	Ataque de cupim	Mulheres	Restrito a alguns membros da casa	Restrito a alguns membros da casa	Utilizado para preparo dos alimentos para os rituais
Vasos	Barro	Barracão	Fungos	Público em geral	Restrito a membros da casa	Público em geral	Utilizado para guardar água e banhos
Louças de oferendas	Cerâmica	Cozinha sagrada	Rachadura, perda de partes	Mulheres	Mulheres	Acesso público	Utilizado para servir comida nas obrigações e rituais
Bandeiras	Papel	Barracão	–	–	Restrito a membros da casa	Público em geral	–

Terreiro do Alaketu, Ilê Maroiá Láji							
Objeto	Material	Local	Degradações	Acesso			Função
				Uso	Manutenção	Visualização	
Chifre de boi	Queratina*	Barracão	Degradação natural	–	Restrito a membros da casa	Público em geral	Elemento decorativo para colocar flores
Máscaras	Madeira	Barracão	Sujidades, fissuras	–	Restrito a membros da casa	Público em geral	Decorativo
Agogô	Ferro	Acesso restrito	Oxidação, rachaduras, fissuras	Ogãs (homens)	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Instrumento musical utilizado nos rituais e festividades

Cadeiras de Ekede	Ferro, plástico, tecido	Barracão	Manchas, rasgos, perda do estofado	Ekedes(mulheres)	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Utilizado por membros da casa(mulheres) de determinada hierarquia
Cadeiras de Ogã	Madeira, tecido, espuma	Barracão	Manchas, rasgos, perda do estofado	Ogãs (homens)	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Utilizado por membros da casa (homens) de determinada hierarquia
Escultura de Oxóssi e Xangô	Madeira	Barracão	Sujidades, fissuras	-	Restrito a membros da casa	Acesso público	Decorativo
Xerê	Cobre, madeira, cabaça	Barracão	Oxidação	Restrito a alguns membros da casa	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Instrumento musical utilizado nos rituais e festividades
Cabaças	Cabaça	Acesso restrito	Degradação natural	Ogãs (homens)	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Instrumento musical utilizado nos rituais e festividades
Carcaças de cágado	Cálcio e queratina	Acesso restrito - assentamento Xangô	Degradação natural	-	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	O cágado é associado a Xangô por causa da Força e Resistência, então o animal é sacrificado e sua carcaça é guardada
Jarros	Barro	Barracão	Fissuras	-	Restrito a membros da casa	Público em geral	Decorativo
Ferradura	Ferro	Barracão (acima da porta de entrada)	Oxidação	-	Restrito a membros da casa	Público em geral	Elemento decorativo com simbologia de proteção
Flecha de Oxóssi	Madeira	Barracão	Sujidades, fissuras	-	Restrito a membros da casa	Público em geral	Elemento decorativo com simbologia de proteção
Chave	Madeira	Barracão	Sujidades, fissuras	-	Restrito a membros da casa	Público em geral	Elemento decorativo com simbologia de proteção
Tabuleiro de Olubajé	Madeira	Casa de Omolu	Perda de partes, fissuras	Mulheres	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Utilizado para servir comida nas obrigações e rituais
Panelas	Barro	Casa de Omolu	Perda de partes, fissuras	Mulheres	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Utilizado para servir comida nas obrigações e rituais
Mesa	Madeira	-	Ataque de xilófagos, perda de partes, deformação	-	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Não está em uso - guardado pela sua importância histórica
Ferro de passar	Ferro	Cozinha	Oxidação, perda de partes	-	Restrito a membros da casa	Público em geral	Não está em uso - guardado pela sua importância histórica

Balaies	Palha	Cozinha	Degradação natural	Mulheres	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Utilizado para servir comida nas obrigações e rituais
Gamelas	Madeira	Cozinha	Troca constante	Mulheres	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Utilizado para servir comida nas obrigações e rituais
Louças	Louça	Sala de recepção ao lado do barracão	Perda de partes	Mulheres	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Utilitário e decorativo
Livros, documentos, fotografias, desenhos	Papel	-	Ataque de fungos, ataque de insetos, perda da emulsão, manchas rasgos, perda do suporte, excrementos de insetos	-	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	
Máquina de costura		-	Oxidação, perda de partes	-	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	
Cristaleira	Madeira, vidro	Sala de recepção ao lado do barracão	Vidro quebrado, arranhões	-	Restrito a membros da casa	Público em geral	Utilitário e decorativo
Louças	Vidro, cristal e porcelana	Sala de recepção ao lado do barracão-Cristaleira	Perda de partes	Público em geral	Restrito a membros da casa	Público em geral	Utilitário e decorativo
Quadros	Pinturas/Óleo sobre tela ou acrílica	Barracão	Sujidades, abaulamento	-	Restrito a membros da casa	Público em geral	Decorativo
Campa-sino	Liga metálica	Barracão	Sujidade, oxidação	Mãe menor	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Utilizado nos rituais
Escultura	Tecido engomado, cerâmica	Barracão	Sujidade	-	Restrito a membros da casa	Público em geral	Decorativo
Gamela e pilão de xangô	Madeira	Acesso restrito	-	Mulheres	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Utilizado para servir comida nas obrigações e rituais
Atabaques	Madeira, fibras naturais e couro	Acesso restrito	-	Ogãs (homens)	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Instrumento musical utilizado nos rituais e festividades
Quadro de Manoel Messias	Pintura acrílica	Barracão	Moldura quebrada, abaulada	-	Restrito a membros da casa	Público em geral	Decorativo

Chapéu	Couro	Barracão	Sujidade, rompimento das fibras, manchas	-	Restrito a membros da casa	Público em geral	Decorativo
Xequerê	Cabaça, fibra natural e conchas	Barracão	Degradação natural, manchas, rompimento das fibras	-	Restrito a membros da casa	Público em geral	Decorativo
Franjas de mariwô	Palha da costa*	Barracão	Degradação natural	-	Restrito a membros da casa	Público em geral	Simbologia relacionada à proteção e filtro de energias
Aguidavis	madeira	Barracão	Degradação natural	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Restrito a membros da casa	Utilizado para tocar instrumento musical utilizado nos rituais e festividades

RELATORIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CAIS DO VALONGO DE 12/05/2021

Aluna:
Aline Karina de Araújo Dias

Unidade de prática profissional supervisionada:
Departamento de Cooperação e Fomento - Brasília/DF

Supervisora:
Marília Amaral

2021

Aline Karina é bacharel em Turismo pela Universidade de Brasília (UnB) (2017) e mestra em preservação do patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com a dissertação intitulada: "O território é pequena África: desafios e perspectivas da gestão turística no sítio arqueológico do Cais do Valongo". Durante o mestrado, desempenhou atividades de práticas supervisionadas em cooperação com a Coordenação-Geral de Cooperação Nacional (Cogecon) – Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF) Brasília, considerando principalmente a candidatura brasileira ao título de Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Nesse contexto, foi desenvolvido o primeiro produto dessas práticas sobre o mapeamento de sujeitos, redes e instituições do comitê gestor do sítio arqueológico do Cais do Valongo. O segundo produto tratou do levantamento de ações turísticas premiadas do prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, tendo em vista a necessidade de identificar os sujeitos, agentes e instituições que são atuantes em prol da preservação do patrimônio cultural. O último produto, é este que trata da relatoria descritiva e analítica da audiência pública do Cais do Valongo, que ocorreu no dia 12/05/2021, com o objetivo de compreender os diálogos e a participação social dos grupos de interesse. Tais audiências

públicas são fundamentais para a preservação do bem e representam instrumentos de participação popular, garantida pela Constituição Federal de 1988. Essa é uma forma de compreender como o racismo institucional cria regras e normatizações para impedir o avanço da igualdade racial. Dialogando com a dissertação, esse trabalho evidencia que o turismo, aliado à preservação do patrimônio cultural, pode ser uma ferramenta que condiciona a reparação de injustiças sociais. Reparações que são essenciais para a memória, reconhecimento e valorização do povo negro, além de contribuir para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Apresentação

Este produto é uma relatoria descritiva e analítica da audiência pública do Cais do Valongo, que ocorreu no dia 12/05/2021 por meio da plataforma Zoom. A reunião foi realizada por meio do edital de convocação de audiência pública virtual: “Cais do Valongo, patrimônio mundial: O que está sendo feito”.

Em conformidade com a introdução do referido edital, os procuradores da República Sergio Gardenghi Suiama e Jaime Mitropoulos, titulares, respectivamente, do 22º e do 20º Ofícios da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e institucionais, nos termos do Art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 8.625/1993 – LONMP – e do Art. 22 da Resolução n. 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, tornaram pública a audiência virtual que ocorreu, no dia 12 de maio de 2021, às 13:30 horas, integralmente de maneira remota pela rede mundial de computadores em formato Webinar. A audiência pública tratou das providências adotadas até o presente pelos órgãos públicos responsáveis por garantir a promoção e a salvaguarda do sítio arqueológico do Cais do Valongo e seu entorno, bem como do restauro do Galpão Docas Pedro II, onde será implantado o Centro de Interpretação do Cais do Valongo, em cumprimento às obrigações assumidas pelo Brasil quando da

concessão do título de “patrimônio cultural da humanidade” pela Unesco e ao acordo judicial celebrado na Ação Civil Pública n. 50452316320184025101.

Como estabelece o edital de convocação, os objetivos da audiência pública foram:

- a) Obter e tornar públicas as informações dos órgãos federais e municipais envolvidos, no que se refere ao andamento e continuidade das medidas de conservação, salvaguarda, consolidação e promoção do sítio arqueológico do Cais do Valongo, bem como do acervo arqueológico coletado no local e no entorno;
- b) Atualizar o Ministério Público Federal e a comunidade acerca do cumprimento dos prazos ajustados em acordo judicial na Ação Civil Pública n. 50452316320184025101 para restauração do Galpão Docas Pedro II e implantação do Centro de Interpretação do Cais do Valongo e do Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana; Conhecer as propostas e o projeto executivo de reforma do galpão Docas Pedro II/André Rebouças para abrigar o centro de interpretação do Valongo e o Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana do Rio de Janeiro – LAAU-RJ;
- c) Fomentar o diálogo entre os órgãos públicos, as organizações da sociedade civil envolvidas no processo, a comunidade e a empresa responsável pelo projeto de restauração do imóvel, para consecução de objetivos comuns;
- d) Ouvir e registrar as considerações das organizações da sociedade civil envolvidas no processo, bem como de todos os presentes na audiência.

1 Metodologia da audiência pública e apontamentos sobre o edital

Horário	Atividade
13:30 - 13:45	Ingresso na Plataforma Zoom
13:45 - 14:00	Abertura e apresentação sobre o objeto e procedimento da audiência pública: <ul style="list-style-type: none">• Procuradores da República Sergio Suiama e Jaime Mitropoulos• Representante da Unesco
14:00 - 15:00	O sítio arqueológico do Valongo: estado de conservação e valorização <ul style="list-style-type: none">• IDG• CDURP• Secretaria Municipal de Cultura O sítio arqueológico do Valongo: estado de conservação e valorização <ul style="list-style-type: none">• IDG• CDURP• Secretaria Municipal de Cultura
15:00 - 16:30	O galpão de Docas Pedro II/André Rebouças como centro de interpretação e Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana. Projeto Executivo de Arquitetura, Restauro e Complementares do bem tomado nacional "Antigas Docas D. Pedro II" <ul style="list-style-type: none">• Geometrie Projetos• Superintendência do Iphan/RJ• Fundação Palmares• IRPH
16:30 - 17:30	Abertura para intervenções do público
17:30 - 18:00	Encaminhamentos da audiência e encerramento

Quadro 1. Programação do edital de convocação da audiência pública p. 3

De acordo com o edital de convocação (artigo 3º) no capítulo II – dos expositores e da participação popular que definiu a participação “popular”, mas que na verdade era a participação de instituições e empresas, foram convidadas para a audiência pública:

- a) a Senhora Representante da Unesco no Brasil;
- b) o Senhor Secretário Municipal de Cultura;
- c) o Senhor Superintendente do Iphan no Rio de Janeiro;
- d) o Senhor Presidente da Fundação Cultural Palmares;
- e) a Senhora Presidenta do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH;
- f) a Senhora Sócia Administradora da Geometrie Projetos e Serviços de Urbanismo e Arquitetura LTDA, empresa vencedora da licitação para restauração do Galpão Docas Pedro II;
- g) o Senhor Presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto – CDURP;
- h) o Senhor Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG.

Conforme edital, as autoridades mencionadas no Art. 3º teriam vinte minutos para apresentar suas considerações a respeito do objeto da audiência pública. Devido ao formato virtual da audiência pública, não houve blocos de perguntas a cada apresentação, de modo que as intervenções orais das pessoas e organizações presentes foram feitas ao final, no horário das 16:30 às 17:30. Ressalto que, para fins de participação popular, essa intervenção é uma forma de limitar a escuta dos agentes sociais.

O edital também especificava que as manifestações do público deveriam se ater rigorosamente ao tema e aos objetivos propostos pela audiência, sendo colocadas de forma respeitosa e objetiva. O presidente da mesa tinha a prerrogativa de indeferir quaisquer manifestações consideradas impertinentes ou desrespeitosas. Além disso, o presidente da mesa poderia reduzir ou estender o tempo estipulado para cada um dos expositores ou membros da plenária, de acordo com as necessidades que surgissem.

2 Sobre a participação popular

Nesse tópico, o edital definiu algumas normas para a participação. No entanto é perceptível que houve uma hierarquização na atuação dos indivíduos, pois fica evidente que a centralização da audiência se concentrou na figura dos dois procuradores. Embora o judiciário opere com base em hierarquias e conduções centralizadas nos trabalhos, é importante que outra dinâmica seja adotada em audiências públicas, de forma que os atores sociais tenham oportunidade de fala. Cabe ressaltar que somente após 4h de audiência os participantes foram escutados, esse fato demonstra uma estratégia de silenciamento pelo cansaço. Afinal, um dos principais objetivos da audiência pública é ouvir as manifestações das pessoas.

Há uma distorção sobre a categoria “popular”, que privilegia a participação de empresas e instituições. Durante a audiência, observei que não havia um cronômetro para garantir a participação justa do tempo de fala, resultando em alguns atores sociais tendo mais tempo que outros. Tornou-se evidente que os membros da sociedade civil e os movimentos negros organizados não tiveram um papel de relevância na audiência. A participação “popular” foi definida a partir das seguintes normas:

- i. É assegurado ao participante o direito de manifestação oral ou por escrito, conforme as disposições deste edital;

- ii. As manifestações escritas poderão ser formuladas a qualquer tempo por meio da ferramenta de chat no Webinar, sendo vedada qualquer manifestação ofensiva, desrespeitosa ou alheia ao tema da Audiência Pública, sob pena de remoção do usuário.
- iii. As manifestações orais serão colhidas entre as 16:30 e 17:30 hs. e observarão a ordem sequencial de registro da intenção para manifestação através do sistema de chat, devendo o participante informar o seu nome e a entidade que eventualmente represente;
- iv. O tempo para manifestação oral será definido em função do número de participantes e da duração total do tempo previsto;
- v. No caso de impossibilidade de resposta a todas as manifestações orais, o manifestante poderá formular por escrito o seu questionamento no sistema de chat;
- vi. As perguntas formuladas pelos participantes poderão ser agrupadas pela mesa coordenadora quando os temas forem semelhantes, de forma a otimizar o tempo dedicado às respostas.

Parágrafo único: Situações não previstas no procedimento da audiência pública serão resolvidas no curso dos trabalhos pelo presidente de mesa, em decisão oral, motivada e irrecorrível.

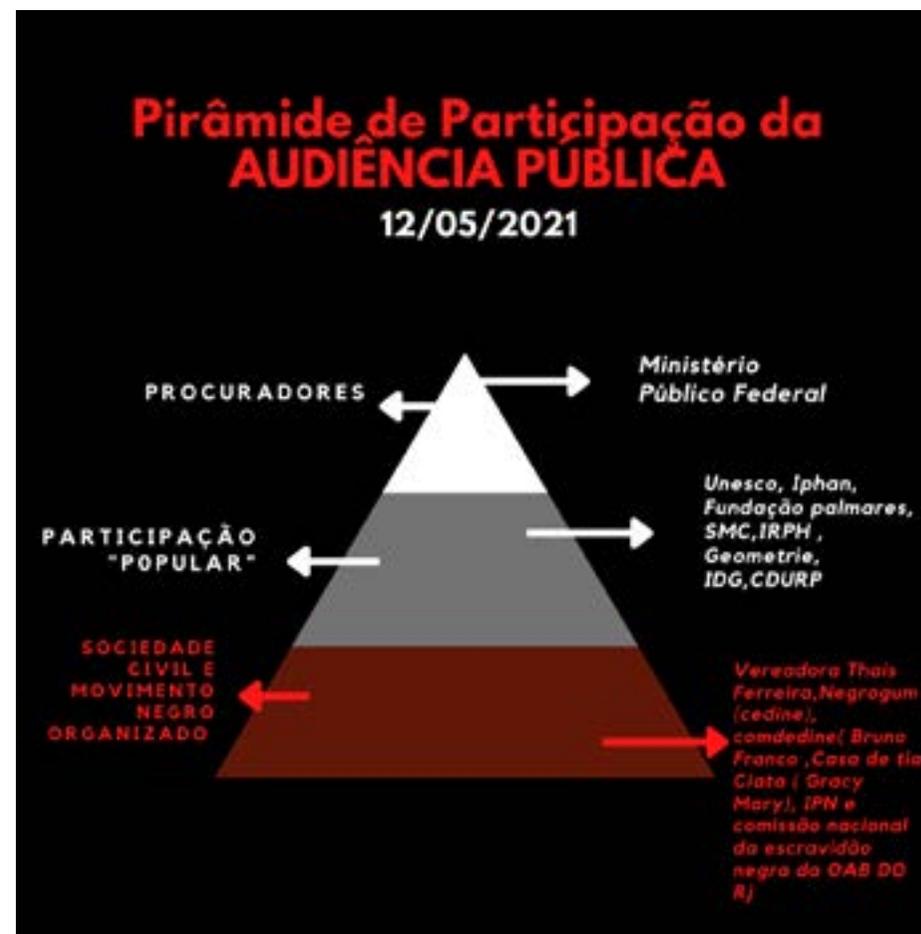


Imagem 1- Fonte: Aline Karina

Duração da audiência: 06:06:51 (houve alguns cortes das falas iniciais na gravação disponibilizada pelo YouTube)

Por mais que os movimentos negros estejam organizados, com a presença da vereadora Thais Ferreira, do presidente da Comissão Nacional da Escravidão Negra da OAB do RJ, Huberto Adami, do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (Comdedine), representado por Fátima Malaquiais e Bruno Franco de Jesus, da organização Casa de Tia Ciata com a presença de Gracy Mary e do Conselho Estadual dos Direitos do Negro (Cedine) mediante a representação de Negrogum, é perceptível que esse segmento não tem poder de decisão durante a audiência. Essa situação é bastante contraditória, uma vez que são esses movimentos que conferem significado material e imaterial à existência do Cais do Valongo e de todo o território da Pequena África.

O racismo estrutural⁴⁵ se manifesta na condução das ações, com o tempo de fala reduzidos, principalmente para algumas mulheres negras, e na forma arbitrária como o Iphan vem conduzindo as ações. Assim, Silvio de Almeida (2018, p. 36) descreve essas situações:

As instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que, de algum modo, a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim, como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente com todos os conflitos que lhe são próprios, o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista.

⁴⁵ Lembrando que é necessário pontuar o que de fato se caracterizou como atos de racismo durante a audiência: ações de exclusão das comunidade do entorno e movimento negro; hierarquia e centralidade na condução da audiência pública; estratégia de silenciamento pelo cansaço; deturpação da categoria popular; amarras burocráticas e falta de transparência do Iphan; dificuldade ao link de acesso da audiência, a participação comunitária no projeto executivo da empresa Geometrie e IDG por meio de exibição de vídeos de ações na Pequena África, participação comunitária por meio do consumo e ocupação de praças.

3 Divulgação

A audiência pública e o respectivo link de acesso foram divulgados previamente no site da PR-RJ (<http://www.mpf.mp.br/rj>). De acordo com o edital, a divulgação foi realizada em veículos de comunicação locais e organizações da sociedade civil interessadas. Nesse aspecto, destaco como ponto positivo o modo virtual da audiência pública, que permitiu a participação de até 500 pessoas. Recebi o *link* de inscrição e participação no meu e-mail pessoal. No entanto, o acesso à audiência foi efetivado graças a uma solicitação que fiz à minha colega de mestrado, Andriete Cancelier, que atua na superintendência do Iphan no Rio de Janeiro – lotada na procuradoria federal. Foi a partir dessa solicitação que obtive as informações necessárias para acessar a audiência.

4 Relatoria e principais apontamentos

Por meio da plataforma Zoom, a audiência pública teve início. A primeira fala é do procurador Sérgio Suia-ma, que se identifica, apresenta sua equipe e explica como será organizada a audiência pública. Em seguida, o procurador **Jaime Mitropoulos do Ministério Público Federal (MPF)** se apresenta e faz uma fala sobre o histórico da construção do Cais do Valongo, desde a sua construção em 1811 **pela Intendência Geral de Polícia da Corte do Rio de Janeiro**; sobre a **perspectiva de construção colonial e escravocrata da cidade por meio da existência da rua Marquês Lavradio, os traficantes da região, comerciantes, perseguição da polícia, o mercado de carnes**. Por fim, ressaltou a motivação turística da cidade e a importância da valorização e do respeito à memória para a construção de uma cidade melhor. Vale destacar que essa fala foi cortada na gravação disponível no Youtube.

Em seguida, a fala é concedida para **Isabel de Paula (Unesco)**. Vale lembrar que a sua fala inicial foi cortada da gravação que se encontra disponibilizada no Youtube. Ela se apresenta e comenta sobre a importância da Unesco, que acompanha, fiscaliza e verifica o estado de conservação do Cais do Valongo, além de discutir as prioridades globais da Unesco. Abaixo apresentam-se os principais pontos abordados na fala de Isabel de Paula:

- **África: Importância do Sítio para o Brasil e para o mundo por meio do título de patrimônio mundial/humanidade. Projeto de gestão compartilhada, transversal e museu de território (novembro de 2017 e proposta de 48 meses para estruturação de ações);**
- **Fala do protagonismo do Iphan na eleição da candidatura** e relata como foi esse processo em que a Unesco recebe a proposta do país, e o Iphan tem um papel primordial de promover a conservação e gestão do sítio;
- **Política de preservação e conservação do patrimônio;**
- **Compromisso contra racismo e desigualdades;**
- **Diferença do título (reconhecimento) x premiação;**
- **Memória e cultura da comunidade afrodescendente;**
- **Convenção de 1972 - Elementos de um patrimônio comum brasileiro e turismo sustentável;**
- **Memória Sensível: não repetir a história e as práticas contemporâneas de violência;**
- **Relevância do patrimônio a nível mundial;**

-
- O título de “patrimônio mundial” traz obrigações e o reconhecimento da relevância histórica e cultural;
 - Transversalidade das dimensões e na região portuária do Rio de Janeiro;
 - Museu de território do Muhcab: memória e da cultura da comunidade afrodescendente (programas do museu com base na reparação histórica);
 - Ações no território como guia de reconhecimento da comunidade brasileira e empoderamento negro: citou Pedra do Sal, e criação de circuitos por meio do turismo de base comunitária, sinalização turística interpretativa, geração de renda a partir de instituições de matriz africana e economia criativa;
 - Documentos técnicos e instrumentos de gestão;
 - Projeto para o desenvolvimento curatorial;
 - Diagnóstico do museu de território;
 - A importância da educação patrimonial, gestão de acervo, plano museológico e gestão do Muhcab;
 - Licitação para projeto expográfico (previsão até o fim do ano, com 22 ações);
 - Suspensão dos recursos financeiros (dificuldade de recursos);
 - Ações importantes que estão previstas;
 - Impactos devido à covid-19 e alteração de cronogramas.

Em seguida, o procurador Jaime Mitropoulos chama o presidente da Fundação Palmares – Sérgio Camargo. Camargo se apresenta e apresenta o **novo coordenador-chefe do Centro Nacional de Informação e referência da Cultura Negra, Marco Frenette, e menciona a chefe de gabinete, Conceição Barbosa**. Com a presença de Sérgio Camargo e o procurador Jaime Mitropoulos, o diálogo tomou um tom de formal. No entanto, **Sérgio Camargo permaneceu em silêncio, apenas ouvindo**.

Sérgio Camargo não fica até o final, mas propõe que seja destinado um espaço para a Fundação Palmares no prédio André Rebouças. Já existe uma planta do projeto conforme a proposta apresentada pela Geometrie.

Jaime Mitropoulos convoca os representantes do município, e em seguida, Sérgio Suiama, na presença de Sérgio Camargo, fala sobre a participação do movimento negro organizado nas figuras de Negrogum, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (Comdedine) e o Conselho Estadual dos Direitos do Negro (Cedine). Então, **Nicelmar Nogueira menciona alguns temas, conforme descrito abaixo:**

- Os órgãos públicos no processo de conservação, gestão, promoção e prestação de contas nos processos administrativos do Cais do Valongo no processo de valorização;
- Lugar de memória (sítio de memória sensível): **Afirma a narrativa da memória da diáspora africana e da cultura afro-brasileira;**
- A representação por meio do Ministério Público Federal e da Unesco (Brasil), afirmando que o **Cais do Valongo é uma prioridade por se tratar do patrimônio mais importante e relevante, não apenas por ser um patrimônio mundial, mas também por seu valor histórico, simbólico, representativo e cultural;**

Cita Nilcemar Nogueira por meio da representação da secretária de cultura.

Assim, Sérgio Suiama divide a audiência em duas sessões, conforme abaixo:

1. Proteção e conservação do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo;
2. Recuperação, reforma e propostas que estão sendo desenvolvidas pelo escritório de arquitetura (Geometrie - coordenado pelo Iphan).

Sérgio Suiama cita a ocupação da ONG Cidadania, que está realizando ações no prédio André Rebouças (Docas Dom Pedro II) por meio de campanhas de combate à fome. Entretanto, a ONG foi transferida para um prédio na Gamboa, que cedeu o espaço para suas atividades. Essas ações são uma resposta à situação de calamidade pública e sanitária, decorrente da falta de gestão do atual governo federal, liderado pelo presidente Bolsonaro. Em seguida, Suiama destaca a importância da desocupação para o desenvolvimento do Centro de Interpretação do Cais do Valongo e do **Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAAU)**.

Na sequência, o procurador Sérgio Suiama menciona que na sessão sobre o estado de conservação e valorização do Cais do Valongo estão presentes a **Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP)**, a **Secretaria Municipal de Cultura (SMC)** e o **Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG)**. Em seguida, convoca **Robson Antônio de Almeida do IDG** (Instituto de Desenvolvimento e Gestão)

Robson A. de Almeida se apresenta e cumprimenta os participantes da audiência. **Ele esclarece que o IDG é um instituto de desenvolvimento e gestão do terceiro setor e não é um órgão público.** Robson justifica que o IDG não está vinculado a nenhuma esfera do poder público. Em seguida, complementa sua

apresentação por meio da exposição de slides. Abaixo os principais pontos mencionados na apresentação de Robson:

- O IDG tem um caráter cultural e ambiental;
- Realiza a gestão do Museu do Amanhã;
- Ao se tratar do Cais do Valongo se propõe em realizar ações e atividades para o reconhecimento, preservação e conservação do Cais do Valongo.

Nota-se que Robson A. de Almeida fez parte do quadro de funcionários do Iphan, como diretor do departamento de projetos especiais de 2018 a 2020 e presidente do Iphan no primeiro semestre de 2020. Hoje, no entanto, integra o IDG como diretor de projetos e participa da reunião como representante deste instituto.

- **Na primeira etapa que ocorreu em setembro de 2018** - IDG firmou parceria com departamento dos Estados Unidos para a consolidação e conservação do sítio. (relata que essa foi a primeira etapa) [Pondero, porém, que a realidade atual do sítio arqueológico do cais do Valongo é outra, uma vez que sofre com alagamentos e falta de conservação];
- **Na segunda etapa que ocorreu em janeiro de 2019**, o IDG e a Xingu Rio transmissora de energia S/A, como contraparti-



Imagem 2 - Placa de sinalização em mau estado de conservação feito por material de péssima qualidade - Visita técnica mestrado em 17/11/2019

da em financiamento da linha ISE, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), firmaram contrato para elaboração de projeto e instalação de guarda-corpo, iluminação cênica, placas de sinalização painéis expositivos, atividades de divulgação e projetos de educação patrimonial [Porém, durante uma visita técnica acompanhada por professores e colegas do mestrado profissional no dia 17 de novembro de 2019, algumas placas de sinalização se encontravam em má conservação e desgaste].

- Cita sobre as obras de consolidação e conservação do sítio arqueológico, de acordo com projetos desenvolvidos pela empresa Retrô Projetos de Arquitetura, IDG, INEP, Iphan e prefeitura da cidade do Rio de Janeiro;
- Fala sobre os próximos passos que são as ações de educação patrimonial e divulgação com oficinas participativas de 2h de duração;
- Disse que executou oficinas de educação patrimonial, chamada “Cais de Ideias”, com total de 16 encontros e 32 horas aulas realizadas em ambiente virtual;
- Atividades em andamento: Produção de vídeo Educativo “Valongo – Cais de Destinos” e sobre a região da pequena África;
- Em andamento obtenção de licença Seconserma (Rio Luz, Cet-Rio, Cdurp e Irph) protocolado em setembro/2020;
- Prazo da conclusão das obras – incluindo a instalação de guarda-corpo, iluminação cênica, placas de sinalização –, depende, primeiramente, da aprovação dos projetos pelo Iphan e pelos órgãos da prefeitura.

Logo após a finalização de Robson A. de Almeida, do IDG, o procurador Sérgio Suiama convoca Marcus Faustini, Secretária Municipal de Cultura:

- Faustini questiona sobre o menor orçamento da história para a SMC e déficit de recursos;
- Aponta que 50 equipamentos culturais estão com problemas físicos, inclusive os que estão no Muhcab – Museu da História e Cultura Afro-Brasileira;
- Reforça que não coordena as ações do cais do Valongo, mas a SMC é uma participante e diz que o IRPH está mais à frente nas atuações. Porém a participação da secretária é mais diretiva em relação a gestão do Muhcab – museu de território;
- Reforça que os recursos do Projeto de Acordo de Cooperação Técnica (Prodoc) garantiram o avanço de forma protagonista das ações do Muhcab, e que a gestão de Nilcemar Nogueira foi fundamental na consolidação das ações, na proposta de reconstruir o museu para que seja uma ação cultural com participação na região. Entretanto, na gestão de Marcelo Crivella os recursos do Prodoc foram cortados;
- Reforça a narrativa do atual cenário político que ataca a cultura.

Para as oficinas foram convidados diversos profissionais e agentes que atuam diretamente com o Cais do Valongo nas mais diferentes áreas dos saberes e práticas, como: Rosana Najjar, arqueóloga, Mônica Lima, historiadora, Ludmilla Lis, professora, Mãe Celina de Xangô, dentre outros.

Público:

- Foram realizados 605 inscrições, sendo selecionados 223 participantes. Abaixo o perfil do público participante:



Imagem 3 - Slide de apresentação do IDG sobre oficinas de participação com as principais agentes

Houve também a fala da Heloisa Queiroz (SMC):

- Heloisa Queiroz (SMC) fala sobre o incentivo à pesquisa e articulação com professores da rede pública e cumprimento de papel social;

No entanto, nota-se que falta uma melhor compreensão do órgão que coordena as ações do Cais do Valongo junto à prefeitura. Pela fala de Marcus Faustini (SMU), o órgão que coordena as ações de obras e a colocação de placas e revitalização é a companhia de desenvolvimento urbano da região do porto (CDURP).

O Procurador Jaime Mitropoulos **faz uma intervenção, dizendo que compete a União, envolvendo a Fundação Palmares, Iphan, prefeitura do Rio de Janeiro e CDURP**. Logo em seguida, Gustavo Guerrante da CDURP se apresenta:

- Afirma que a companhia é responsável pelo projeto de revitalização do Porto Maravilha e responsável pelas intervenções estruturais e físicas do Cais do Valongo;
- Cita sobre o alagamento no cais e diz que a equipe técnica por meio dos engenheiros estão cuidando da questão;
- Diz que já foram investidos **R\$ 1.810.116,37 pela CDURP no Cais do Valongo**;
- Explica sobre o problema de alagamento do cais do Valongo, referente ao sistema de drenagem e rebaixamento do lençol freático.

Os representantes do MPF afirmam que estão cobrando a gestão em relação ao alagamento do Cais, e que no projeto original havia a possibilidade de desenvolver um espelho d'água. Sérgio Gardenghi (PR-RJ) diz que falta uma centralidade para a coordenação das ações do Cais do Valongo.

Sérgio Camargo e seu coordenador não ficam até o final e saem da reunião – mencionam a participação da chefe de gabinete, Conceição Barbosa, para prosseguir na reunião (saem com 1h:28min de reunião).

Observa-se que os representantes da Fundação Palmares não ouviram os movimentos negros organizados.

Merced Guimãres (Instituto Pretos Novos) questiona sobre a participação da comunidade local, principalmente dos movimentos negros atuais, mas Robson Almeida afirma que a pergunta é ampla e não poderia responder.

Sérgio Suiama fala sobre a importância da valorização dos projetos culturais da região da Pequena África, que já desenvolvem ações no território, como o Instituto dos Pretos Novos, Casa da Tia Ciata, Quilombo Pedra do Sal e as demais entidades culturais ligadas ao movimento negro. No entanto, Robson Almeida explica que as ações relacionadas ao envolvimento dessas entidades são



Imagem 4 - Slide de apresentação CDURP

coordenadas pelo Museu do Amanhã, por meio dos projetos de educação patrimonial, e menciona que as organizações negras são citadas por meio de vídeo sobre a Pequena África.

Sérgio Suiama explica que, como resultado da ação pública ajuizada pelo Ministério Público, foi feito um acordo no qual o antigo galpão Docas Dom Pedro II será dividido entre dois entes:

1. LAUU: Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana – sob responsabilidade da prefeitura e do IRPH;
2. União da Fundação Palmares, com obrigações da Unesco relacionadas ao Centro de Interpretação por meio do memorial de herança africana.

Dando prosseguimento ao relatório, o Iphan contratou a Geometrie, uma empresa de Recife, para a execução do projeto executivo da reforma, restauração e readequação do antigo galpão Docas Dom Pedro II, e cita seu novo nome “Galpão Docas André Rebouças”. Dito isso, Socorro Pessoa apresenta o projeto executivo do galpão Docas André Rebouças:

- Informa sobre o trabalho que está sendo feito pela Geometrie, que inclui identificação, pesquisas, análises e diagnósticos. O primeiro produto desse processo foi um laudo para avaliar todas as instalações;
- Fala também das ações que vêm sendo realizadas desde novembro de 2021 até este momento. Isso inclui identificação, classificação de riscos emergentes aos monumentos, pesquisa histórica, análise tipológica, construtiva, prospecções, testes, projetos expográfico, curadoria, e a elaboração de orçamento de obras detalhado.

- Rosa: espaço destinado a Fundação Cultural Palmares (parte frontal - ligação direta com o Cais do Valongo) – Centro de Interpretação da FCP.
- Cinza: galeria André Rebouças;
- Azul: Exposição do LAAU - Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana;
- Laranja: (reserva técnica) - escritório, biblioteca e outros serviços;
- Verde: acesso de serviço do LAAU;
- Rosa: espaço destinado a administração a FCP;
- Laranja: espaço de convivência;
- Amarelo: reserva técnica do LAAU.

Demanda do Mtur: necessidade de sustentabilidade econômica para empresas da iniciativa privada por meio dos espaços de convivência, como: cafés e lojas de souvenirs (itens de alto custo).

O Procurador Sérgio Suiama questiona se haverá espaço para as atividades dos movimentos negros, considerando o estudo de carga máxima, pois ele entende que a participação dos movimentos sociais negros foi reduzida ao espaço da Fundação Cultural Palmares.



Imagem 5 - Slide de apresentação da Geometrie – Anteprojeto de arquitetura – Planta baixa térreo

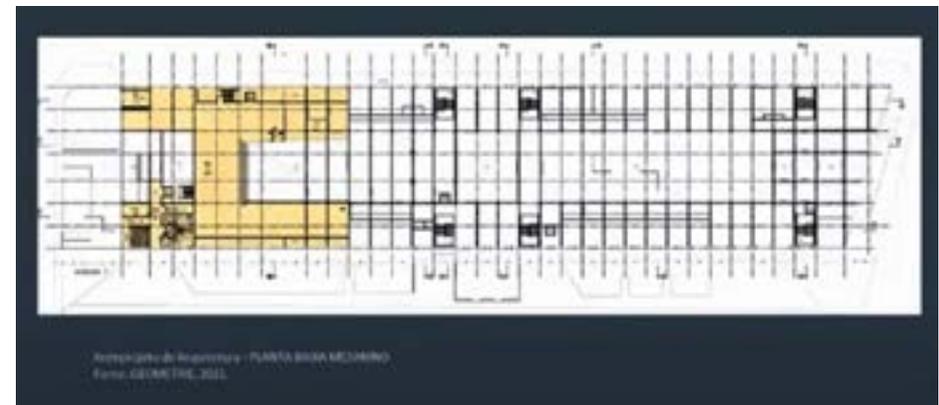


Imagem 6 - Planta baixa mezanino destinado a reserva técnica do LAAU

Na resposta de Socorro, fica evidente que a praça de convivência seria o espaço para os movimentos negros por meio do consumo dos espaços de “sustentabilidade econômica”.

Nas falas, nota-se o aspecto da consolidação da economia criativa e economia cultural, mas a participação social nesse processo se dá meramente pelo consumo dos produtos que serão ofertados.

Após o encerramento da apresentação de Socorro da Gemeotrie, Cláudia Espandin e Olav Scrander, representando o Iphan, entram na sala e abordam os seguintes pontos:

- Enfatizam a importância e singularidade do bem cultural para o Brasil e para o mundo, destacando a preservação do patrimônio cultural e histórico;
- Comentam sobre o acordo judicial que deu origem ao edital Mtur;
- Falam sobre as consultas para a elaboração das construções técnicas;
- Ressaltam a necessidade da construção de espaços multiuso e versáteis, assim como acervos que possam atender aos mais diversos setores sociais, com destaque para o pro-

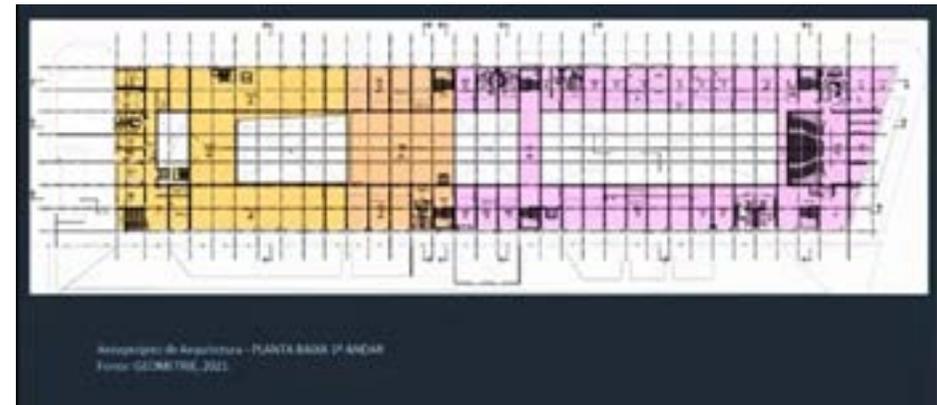


Imagem 7 - Planta baixa 1º andar



Imagem 8: Proposta de restauração do prédio André Rebouças Imagem 8: Proposta de restauração do prédio André Rebouça

tagonismo da Pedra do Sal, Largo do Santa Rita e o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (conhecido pela sigla IPN);

- Citam os variados modelos, discussões e propostas que foram elaborados para consolidar o centro de interpretação, bem como os produtos técnicos desenvolvidos por Nilcemar Nogueira;
- Mencionam a participação do BNDES para a construção do Centro de Interpretação;
- Afirmam que a missão do Iphan é permitir que o espaço seja concebido para poder acomodar todas as propostas até que sejam concluídas a transição dos materiais que vêm da Gamboa. Além disso, esclarecem que a gestão do bem é responsabilidade da Fundação Cultural Palmares;
- Reforçam a narrativa do reconhecimento do território da Pequena África;
- Ressaltam também que a missão do Iphan é a apresentação do projeto de arquitetura a nível de um padrão internacional, enquanto o conteúdo (uso) não é de sua competência Iphan;
- Discutem os desafios da construção do LAAU, as tomadas de decisões técnicas, a conservação dos projetos originais de André Rebouças e a fiscalização do projeto executivo para a consolidação do Centro de Interpretação
- Abordam os desafios da participação comunitária e do protagonismo negro.

Após o encerramento da fala do Iphan, Conceição Barbosa, representando a Fundação Palmares, faz as seguintes colocações:

- Aborda a questão da segurança do prédio e a disponibilidade de recursos para consolidar o projeto;

-
- Afirma que a Fundação Palmares irá utilizar o espaço para aulas de canto e realização de eventos no auditório, com apoio do corpo técnico (representação regional), pois acreditam que vão atuar melhor dessa forma;
 - Destaca que até o mês de outubro, a Fundação Palmares tem a obrigação de apresentar uma pré-proposta para a ocupação do espaço, conforme informações fornecidas pelo procurador Sérgio Suiama. Além disso, enfatiza a importância do projeto executivo como a base para a licitação da obra, desempenhando papel fundamental no processo de gestão dos atores envolvidos.

Fica evidente, na fala de Conceição, uma desconexão com as demandas dos movimentos negros locais. Na atual gestão reacionária da instituição, nota-se a consolidação de ações coloniais que, de certa forma, apagam o protagonismo da cultura afro-brasileira. Isso não está em conformidade com a promoção, fomento e preservação das manifestações culturais negras, nem com o apoio e difusão da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e Afro-Brasileiras, previstas no escopo de criação da Fundação Palmares.

Encerrada a fala de Conceição da FCP, o espaço de fala é da Laura Di Blasi, do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (RPH), que aborda os seguintes pontos:

- Aponta o mapeamento do circuito histórico arqueológico de herança africana por meio do Decreto Municipal nº 34803/2012, que estabelece a área protegida pelo IRPH;
- Narra o histórico sobre a revelação do cais e não afirma a narrativa sobre o descobrimento;

É importante destacar que o nome “Rota do Escravo” é inadequado para a memória da diáspora africana, pois reforça uma visão que marginaliza a contribuição dos negros para a sociedade brasileira. Portanto, é necessário repensar nomes que valorizem nossas referências culturais. O nome “Rota da Diáspora Africana” nos conecta com a nossa valorização identitária, ancestral, cultural e simbólica, por meio de um conjunto de ações que precisam ser melhores desenvolvidas e aplicadas para encerrar o domínio colonial e promover o enaltecimento da sociedade afro-brasileira.

5 Falas protagonistas dos movimentos negros: o sítio arqueológico do Cais do Valongo representa e pertence, por direito, a quem?

A participação da Vereadora Thais Ferreira decorre da preparação de algumas perguntas elaboradas em conjunto a uma articulação da frente parlamentar de vereadores que têm interesse na valorização da cultura, memória e identidade africana e afro-brasileira:

- Considerando que a missão da Secretaria Municipal de Cultura é promover o desenvolvimento da cultura carioca como um todo, nas dimensões simbólicas, econômicas e cidadãs, entendendo que a cultura é um direito e uma das principais vocações do carioca. A pergunta é: **Quais ações de apoio e fomento estão previstas para a promoção do Cais e entorno, bem como as instituições, movimentos e grupos negros que são atuantes no território?**
- Além do espaço do Muhcab, Thais pergunta se a SMC pretende atuar em outros espaços do circuito da herança africana e se planeja promover o sítio arqueológico do Cais do Valongo;

-
- Para o IRPH, Thais pergunta: Como o Instituto tem em suas competências a proteção do cais e gerir os sítios reconhecidos pela Unesco como patrimônio mundial e destacando o acervo do Cais do Valongo. Todas as peças estão catalogadas? Onde é possível acompanhar por parte da sociedade civil esse inventário? E existe especialistas da comunidade negra no reconhecimento desses objetos?
 - Considerando que a responsabilidade de conservação do sítio pertence ao município do Rio de Janeiro, e mais especificamente à CDURP, e frente ao ofício emitido no dia 07 de abril em resposta aos de julho/abril protocolado pelo MPF: Quais são as medidas da CDURP para sanar os alagamentos? Essas medidas são permanentes e sustentáveis a longo prazo? Quais as medidas de segurança da companhia para prevenir o extravio dos materiais do bem? Quais medidas estão sendo tomadas para evitar os deslocamentos dos blocos de pedra, e cuidados com a vegetação do entorno?
 - E a pergunta para o Iphan: Qual a participação da sociedade nesse processo? Foram criados canais de comunicação e atuações conjunta entre a sociedade civil e poder público? E se sim, quais são os canais?
 - Última pergunta: De que forma as instituições presentes na audiência estão articuladas na criação de soluções sustentáveis para preservação e conservação do Cais do Valongo e seus desdobramentos? E quais são os prazos para as ações previstas para o Cais?

O procurador Sérgio Suiama faz observações que os pontos levantados por Thais Ferreira são pertinentes e sugere que essas perguntas sejam encaminhadas. A vereadora sugere que pode encaminhar todas as perguntas por escrito ao e-mail do MPF, para que sejam respondidas e respeitadas. Thais en-

cerca sua fala e, na sequência, entra na audiência on-line Luiz Eduardo Negrogum do Conselho Estadual dos Direitos do Negro (Cedine) e faz as seguintes observações:

- No início de sua fala, Negrogum já menciona que racismo estrutural está presente nas ações que estão sendo conduzidas pelo governo e nas ações apresentadas durante a audiência;
- Menciona que o Cedine, a comissão da Pequena África e o movimento negro organizado conseguiram estabelecer o tombamento do prédio Docas André Rebouças. No entanto, após tanto trabalho e lutas, não veem o reconhecimento, por meio da participação, desses movimentos na condução das ações e projetos para o Cais do Valongo. Ressalta que as ações estão sendo conduzidas como se o movimento não tivesse o direito a nada, afirmando que isso é racismo, pois é uma forma de apagamento;
- Aponta que não existe um reconhecimento dos engenheiros, advogados e arquitetos do movimento negro que poderiam estar envolvidos na condução das ações;
- Ressalta que o Cais do Valongo representa a memória e história dos antepassados e ancestrais negros que foram escravizados. Fala da importância do movimento negro unificado no tombamento do prédio Docas, na luta contra o apagamento do Cais do Valongo e na importância do uso do prédio André Rebouças pela ONG Cidadania;
- Diz que não foram chamados para participar das reuniões dos projetos, não foram ouvidos por ninguém. Ressalta a importância da construção do centro de interpretação por meio da valorização, identidade e ocupação negra;

-
- Fala das estratégias do poder público de divisão do movimento negro e apagamento histórico, mencionando há falta de valorização e respeito das comunidades que estão no entorno do Cais;
 - Questiona o Iphan sobre a verba do BNDES destinada para a sinalização do Cais.

Sendo assim, o procurador Sérgio Suiama diz que é o compromisso do MPF zelar para que os movimentos, as comunidades e os negros sejam ouvidos e respeitados nas conduções das ações de preservação do Cais do Valongo.

Durante a audiência pública, Gracy Mary Moreira, da Casa de Tia Ciata, faz suas pontuações:

- Cita a carta de recomendação do Cais do Valongo, no sentido de que se lembrem tudo que foi escrito e a importância desse documento;
- Diz que ficou incomodada com as falas do Iphan e reafirma que o processo de patrimonialização do Cais do Valongo e elaboração do dossiê de candidatura do bem começou todo pela sociedade civil, pelo valor histórico, social e cultural!
- Afirma que o prédio Docas (André Rebouças) deve ser ocupado por instituições que não têm espaço físico para permanecer, e que todas essas atuais ações devem ser revistas, pois é preciso valorização a participação da casa Tia Ciata, IPN (Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos), Instituto Pequena África. Ela pede respeito, compromisso e a valorização das ações da Pequena África;
- Solicita que o movimento negro participe do projeto executivo, pois ele deve ser construído com a participação das instituições protagonistas da região da Pequena África;

-
- E solicita a valorização do turismo afro-étnico.

Na sequência, Bruno Franco de Jesus do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (Comdedine) faz suas pontuações:

- Diz estar insatisfeito com o Iphan e com esquecimento do Comdedine;
- Aborda o circuito de matriz africana que precisa ser valorizado, principalmente a atuação dos circuitos turísticos, por meio da valorização e atuação do turismo afro-étnico;
- Ressalta a importância de ser turismólogo de formação e da sua relevância no assessoramento das ações no Cais do Valongo.

Por fim, é importante ressaltar a fala de Huberto Adami, presidente da comissão da escravidão negra da OAB do Rio de Janeiro, que encerrou a audiência.

Huberto Adami, presidente da comissão nacional da escravidão negra da OAB do RJ, solicita a audiência pública do Cais do Valongo na OAB. Ele planeja convocar uma audiência pública conjunta com a defensoria, MPF, conselhos estadual e municipal e organizações. Adami fala sobre a reintegração de posse do Quilombo Pedra do Sal e pede a troca do nome de “Porto Maravilha” para “Território da Pequena África”;

- Além disso, cita o erro do Iphan, que não está construindo as ações de preservação do bem com a participação dos movimentos negros, e enfatiza a necessidade de editais de convocação da instituição, por meio de chamamentos públicos, para consolidar ações no processo de escuta com a comunidade.

6 Propostas de encaminhamento da audiência pública

Conforme estabelecido em reunião, ficou definido o seguinte:

1. Participação social: MPF oficiará ao Iphan solicitando prorrogação do prazo para conclusão do contrato com a Geometrie e abrirá prazo para consulta pública sobre o projeto executivo elaborado. As propostas serão consolidadas e encaminhadas ao Iphan na forma de Recomendação.
2. MPF requisitará da Geometrie os seguintes documentos:
 - a) peças gráficas do projeto em três camadas, a saber: situação existente, demolição e proposta final, em plantas, cortes e elevações.
 - b) maquete eletrônica com pontos de visada a partir dos pontos idênticos de locais de onde foram efetuadas as fotografias de levantamento, com indicação em planta, priorizando os eixos visuais que contribuem para a apreensão da totalidade do espaço e de seus detalhes.
 - c) a peça da situação existente precisa representar o mapeamento de danos existentes na estrutura atual e que precisarão ser sanados em plantas, elevações e nas fachadas: pichações, fissuras, trincas, vãos fechados/abertos espúrios etc.
 - d) simulações externas, incluindo o entorno construído.
3. O MPF solicitará ao Iphan visita técnica conjunta com o movimento negro, empresa Geometrie e Fundação Palmares.

-
4. Participação social: recomendação do MPF para reestabelecimento do Comitê Gestor do Cais do Valongo.
 5. CDURP: MPF recomendará à CDURP solução final para alagamentos no sítio.
 6. IDG: Recomendação para desenvolvimento de ações em rede com organizações culturais da Pequena África nos projetos educativos.
 7. IDG: acompanhamento das ações relacionadas à sinalização e iluminação do sítio arqueológico.
 8. Recomendação de integração entre os órgãos da prefeitura envolvidos na conservação e valorização do sítio do Valongo e o IDG.
 9. Recomendação à Secretaria Municipal de Cultura para desenvolvimento de ações de apoio e fomento às organizações culturais.
 10. Recomendação à CDURP para ações de conservação e reforço da segurança no local.

7 Conclusão

Nota-se, durante a audiência pública, que a participação dos movimentos negros organizados e das principais instituições atuantes no território da Pequena África, especificamente no desempenho e consolidação de ações no Cais do Valongo, evidenciou ações de exclusão e invisibilidade dos participantes quanto aos projetos em andamento para a preservação do Cais do Valongo. É importante destacar que a candidatura a patrimônio mundial e o tombamento do prédio André Rebouças foram possíveis devido à participação do movimento e das instituições étnico-raciais, que desempenham papéis fundamentais como articuladoras e mobilizadoras em prol desse reconhecimento.

O racismo institucional ficou evidente na forma como está sendo conduzida a elaboração do projeto executivo de implementação do Centro de Interpretação no prédio André Rebouças. Isso se reflete nas falas de sustentabilidade econômica, incentivando principalmente o consumo e ocupação de áreas de lazer no prédio André Rebouças, o que apaga o protagonismo negro e perpetua o racismo.

A fala dos participantes demonstrou que a discussão técnica (sobre a forma) não está dissociada do uso (a ser pensado junto à população diretamente interessada). Portanto, a importância da inserção desses atores em todas as etapas é destacada.

Ferramentas institucionais que caracterizam o projeto técnico, financeiro e administrativo, bem como a exposição de “amarras” burocráticas e legais, foram elementos mencionados durante a audiência de modo distanciado da discussão finalística e como dificuldades para determinadas consultas ou atenção a demandas por maior participação social no processo. Há evidências da dissociação da forma e conteúdo quando o Iphan não se responsabiliza pelo uso do equipamento cultural e compreende que a

participação dos indivíduos sociais, movimentos negros e instituições atuantes no território da pequena África é um desafio.

As falas protagonistas do movimento negro, representadas por Negrogun, Gracy, Bruno e vereadora Thais, destacam a participação direta da sociedade, especialmente dos movimentos negros locais, no processo. Apesar disso, ainda restam muitas dúvidas sobre o andamento das ações de preservação, financiamento do BNDES, a construção do projeto executivo e os planos para dinamização do turismo e economia local. Eles solicitam a valorização do território da Pequena África e do Cais do Valongo, enfatizando uma perspectiva afrocentrada que ressalte a memória e identidade existencial, tanto material e quanto imaterial, afro-brasileira.

Percebem-se indefinições quanto ao papel de cada instituição. O Iphan se posiciona como órgão fiscalizador/técnico, enquanto a discussão de conteúdo, participação social e uso seria do gestor, Fundação Cultural Palmares. No entanto, tanto a Constituição Federal quanto o regimento interno do Iphan preveem a participação da sociedade no desenvolvimento de suas políticas. As insatisfações do movimento negro organizado, a quem de direito o sítio arqueológico do Cais do Valongo representa e pertence, revelam que a participação efetiva não acontece. Todos os envolvidos têm a responsabilidade de promover a participação social no processo, e cabe também ao Iphan fomentar essa participação, inclusive nas etapas mais técnicas e no exercício de sua função fiscalizadora.

Outro ponto em destaque foi a posição técnica do IRPH, que se coloca à disposição da frente parlamentar liderada pela vereadora Thais. Essa disposição visa construir um processo participativo e garantir a resposta e execução das perguntas levantadas pela vereadora durante a audiência.

Conclui-se, por meio dessa audiência pública, que falta mais comprometimento e engajamento das instituições envolvidas na construção de um processo participativo com os principais indivíduos que conferem a existência material e imaterial para o território da Pequena África e ao sítio arqueológico do Cais do Valongo. No que diz respeito à audiência, observou-se que alguns tempos de fala, principalmente das mulheres negras que integram movimentos negros, tiveram um espaço menor e foram sujeitos a cortes. Destaca-se também a estratégia de silenciamento pelo cansaço após 4h00 de audiência.

Além disso, o acesso ao link da audiência foi, em certa medida, restrito. Mesmo eu sendo uma pesquisadora envolvidas em pautas do movimento negro e patrimônio cultural, enfrentei dificuldades para obter um acesso público ao link, sendo necessário contar com a colaboração de uma colega do mestrado que executa suas práticas supervisionadas no Iphan do Rio de Janeiro.

Percebi, por meio da audiência, como é importante construir ações em redes para que as pautas e demandas dos principais protagonistas que dão existência ao Cais do Valongo sejam ouvidas e executadas. É impactante e preocupante como o racismo estrutural é evidente na condução das ações, reduzindo a participação dos movimentos e instituições negras organizadas por meio de ações que acabam sendo protagonizadas por pessoas sem vivência e experiência na temática e que reproduzem o racismo.

E para finalizar: Porto Maravilha Não! É Território da Pequena África!

Referências

ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018

IPHAN. Quem é quem: <http://portal.iphan.gov.br/quemEQuem/detalhes/75/katia-bogea>- Acesso: 14/06/2021

Ministério Público Federal. **Documentos audiência pública do Cais do Valongo**: <http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/docs/pr-rj/audiencia-publica-cais-do-valongo-1>

You Tube. **Audiência pública Audiência Pública** - Cais do Valongo: Patrimônio Mundial: <https://www.youtube.com/watch?v=B9bWNtFUou4>



Modos de pensar a participação social no patrimônio cultural

Simone Scifoni

Professora Livre Docente do Departamento de Geografia da FFLCH/USP. Geógrafa, Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Prêmio Capes de Teses 2006. Docente do Depto. de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Fundadora e membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, Repep. Membro do Icomos-Brasil. Vice-diretora do Centro de Preservação Cultural CPC/USP.

É consenso entre os pesquisadores de que a década de 1980 foi bastante positiva, pois possibilitou avanços no campo do patrimônio cultural. Isso incluiu uma ampliação conceitual que abarcou novos objetos representativos de outros sujeitos sociais que anteriormente não estavam presentes na memória nacional, além da consolidação do patrimônio como um direito social, graças à aprovação da Constituição Federal de 1988.

Dentro dessa conjuntura positiva de mudanças, destacam-se algumas iniciativas de participação social nas políticas públicas de patrimônio. Entre elas, a experiência do órgão estadual de São Paulo, o Condephaat⁴⁶ merece destaque. A postura do poder público aberta às demandas sociais resultou em tombamentos que se tornaram exemplos referenciais, como o da Casa Modernista com seu jardim e bosque, os Parques do Ibirapuera, Aclimação e do Povo, os bairros Jardins e Pacaembu, a Estrada de Ferro Perus-Pirapora, a Serra do Mar, entre outros⁴⁷ (Rodrigues, 2000; Nigro, 2001; Scifoni, 2007; Marins, 2008).

Como já mostraram esses autores, a década de 1980 foi marcada por diversas mobilizações sociais em torno de bens que estavam sob risco de mutilação ou desaparecimento. Dessa forma, encontraram no órgão estadual uma espécie de pronto-socorro da preservação, como chamou Rodrigues (2000). As lutas sociais pelo patrimônio sinalizavam para o direito à memória e, em consequência, o direito ao patrimônio cultural.

Naquele momento, a participação não se limitou ao atendimento dessas demandas, definindo-se, também, pelo estabelecimento de processos de tombamento realizados de forma dialógica com os grupos sociais. Era muito comum encontrar representantes desses movimentos sociais circulando pela

⁴⁶ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

⁴⁷ Cabe a ressalva que, em função da tramitação administrativa dos processos, alguns desses exemplos foram bens tombados nos anos 1990, apesar de desencadeados e explicados na conjuntura positiva da década de 1980.

sede do órgão e participando ativamente de reuniões, inclusive as de colegiado, marcando um clima bastante democrático de escuta e diálogo com os sujeitos sociais.

Esses avanços, entretanto, não se consolidaram no tempo e nem se disseminaram pelo espaço. Ainda hoje, se discute a participação social nas políticas de patrimônio, reconhecendo-a como uma grande dificuldade de ordem prática, apesar da afirmação, sempre presente, sobre a sua importância.

Dentro deste contexto, o que se propõe aqui neste breve artigo é contribuir para o tema apresentando um caminho de discussão sintetizado em quatro modos de pensar a participação social nas políticas de preservação do patrimônio cultural.

1 Definir a participação social

Um trabalho anterior sobre este mesmo tema⁴⁸ define participação social no campo do patrimônio cultural como a construção de processos coletivos e horizontais de escuta, interlocução e partilha de decisão, implicando necessariamente em outros modos de fazer a política pública, a partir da construção de relações com moradores, usuários e fruidores dos bens culturais. Segundo essa definição, a participação é um processo e não algo que se faça episodicamente, aqui e ali, quando se deseja ou se acredita que possa resolver tensões provocadas por decisões conflituosas.

Como é processo, implica em um conjunto de ações contínuas e prolongadas convergindo para um objetivo, que é, em essência, garantir o patrimônio cultural como direito social. Para que se cumpra

⁴⁸ Seminário Patrimônio Cultural na Contemporaneidade: ensino e prática. Rede PHI - Patrimônio Histórico-Cultural Iberoamericano – Rede Nacional Brasileira, em 2021.

esse direito constitucional, a participação social deve ser componente essencial de todo o processo de patrimonialização. Isso começa desde as escolhas iniciais relacionadas aos instrumentos de proteção (tombamento, registro, chancela), passando pelas decisões sobre intervenções, restauro e usos. É crucial reconhecer que o patrimônio cultural é suporte de memórias e identidades, portanto, diz respeito à existência dos grupos sociais. Neste contexto, é dever ético das instituições garantir que as escolhas e intervenções nestes bens sejam tomadas ouvindo e respeitando aqueles que são os sujeitos deste patrimônio. Como destaca Carsalade (2014), a preservação se torna mais ética quanto mais se aproxima da expectativa social.

Participação é, em sua essência, tomar parte, fazer junto aos outros, o que implica na partilha de decisões no plano da política pública. Como processo, a participação implica no tempo longo da construção de relações de confiança no território, o que nem sempre é fácil ou se dá de forma tranquila. O tempo investido nessa tarefa e as eventuais dificuldades para sua realização não devem ser compreendidos como obstáculos, pois são fundamentalmente o cumprimento do compromisso ético da preservação. A recusa que pode vir nos primeiros contatos com os grupos sociais não deve ser motivo para desistência dos processos participativos. É necessário compreender o ponto de vista daqueles que vivem nesses territórios e que testemunharam políticas de patrimônio caracterizadas por uma tradição autoritária, na qual as pessoas dos lugares nunca são ouvidas e, frequentemente, são as primeiras a serem expulsas por projetos chamados de “revitalização”, que na realidade são de gentrificação. Neste sentido, a primeira reação pode ser a desconfiança e o descrédito da população, acostumada a ver decisões tomadas de cima para baixo. Assim, como processo de tempo longo, a participação social é como uma plantinha, que só sobrevive e cresce se regarmos sempre.

São os laços criados a partir deste processo que garantem uma participação social qualificada. Neste sentido, ela não tem nada a ver com quantidade ou com um maior número de pessoas envolvidas, mas com a qualidade dos espaços de escuta e diálogo que são construídos no processo, que promovem relações profundas e sólidas.

Sendo assim, iniciativas pontuais ou episódicas, como consultas ou audiências públicas, apesar de serem utilizadas nos discursos oficiais como formas de garantia da participação social, não podem ser consideradas, em si, como tal. São simulacros de participação, já que, além de não se constituírem como processo, muitas vezes são usadas para legitimar pontos de vista escolhidos pelos gestores dos órgãos para atender determinados interesses político-econômicos, travestidos de “demanda social”. Além disso, muitas vezes, o formato das audiências públicas, bastante institucional e técnico, não permite que as pessoas se sintam confortáveis para falar ou para confrontar pontos de vista que, na hierarquia dos saberes, são considerados superiores.

Para garantir qualidade na participação social é prudente utilizar atividades que abram espaços de diálogo, como são oficinas de formação, produção artística, e escuta, rodas de conversa, rodas de memória, inventários participativos, mapeamentos colaborativos, cartografia afetiva, dinâmicas com fotografias, exercícios de deriva pelo bairro, o café mundial, entre muitas outras. São muitas possibilidades a partir das metodologias participativas existentes e da educação popular de Paulo Freire, as quais têm a capacidade de promover escutas qualificadas e sensíveis. Ao contrário das consultas e audiências públicas que mais burocratizam do que envolvem as pessoas.

Como é um processo, a participação deve envolver planejamento prévio, a partir do reconhecimento da realidade e dos sujeitos sociais que ali vivem. Posteriormente, promover a organizar as atividades, tendo como base os vários recursos possíveis, conforme comentado anteriormente. É impor-

tante, também, neste reconhecimento da realidade local, conhecer os conflitos e as relações de força e de poder que se impõem sobre os grupos sociais mais vulneráveis, geralmente os mais excluídos nos processos de patrimonialização.

2 A participação social compõe direitos de cidadania

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 216, parágrafo 1º, estabeleceu que: “O poder público, **com a colaboração** da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e outras formas de acautelamento e preservação” (Brasil, 1988, grifo nosso).

Por “colaboração da comunidade” entende-se a partilha de responsabilidades na tarefa de proteção e promoção do patrimônio cultural, a qual deve se dar em conjunto entre o poder público e a sociedade. “Colaboração” remete à ideia de uma atividade realizada de forma cooperativa entre dois ou mais sujeitos sociais e, nesse sentido, trata-se efetivamente de uma responsabilidade que deve ser dividida entre ambos.

Assim, de acordo com o texto da lei maior, a participação social se configura como um princípio constitucional ou o fundamento orientador das políticas públicas de patrimônio cultural. Esse princípio é consequência imediata da definição de patrimônio cultural estabelecida no caput do Art. 216, quando o legislador assegura que ele é constituído por bens que fazem referência à memória, ação e identidade dos diferentes grupos sociais. Ou seja, se o patrimônio cultural, conforme aludido na lei, é parte constitutiva da memória e identidade dos grupos sociais, a sua proteção, conservação e valorização deve ser feita necessariamente com estes, que são os sujeitos da preservação e os detentores desta memória social.

Neste mesmo sentido, alertou Meneses (2012) ao afirmar que a Constituição Federal reconheceu que os valores emanam dos grupos sociais, seu ventre gerador, e que cabe ao poder público, a partir da aprovação do texto legal, apenas o papel declaratório e não mais instituidor do patrimônio, como no passado. A esta virada constitucional o autor chamou de “deslocamento da matriz de valoração”.

A participação social é, portanto, tão necessária quanto indispensável para garantir a democracia no patrimônio cultural, considerando **todos os momentos** da sua proteção e gestão. No âmbito da proteção destes bens, é preciso questionar: se os bens culturais são suportes de sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos sociais, por que insistir ainda em narrativas de seleção que elencam apenas os valores formais e estéticos? Por que a arquitetura e a técnica ainda são os critérios essencialmente norteadores? Por que os critérios de historicidade não levam em conta as memórias coletivas, construídas no seio dos grupos sociais, mas apenas a versão da história oficial?

Os procedimentos de identificação, seleção e eleição passam muito longe da apreensão dos sentidos e significados que os grupos sociais atribuem aos bens culturais, uma vez que não estabelecem qualquer diálogo com os sujeitos do patrimônio. A questão que se coloca aqui não é a de negar os conhecimentos técnicos produzidos no campo do patrimônio, mas compreender que eles se encontram limitados se não considerarmos essa relação existencial do sujeito com o patrimônio.

No âmbito da **gestão do patrimônio**, coloca-se também o desafio de promover cada vez mais participação social. Se o patrimônio é, pela Constituição Federal, aquilo que os grupos sociais enunciam como sua memória e identidade, como é possível continuar aprovando projetos de intervenção nos bens tombados ou, em seus entornos, desconsiderando esse sujeito social, a vida que ali acontece, as relações habituais no bairro, ou seja tudo aquilo que constrói as memórias coletivas?

Assim, é preciso mudar as políticas para que o direito à memória se torne efetivamente cumprido para que o patrimônio não seja mais privilégio de alguns poucos e se torne aquilo que ele deve realmente ser: suporte de significados, valores, relações afetivas e identitárias dos vários grupos sociais, representando a todos.

Mas a participação social não deve ser entendida como uma concessão, resultado de uma postura de determinada gestão das instituições, que pode ser revertida a depender da concepção da política que vigora em determinado momento, ou mais progressista ou mais conservadora. Ela é, antes de tudo, um princípio constitucional que tem como fundamento a concepção do patrimônio como um direito social amplo.

Neste sentido, ao contrário do que afirma Ventosa (2016), a participação social não pode ser entendida como um exercício de acordo que busca equilíbrio entre posturas divergentes, nem supor uma sociedade igualitária na qual os direitos sociais se realizam plenamente para todos, já que essa condição é impensável no mundo capitalista cuja essência é a exploração e dominação de classe. Em sociedades capitalistas periféricas e profundamente desiguais, como a de países da América Latina, nas quais os direitos não se realizam para todos, configurando uma cidadania mutilada, como afirmou Santos (1996), a participação social deve buscar a garantia de atendimento do patrimônio cultural como o direito à memória.

3 Tensionar o patrimônio como ato autorizado

Na trajetória da preservação do patrimônio nacional, houve uma limitada ampliação de representação social no conjunto de bens tombados, a qual foi acompanhada não raramente por conflitos, disputas

e lutas, de modo que não se deu de maneira sempre consensual e harmônica. Um exemplo desse fato encontra-se em Gilberto Velho (2006), relator do processo de tombamento do Terreiro de Candomblé da Casa Branca, em Salvador, no ano de 1984. Segundo o autor, houve enormes dificuldades para a sua aprovação, que acabou acontecendo por um único voto de diferença.

Houve intenso debate com prós e contras. Como já disse, alguns dos argumentos contrários tinham suas razões e explicações a partir do que vinha sendo feito até então. No entanto, não posso evitar mencionar que em alguns casos **poderia haver um certo desprezo pelo que considerávamos importantes manifestações culturais da nação brasileira** (Velho, 2006, p. 239, grifo nosso).

A participação social, por meio de pressão e demanda dos movimentos sociais, em um movimento de fora para dentro da instituição, foi fundamental para o alargamento de sentidos atribuídos ao patrimônio cultural e para a incorporação desses bens representativos de outros sujeitos sociais, mesmo havendo essas dificuldades de encaminhamento. Este é o caso da Serra da Barriga, em Alagoas, local onde se constituiu o Quilombo dos Palmares, tombamento que testemunha o importante papel desempenhado pelos movimentos sociais. O processo de tombamento, iniciado em 1981, envolveu lideranças negras de todo o país representadas em 167 entidades, além de um abaixo-assinado com mais de 5 mil assinaturas, conforme indicam Dantas et al. (2022). Os autores destacam que, apesar da pressão do movimento, o pedido ficou por anos sem parecer ou qualquer tipo de instrução, sendo aprovado apenas em final do ano de 1985.

Ainda com todas as dificuldades existentes, percebe-se que a participação social, constituída como um movimento de fora para dentro da instituição, pressionando a ampliação das políticas públicas de patrimônio, constitui-se como caminho para garantir uma maior democratização do campo, na medida em que, por meio dela, é possível incorporar as demandas sociais de grupos subalternos que não se

encontram representados na memória do nacional. Assim, a demanda dos grupos sociais, ao pressionar o poder público a se abrir à participação, pode contribuir para tensionar o patrimônio como ato autorizado.

Segundo Bourdieu (2014), atos de Estado são atos político reconhecidos como legítimos, porque ninguém questiona a possibilidade de fazer de outra maneira. São, portanto, atos autorizados, ou seja, dotados de autoridade simbólica que têm efeitos práticos sob a dominação das classes sociais. É a autoridade simbólica que cria o consenso e o reconhecimento da ordem simbólica, a partir da ideia do oficial, do público e do universal.

O patrimônio é, neste sentido, ato autorizado que cria um consenso sobre o que deve ser memória a ser compartilhada por todos, por meio de seus instrumentos, como tombamento, registro entre outros (Scifoni, 2022). Igualmente, os atos autorizados criam consensos em torno do que não deve ser patrimônio, naturalizando os discursos políticos que justificam arquivamentos de pedidos.

O patrimônio como ato autorizado atribui valor e, assim, classifica e separa o que deve permanecer no tempo e o que pode ser esquecido ou destruído. Essa classificação é feita em nome de uma herança comum. No entanto, essa herança é definida a partir de uma hierarquização que é sobretudo social e étnico-racial. Neste sentido, o ato autorizado identifica o erudito como excepcional e o popular⁴⁹ como o banal, reproduzindo a classificação e hierarquia social e étnico-racial que está na base da ordem do mundo. Reproduz, assim, no nível do simbólico, a divisão social e o racismo nas relações de trabalho, as quais garantem a reprodução das relações de produção no capitalismo.

⁴⁹ Nos grupos populares se inclui aqui os indígenas e as pessoas racializadas.

O patrimônio escolhido pelo Estado constrói, desta forma, uma memória a ser valorizada e celebrada pelo princípio da autoridade simbólica e, com isso, canoniza a classificação social e racial, consolidando-a como inquestionável. O patrimônio comunica, assim, essa ordem capitalista do mundo, mantendo e reproduzindo desigualdades sociais e raciais, justificando a desigualdade como ordem natural do mundo.

No entanto, uma contradição aparece no meio do caminho, pois as políticas de patrimônio cultural, ainda que de forma limitada, ao incorporar bens das classes subalternas como fruto das demandas sociais e de uma participação social que se dá de fora para dentro das instituições, colocam em tensão os princípios desta classificação e hierarquização social e étnico-racial.

Nesta perspectiva, ampliar a participação social nas políticas de patrimônio cultural, incorporando os bens dos grupos subalternos, implica em colocar em xeque esse papel do patrimônio como ato autorizado dotado de autoridade simbólica capaz de manter a ordem do mundo. Quanto maior a presença desses grupos subalternos na memória nacional, maior a capacidade de questionamento da lógica de poder e de dominação social que estão na base da hegemonia. Soma-se a isso a vital necessidade de romper com um silenciamento sobre o passado destes sujeitos sociais.

4 Participação social é descolonizar o patrimônio cultural

O Estado tem sido o sujeito preferencial da reprodução da colonialidade do pensamento e do poder, por meio de políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural que estão, até hoje, fundadas em uma experiência colonizada. Os critérios de seleção dos bens a serem protegidos são exemplo disso, já que são nascidos de uma experiência europeia e centrados em valores como monumentalidade,

excepcionalidade, antiguidade, técnica e estética. Estabelecidas a partir desses critérios, as práticas também têm levado preferencialmente à afirmação da colonização como o momento fundante, pois o colonial é alçado como o mais alto grau de importância do passado. Assim, o “colonial” se tornou como uma espécie de grife, uma adjetivação que legitima certos bens sobre outros que são tidos como menores, inferiores na hierarquia dos tempos históricos que foi construída nessa visão.

Muito embora tenham ocorrido mudanças importantes nos anos 1980, elas ainda não foram capazes de transformar nem o conjunto patrimonial, nem as práticas institucionais que ainda são fundamentadas nesses critérios estético-estilísticos e em uma visão sacralizada da arquitetura. Critérios que servem para reforçar o mesmo tipo de patrimônio; por mais que se mude, continua-se fazendo o mesmo.

A colonialidade do pensamento impede que as práticas institucionais, no Brasil, olhem para o patrimônio como suporte e esteio de memórias, identidades, sentidos e significados coletivos de grupos sociais que viveram aquelas experiências. Ser portador de referência à memória, identidade e ação dos grupos sociais, significa, conforme Meneses (2018), que esse bem cultural é mediador e acionador da memória e identidade, tendo o papel de gatilho ou guia ordenador. Em outras palavras, a colonialidade não cessa de agir quando os patrimônios continuam a reforçar essa função pedagógica de reprodução da memória oficial. Assim, o patrimônio tem contribuído para internalizar na consciência social essa colonialidade do pensamento.

É urgente, portanto, descolonizar o patrimônio e a memória. Isso implica questionar os processos de memorialização oficial e de patrimonialização, afastando-se da reprodução acrítica da memória do poder, aquela que tem na colonização seu mito fundador e nas elites econômicas os sujeitos preferenciais. Significa recusar o que Chauí (2014) chamou de memória autoritária, que privilegia as ações vindas do alto e põe em invisibilidade as práticas de contestação e resistência social e popular. Nesse sentido,

implica também trazer à discussão e valorizar as chamadas “memórias subterrâneas”, aquelas que Pollak (1989) definiu como ligadas às culturas minoritárias e dominadas, e que se opõem à memória oficial.

Descolonizar o patrimônio e a memória implica, principalmente, uma mudança radical no conjunto de heranças reconhecidas e protegidas. Isso ocorre porque essa herança ainda é hoje predominantemente marcada pela colonialidade de um saber que privilegia o que é representativo dos poderes econômico, político, militar e religioso.

Se o patrimônio é um espelho da sociedade, como afirma Choay (2001), pergunta-se: que sujeitos sociais conseguem se ver nesse reflexo? A participação social possibilita ampliar a imagem do espelho tornando o conjunto patrimonial mais diverso e representativo de outros sujeitos, como os dominados, explorados e oprimidos, ou seja, os subalternos. Dessa forma, é possível tornar o patrimônio e a cultura dimensões nas quais a hegemonia seja confrontada.

Como parte essencial da construção de um projeto emancipador é preciso descolonizar o patrimônio cultural e a memória. Este projeto deve assentar-se na garantia da participação social na identificação, proteção e gestão do patrimônio cultural, caminho necessário para efetivamente tornar o patrimônio um direito social, conforme consagrado na Constituição Federal de 1988.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CARSALADE, F. L. **A pedra e o tempo**. Arquitetura como patrimônio cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. Homero Santiago (org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DANTAS, Hugo S.M.; BRANDÃO, Natália C; FARIAS, Carine A.M.; SANT'ANNA, Márcia. O tombamento do Terreiro da Casa Branca: representações e a chancela de um discurso acerca da expansão das políticas de preservação patrimonial na linha editorial do Iphan. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, vol. 30, 2022, p. 1-36.

MARINS, Paulo César G. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice (org.) **Terra Paulista: trajetórias contemporâneas**. Cenpec, Imprensa Oficial do Estado, São Paulo: p. 137-167.

MENESES, Ulpiano Bezerra. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL*, 2012. **Anais...** Volume 1... Brasília, DF, Iphan, 2012.

MENESES, Ulpiano Bezerra. O patrimônio cultural e a guinada da Constituição de 1988: a casa de Chico Mendes. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, no 37, p. 199-209, 2018.

NIGRO, Cíntia. Patrimônio cultural e território urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, no 78, São Paulo, dez 2001. p. 45- 76.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado**. A instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987. São Paulo: Ed. Unesp/Imprensa Oficial/Condephaat/Fapesp, 2000.

SANTOS, Milton. Cidadanias mutiladas. In: LERNER, Júlio (org). **Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do estado, 1996.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo: Edições FFLCH, 2007. Disponível em: www.gesp.fflch.usp.br.

SCIFONI, Simone. **O patrimônio desigual. Cidade, memória e classe trabalhadora**. Tese (Livre Docência). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2022.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, negociação e conflito**. *Maná*, no 12, p. 237-248, 2006.

VENTOSA, Victor. J. **Didática da participação**. Teoria, metodologia e prática. São Paulo: Edições Sesc, 2016.



O corpo do texto deste livro foi composto com a fonte da família Roboto e títulos com a fonte Titillium, disponibilizadas por Google Fonts.



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Edições  IPHAN